



Universidade Federal de Campina Grande
Centro de Humanidades
Unidade Acadêmica de Sociologia e Antropologia
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

**DO OÁSIS À MIRAGEM: uma análise da trajetória do
Perímetro Irrigado de Sumé - PB no contexto das políticas
de desenvolvimento para o Nordeste**

José Ricardo Nunes Mendonça

Campina Grande, Março de 2010



Universidade Federal de Campina Grande
Centro de Humanidades
Unidade Acadêmica de Sociologia e Antropologia
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

DO OÁSIS À MIRAGEM: uma análise da trajetória do
Perímetro Irrigado de Sumé - PB no contexto das políticas de
desenvolvimento para o Nordeste

José Ricardo Nunes Mendonça

Campina Grande, Março de 2010

M539o

Mendonça, José Ricardo Nunes.

Do oásis à miragem: uma análise da trajetória do perímetro irrigado de Sumé – PB no contexto das políticas de desenvolvimento para o Nordeste / José Ricardo Nunes Mendonça. — Campina Grande, 2010.

126 f.: il. color

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

Referências.

Orientadora: Profa. Dra. Ramonildes Alves Gomes.

1. Irrigação – Modernização da Agricultura. 2. Semi Árido Nordestino. 3. Perímetros Irrigados por Colonização. 4. Seca
I. Título.

CDU 631.67:631.152(043)

José Ricardo Nunes Mendonça

DO OÁSIS À MIRAGEM: a trajetória do Perímetro Irrigado de Sumé - PB no contexto das políticas de desenvolvimento para o Nordeste

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, sob a orientação da professora Dra. Ramonildes Alves Gomes.

Comissão Examinadora:

Dra. Ramonildes Alves Gomes - Orientadora

Dra. Mércia Rejane Rangel Batista - Examinadora interna

Dra. Rosilene Dias Montenegro - Examinador externo

Dra. Marilda Menezes - Suplente

Campina Grande, Março de 2010

Aqui tudo parece que é ainda
construção, mas já é ruína.

Fora da Ordem - Caetano Veloso

Para a época moderna o problema está
latente na pretensão de consumir, ou
de poder consumir, uma ruptura
radical com a tradição e no equívoco
que esta pretensão representa em
relação à realidade histórica.

O Discurso Filosófico da Modernidade
- Jürgen Habermas

A Sociologia é um instrumento de
auto-análise extremamente poderoso
que permite a cada um compreender
melhor o que é, dando-lhe uma
compreensão de suas próprias
condições sociais de produção e da
posição que ocupa no mundo social.

Coisas Ditas - Pierre Bourdieu

Para

Roberta, por tudo que vivemos juntos e pelas alegrias futuras.

Rodrigo, com quem aprendi o que é amor incondicional (ou quase). Nestes dias de distância sempre me lembrava de dois poetas que diziam:

O tempo do amor é irre recuperável. (Vinícius de Moraes) e;

Every time we say goodbye I die a Little. (Cole Porter).

Nathan, pelas possibilidades que a vida coloca com a sua vinda em forma de esperança.

Agradecimentos:

Agradeço a todos os irrigantes do Perímetro Irrigado de Sumé e suas famílias que abriram suas casas e disponibilizaram seu tempo para que pudéssemos conversar.

A todos os funcionários do DNOCS e da Cooperativa (CAMIS), com quem tive contato e que se dispuseram a conversar ou fornecer informações, documentos, livros ou me acompanhar a campo: Em Sumé, Maria do Socorro Souza, gerente do perímetro, Pedro Fidelis de Lima, Louro, atual presidente da CAMIS, Mário Alexandre, ex-gerente da CAMIS, Sebastião Soares, Tadeu Leodegário, Sr. José Candido de Souza (seu Zeca), ex-presidente da Cooperativa e José Mendonça Filho (meu pai) que me esclareceu dúvidas, apresentou pessoas, contou os bastidores, sempre benevolente com as pessoas a quem se referia.

Em Fortaleza, ao Dr. José Fernandes Sampaio, ex-gerente do PIS, Anésia Torres Vieira Bayma, chefe da biblioteca do DNOCS que disponibilizou funcionários, livros, documentos e lanches da tarde, Elias Fernandes Neto, Jamil Frota Tahim, estagiário, Elza Feijó Marinho Araújo e Francisco Alberto de Oliveira, Chefe da Equipe de Monitoramento e Produção.

No Recife, aos funcionários da biblioteca, e em João Pessoa, a Maria de Lourdes, do setor de produção e a Hamilton, ex-gerente do PIS.

Muitas pessoas foram fundamentais pelo apoio e diversas formas de ajuda durante o período do mestrado, minha mãe Luíza, minha irmã Sandra, minha irmã Rejane e meu cunhado Adailson, meu sogro Dr. Osias de Souza Lima e minha sogra Valderi Lima, meus padrinhos de casamento Janiro e Neide Rego, Tia Dulce (*in memoriam*) e também ao Prof. Fábio Gutemberg (*in memoriam*), colega de infância e que se colocou à disposição para qualquer coisa que eu precisasse, a Rosa Emília que me ensinou o caminho das pedras e do mestrado nesta volta à Campina. Minha gratidão.

Aos professores do mestrado com os quais tive a oportunidade de discutir o trabalho em suas diversas fases, Luís Henrique, Mércia, Edgard Malagodi, Márcio Caniello e Ghislaine Duque e aos que nos proporcionaram agradáveis momentos de aprendizado durante as disciplinas, Lemuel, Roberto Veras, Marilda, Magnólia, a minha orientadora Ramonildes Gomes pela acolhida desde as primeiras idéias, sempre discutindo com interesse os pontos trabalhados e, sobretudo, com paciência na minha caminhada inquieta e errante para chegar a algum ponto que me fosse satisfatório.

Aos funcionários do PPGCS, Rinaldo Silva, pelo atendimento exemplar e às meninas da biblioteca, Rosclair Arruda e Jussara Silva pela disposição em ajudar; a Nadege Dantas pela correção do trabalho e a Thyroni Arruda pela diagramação da capa e gráficos.

A todos os colegas, companheiros de disciplinas, pelas agradáveis horas de debate e descontração. Em especial a Sandra, Sirley, Suely, Franqueline, Miguel, Carla, Ana Sávia, Youssef, Amurabi, Janine, Valério, Kielce, Alberto e Marciano.

Aos amigos Cassandra, Luís, Sonielson e Maria do Carmo pelos conselhos, interesse e ajuda em campo.

Resumo

A idéia de fixar o homem no campo, diminuir a vulnerabilidade à seca; desenvolver a economia do sertão; diminuir as desigualdades regionais e adaptar o homem às condições do semiárido, foi se configurando a partir do final do século XIX até o presente, em narrativas difundidas com intuito de desenvolver e modernizar a economia do Nordeste, assim como, assegurar o controle das populações, especialmente aquelas situadas nas zonas áridas. As intervenções do Estado nesta região se deram através de políticas públicas, geradas a partir de disputas entre as elites (políticas e agrárias) e as classes populares, mediadas pelo saber técnico dos agentes do Estado que tinham como alvo a população “desguarnecida”. Neste contexto foi criada a política de irrigação e com ela os perímetros públicos irrigados, entre estes o Perímetro Irrigado de Sumé (PIS), localizado no município de Sumé no Cariri Paraibano, *locus* empírico da pesquisa. O PIS, como outros perímetros irrigados, foi criado como parte de um programa de governo que visava, de um lado, examinar a viabilidade da irrigação como “solução” para o desenvolvimento da zona semiárida, através do fomento à agricultura irrigada; de outro lado, fixar famílias agricultoras nas áreas menos desenvolvidas e criar uma classe média rural. Para isto, os técnicos do DNOCS passaram a gerir não só as atividades de produção, mas também a vida dos colonos. Entre os anos de 1970 e 1983 o PIS, após sua instalação, experimentou anos de glória, produzindo tomate e milho industrial, que era comercializado com a Indústria Peixe de Pesqueira, no Estado do Pernambuco. Após esta fase, com as mudanças ocorridas, o projeto de irrigação entrou em processo de decadência, tanto no âmbito do Estado, restringindo os investimentos, reformando instituições e incorporando novos discursos - desenvolvimento local sustentável, combate à seca, convivência com a seca, tecnologias alternativas etc - quanto no âmbito do próprio perímetro, como o despreparo das famílias irrigantes para conduzir as organizações (Cooperativa, assistência técnica), criadas pelo DNOCS para dar suporte às atividades desenvolvidas no PIS. Face a esta realidade, o objetivo deste trabalho é analisar os processos sociais que concorreram para os momentos acima mencionados, de glória e de decadência, experimentado pelo PIS, orientados pelas seguintes questões de pesquisa: qual a posição dos atores envolvidos no processo? - quem ganhou e quem perdeu com a criação destes projetos de irrigação? Como o saber técnico e o saber científico se colocam frente à questão da grande irrigação como solução hídrica e para desenvolver áreas que apresentam pouco, ou nenhum dinamismo econômico? Que mecanismos e estratégias as famílias beneficiárias do PIS têm desenvolvido para permanecerem na área. E, quais as expectativas delas em relação ao Projeto?

Palavras-chave: Seca. Modernização da Agricultura por irrigação. Irrigação no semi árido Nordeste. Perímetros Irrigados por colonização.

Abstract

The idea of setting man on the land, reduce vulnerability to drought, developing the economy of the “sertão”, reduce regional inequalities and adapt man to the semi-arid conditions, has been setting up since the end of the nineteenth century until the present, into narratives circulated in order to develop and modernize the economy of the Northeast of Brazil, as well as ensuring the control of populations, especially those located in arid areas. The interventions of the state in this region were made by public policies, generated from disputes between the elites (political and landfarmers) and the popular classes, mediated by knowledge of the technical staff of the State which had on target the poor population. In this context the irrigation policy was created and with it the public irrigation perimeters, and among them, Irrigated Perimeter of Sumé (PIS), located in Sumé, in Cariri region of the Paraíba State, locus of empirical research. The PIS and other irrigated perimeters have been established as part of a government program that aimed, on one hand, to examine the viability of irrigation as “the solution” for the development of semi-arid area by promoting irrigated agriculture, moreover, setting family farmers in less developed areas and create a rural middle class. For this, the technicians of DNOCS began to manage the activities of not only production but also the lives of settlers. Between the years 1970 and 1983 the PIS, after its installation, has experienced years of glory, producing industrial tomatoes and corn, which was marketed under the Peixe Industry of Pesqueira, in the state of Pernambuco. After this phase, with the changes, the project entered into the irrigation process of decay. as within the state, restricting investment, reforming institutions and incorporating new words - local sustainable development, combating drought, live together with the drought, alternative technologies, etc., as within the perimeter, lack of households of irrigantes families to drive organizations (cooperatives, technical assistance), created by DNOCS to support the activities in the PIS. The objective of this work is to analyze the social processes that contributed to the above moments of glory and decadence, experienced by the PIS, guided by the following research questions: the position of the actors - who won and who lost with the creation of these projects for irrigation? How the technical knowledge and scientific knowledge is put forward the question of how much “big irrigation” as the hydraulic solution has worked to develop areas that have little or no economic dynamism? What mechanisms and strategies for beneficiary families of the PIS are designed to remain in the area, and what are the expectations of them regarding the Project.

Keywords: Drought. Agricultural modernization by Irrigation. Irrigation in Northeast Brazil semi arid. Irrigation projects by colonization.

Relação de Siglas

BB - Banco do Brasil

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CAMIS - Cooperativa Agrícola Mista dos Irrigantes de Sumé

CODEVASF - Companhia para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco

CTA - Coordenação de Tecnologia e Operações Agrícolas

DGVF - Diagnóstico Geral e Viabilidade Financeira

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

GEIDA - Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFOCS - Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

IOCS - Inspetoria de Obras Contra as Secas

MINTER - Ministério do Interior

PD - Plano de Desenvolvimento

PIN - Plano Nacional de Irrigação.

PIS - Perímetro Irrigado de Sumé

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PPI - Programa Plurianual de Irrigação

SEPLAN - Secretaria de Planejamento

SUDENE - Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste

Lista de Fotos

Foto **01** – Capa. Campo de experimento do Dnocs. Arquivo Camis; **02** – Festa religiosa; **03** - meio de transporte a cavalo; **04** - Operários na construção do açude; **05** - Usina de geração de energia a óleo, nos anos 50/60. Pág. 50; **06** - Levante popular nos anos setenta em época de seca. p. 54; **07, 08, 09.** Slides dos canais do PIS, arquivo da Camis p. 56.

Atividades no PIS sentido horário, **10** - Prédio da Cooperativa; **11** - Fila para pagamento mensal dos Irrigantes; **12** - Aquisição de adubo na Cooperativa; **13** - Atendimento aos irrigantes pelo gerente do PIS; **14** - Local de pesagem e controle da produção; **15** - Orientação técnica em campo do gerente do PIS; **16** - Reunião de capacitação para os irrigantes (centro). p. 75

Diversas fases na produção do Tomate, sentido horário, **17**– Orientação técnica; **18** - Capina; **19** -Adubação (centro); **20** - pré-seleção e limpeza; **21** - Transporte. p. 75

Produção, sentido horário - **22** - Produção de Cenoura e Beterraba; **23** - Produção de Tomate; **24** - produção de Banana; **25** - Carregamento chegando à fabrica Peixe em Pesqueira-PE. p. 76

Seca de 1989 – Foto; **26** – Visão do medidor do nível de água do açude; **27** – Visão da parede do açude; **28** – Visão geral do ponto de maior profundidade do açude; **29** – Canoa abandonada; **30** – Crianças carregando água; **32** – Fila para pegar água em poço comunitário. Autor: Fotos Sonielson Silva p. 88

Sucateamento de Canais, Fotos: **31** – Canal quebrado; **32** – Proprietário olhando canal quebrado; **33** – Detalhe do canal quebrado; Autor: Ricardo Mendonça, 2008. p. 92

Produção em área de sequeiro – Foto **34** - Colheita em milharal; **Produção atual do Pis com kits do programa tarifa verde** - **35** - Trabalhador – **36** – Poço e tanque; **Produção recente de mamona com técnica mista** - **37** - Irrigação de Mamona por sulcos - **38** – Campo de Mamona; **Produção irrigada milho doce industrial** – **39** – Caminhão sendo carregado com milho; - **40** – Lote ao fundo – **41** – Trabalhador em atividade, p. 95

Lista de Mapas

1. Mapa **01** - Localização de Sumé no mapa da Paraíba. p. 20
2. Mapas **02, 03, 04** - Bacia do Açude de Sumé e áreas de influência de captação hídrica. p. 87

Imagem de Satélite

1. Imagem única - Imagem satélite de localização de Sumé, do açude e do perímetro. Pág.20

Lista de Plantas Topográficas

1. Planta 01 - Planta baixa da distribuição de canais do PIS. Pág. 56
2. Planta 02 - Planta baixa da distribuição dos lotes ao longo do Rio Sucuru. Pág. 56
3. Planta 03 - Planta da área do PIS com salinidade. Pág.78

Documentos

1. Documento único - Comunicação Interna do DNOCS pedindo afastamento dos funcionários do órgão das atividades em cooperativas. Arquivo da CAMIS. Pág. 93

Lista de Tabelas

1. Quadro 01 - Implantação dos Perímetros Irrigados por Colonização pelo DNOCS de 1970 a 2009. Pág. 44
2. Quadro 02 - Produção Agrícola do Vale do Sucuru em 1967. Pág. 51
3. Quadro 03 - Rebanho do Vale do Sucuru em 1967. Pág.52

Lista de Gráficos

1. Gráfico 01 - Tamanho das Propriedades Rurais em 1970. Pág. 57
2. Gráfico 02 - Gráfico demonstrativo da evolução por hectares plantados de Banana. Pág. 63
3. Gráfico 03 - Gráfico Demonstrativo da evolução por hectares plantados de Feijão. Pág 64
4. Gráfico 04 – Gráf. da evolução por hectares do Capim, Palma e Leite no PIS. Pág 65
5. Gráfico 03 - Evolução de hectares plantados de tomate e milho de 74 a 87. Pág 70
6. Gráfico 03 - Evolução da população de Sumé e Monteiro 1960-1980. Pág 71
7. Gráfico 03 - Evolução de hectares plantados de tomate e milho de 1988 a 2009. Pág 74

Sumário:

Resumo.....	VI
Abstract.....	VII
Siglas.....	VIII
Lista de Fotos.....	IX
Lista de Mapas.....	IX
Imagem de Satellite.....	X
Lista de Plantas Topográficas.....	X
Lista de Documentos.....	X
Lista de Tabelas.....	X
Lista de Gráficos.....	X
Sumário.....	XI

Introdução.....	P.13
------------------------	-------------

0.0 - Razões iniciais	P.13
0.1 - Objetivo	P.19
0.2 - Hipóteses	P.19
0.3 – O <i>Lócus</i> da pesquisa.	P.19
0.4 - De minha trajetória pessoal ao tema de pesquisa.	P.22
0.5 – Metodologia e estrutura do trabalho.....	P.24

I. Reflexão sobre as Políticas de Combate às Secas.....	P.26
--	-------------

1.0 - A seca como problema.....	P.26
1.1 - O modelo populista	P.30
1.2 - O planejamento contra as Secas.....	P.31
1.3 - A caminho da modernidade ou a modernização como projeto político.....	P.38
1.4 - A irrigação como dinamismo da economia.....	P.42
1.5 - O modelo de perímetro adotado pelo DNOCS.....	P.44

II. Vislumbrando um Oásis	P. 46
2.0 - O Vale do Sucuru antes do PIS.....	P.49
2.1 – O Perímetro Irrigado de Sumé: como foi pensado e planejado	P.52
2.2 - A escolha dos irrigantes, conhecendo os protagonistas.....	P.57
2.3 - Produção: a trajetória ascendente.....	P.63
2.4 - A cooperativa: entre os produtores e o mercado.....	P.66
III. Vertigem! O Oásis era uma miragem.....	P.76
3.0 - Enfrentando, contornando e sucumbindo aos problemas.....	P.76
3.1 – Ausência de identidade entre o planejamento e os objetivos dos irrigantes...	P.79
3.2 - Conseqüências locais da política de açudagem.....	P.83
3.3 – O afastamento do DNOCS.....	P.89
3.4 - Tentando superar adversidades.....	P.98
IV. Errando o Caminho da Modernidade.....	P.102
4.0 - O Trabalhador do campo e permanência das antigas estruturas.....	P.102
4.1 - O saber técnico derrotado.....	P.110
4.2 - Em busca do horizonte perdido, <i>Déjà vu</i>	P.111
V. Considerações Finais.....	P.115
VI. Bibliografia.....	P.116
VII. Publicações e relatórios consultados.....	P.121
VIII. Sites consultados.....	P.125

Introdução

0.0 – Razões Iniciais

Entre o final da década de sessenta do século passado e o início dos anos noventa, trinta e sete perímetros irrigados por colonização foram instalados no Nordeste brasileiro pelo DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), como parte de uma política para desenvolver a região e tornar a população menos vulnerável aos efeitos das secas, promovendo a modificação da estrutura econômica através da agricultura irrigada, acesso a crédito, utilização de novas técnicas no campo como adubação e desenvolver a produção em larga escala. A criação de tais pólos apesar de ter uma ação limitada, tinha o intuito de produzir um efeito irradiador, ao final e ao cabo, dinamizaria a economia da região Nordeste trazendo desenvolvimento e modernização.

O debate sobre o presente e o futuro dos perímetros irrigados, o impacto gerado nas famílias dos agricultores por este tipo de intervenção e as conseqüências ambientais, são algumas das temáticas discutidas tanto nas comunidades circunvizinhas a estes, como pelos diversos seguimentos sociais ligados a sua dinâmica, tendo sido também desde sua formação aos dias atuais, tema acadêmico, com diferentes enfoques de análise e interpretação das dinâmicas internas e externas que definiram a configuração atual das políticas de irrigação e da posição que os perímetros irrigados ocupam nas políticas para o setor. (Hall, 1978; Bursztyn, 1984; Cunha, 1998; Freitas, 1999; Gomes, 2005)

Teremos como eixo de reflexão as dinâmicas dos processos que se estabeleceram no Perímetro Irrigado de Sumé, PIS¹, tendo como base:

- Questionar as versões vigentes e expressas no discurso dos atores de que os problemas surgidos no PIS possam ser explicados por uma razão meramente ambiental “falta de chuva” ou “O açude secou”. Estranhando este discurso, pretendemos identificar processos mais gerais que fazem parte das políticas voltadas para o desenvolvimento da agricultura irrigada, e que se ligavam a processos locais.
- As referências de origem dos irrigantes, trazidas de suas vivências como sítiantes, moradores e meeiros, manifesto nas relações de trabalho com a terra, no cultivo, no modo de vida e no modo de fazer com técnicas rudimentares, mesmo sendo desqualificadas pelo Dnocs, teve um peso considerável nas práticas daqueles, e os efeitos e conseqüências verificadas no PIS tanto positivas quanto negativas são resultantes das interações dos atores - Técnicos do Dnocs, Técnicos da Emater e dos Irrigantes - nos processos que ali se desenvolveram.
- As dinâmicas na Cooperativa (CAMIS) se deram a partir do modelo pretendido pelo DNOCS, a capacidade dos atores de processarem e incorporarem este modelo e da disposição de negociarem ou não os conflitos gerados no seu interior.
- O afastamento do gerenciamento de todo o sistema pelo DNOCS, não prevendo as conseqüências, corresponde a decisões que abrangem a mudança de visão nas políticas para a agricultura irrigada que tomaram forma no Estado e que são de matriz neoliberal.

1 Designação que passaremos a utilizar daqui por diante quando nos referirmos ao Perímetro Irrigado de Sumé.

Sem pretender exaurir todos os pontos levantados procuramos discutir os processos interativos ocorridos no PIS que contribuíram para o seu apogeu que aqui tratamos como o oásis no dizer de alguns pesquisadores da época como Marcel Burzstyn, e decadência, processo que culminou com a situação atual que tratamos como: a miragem do oásis, como se mostrou a modernização através da irrigação, que resultou no processo de desestruturação do PIS.

Procuraremos identificar um movimento empreendido pelo DNOCS e outras instituições envolvidas, como a EMATER, no sentido de construir um modo de vida planejado, artificial e controlado no PIS e outro movimento não planejado e não previsto de desconstrução; analisaremos o modelo de desenvolvimento e modernização empreendido, através da agricultura irrigada e da colonização dos vales úmidos. Buscaremos perceber estes processos a partir dos discursos dos atores e dos documentos que expressam as práticas e as dinâmicas que tiveram *locus* no Projeto Irrigado de Sumé.

Ao longo de quatro décadas e milhões investidos em desapropriações, construção dos parques operacionais e pessoal para administrar, as tecnologias utilizadas de irrigação por gravidade, revelaram-se datadas e inviáveis para continuação da produção em larga escala, constatou-se com o avanço tecnológico que se tratava em alguns casos de práticas danosas ao meio ambiente.

Apesar dos resultados nem sempre atingirem o objetivo planejado, este tipo de solução para o problema da seca no Nordeste é defendido por instituições como o DNOCS e por pesquisadores da área (engenheiros agrícolas, agrônomos, economistas) e que, mesmo com reservas, são adeptos ao modelo de irrigação por colonização. (Carvalho,1988, p.424); inclusive nos dias atuais, a exemplo do mega projeto de transposição do Rio São Francisco².

2

Apontado desde o império como solução para o problema da seca no Nordeste, a transposição do Rio São Francisco, em fase de implementação, é um projeto da ordem de R\$ 4,5 bilhões que prevê a construção de dois canais que totalizam 700 Km de extensão, e liga o Rio São Francisco às bacias hídricas do Nordeste setentrional, irrigando a parte semiárida e atingindo uma população de 12 milhões de pessoas. O Projeto prevê que 70% seriam destinados à irrigação; 26 % para uso industrial e 4% para uso difuso da população. O eixo Leste do canal faz ligação com o Rio Paraíba, em Monteiro, na Paraíba e pretende beneficiar as populações à margem do canal que teria como ponto final o açude de Boqueirão. Um dos beneficiários deste volume d'água seriam os projetos de irrigação que estão no eixo de abrangência do projeto, como o PIS. *"com o objetivo de levar água destes reservatórios estratégicos para suprir cidades e perímetros de irrigação"*
(<http://www.integracao.gov.br/sao-francisco/integracao/distribuicao.asp>, acessado em 08/03/2010 as 11:00h)

Dos perímetros implementados, 30,12% ainda usam a tecnologia de irrigação de superfície, que se dá por gravidade e com a utilização de sulcos; e poucos puderam se adaptar às novas tecnologias de irrigação³ para maximizar a produção, reduzir os custos e causar menos danos ao meio ambiente. Num total de 234.944,69 (duzentos e trinta e quatro mil, novecentos e quarenta e quatro e sessenta e nove) hectares foram desapropriados; 62.838,30 (sessenta e dois mil, oitocentos e trinta e oito e trinta) hectares foram irrigados até 2008, e 6.924 (seis mil, novecentos e vinte e quatro) famílias atendidas até 2007, dezesseis destes perímetros encontram-se com as atividades semiparalisadas, apesar do DNOCS reconhecê-los como ativos e em produção, mesmo não tendo agricultura irrigada em todos, alguns produzem no sistema de sequeiro, seis com uma produção em pouco mais de cem hectares e dez com produção abaixo de cem hectares, e dos dez, seis abaixo de sessenta hectares. (Síntese informativa dos Perímetros Irrigados - Maio 2008, p. 33)

Nestes dezesseis perímetros há um predomínio da agricultura tradicional, extensiva, não irrigada e só pontualmente há produção irrigada. São perímetros que passaram por um processo de dissolução do parque produtivo, desagregação da equipe administrativa através de aposentadorias e transferências e de paralisação das atividades agropecuárias.

Este trabalho pretende mapear a trajetória do PIS, que faz parte dos dezesseis que estão nesta condição de semiparalisação e que, após um estudo do governo federal, aguardam a reativação com novas tecnologias de irrigação. Para marcar esta trajetória, buscaremos saber como foi pensado e formulado este tipo de intervenção estatal e seus desdobramentos para a

³ Os sistemas modernos de irrigação mais utilizados são: por aspersão (convencional, portátil, propelido, pivô central e deslocamento linear); e localizada (gotejamento e microaspersão). O método de aspersão é composto, normalmente, por um conjunto motobomba, tubulações, aspersores e acessórios. O sistema de aspersão convencional é considerado o sistema básico de irrigação por aspersão, do qual derivaram todos os demais. São classificados em portáteis, semiportáteis e fixos, dependendo do grau de movimentação em campo. Os monômetros (medidores de pressão) são indispensáveis para o bom funcionamento do sistema e são empregados para irrigação de pequenas áreas; O sistema de aspersão em malha é fixo, com tubulações enterradas. Um único aspersor se movimenta na linha lateral, de diâmetro reduzido, exigindo assim conjunto motobomba de baixa potência; O sistema autopropelido é movimentado por energia hidráulica possui um aspersor do tipo canhão, montado em uma plataforma, e uma mangueira de alta pressão de até 500 metros e é empregado em áreas irrigadas de tamanho médio; O sistema pivô central é um sistema de movimentação circular, movido a energia elétrica. Possui uma linha lateral de aspersores suspensa por torres dotadas de rodas. As torres se movimentam independentemente por possuírem motores individuais. Irriga áreas de até 200 hectares; O sistema de irrigação por gotejamento se desenvolveu em função da escassez de água. Este sistema aplica água em apenas parte da área, reduzindo assim a superfície do solo que fica molhada, exposta às perdas por evaporação. Com isto, a eficiência de aplicação é bem maior e o consumo de água menor. Os emissores utilizados podem ser gotejadores ou microaspersores; já o sistema de microaspersão é um sistema de irrigação localizada onde a água é aspergida através de microaspersores (miniaturas de aspersores) próximo ao sistema radicular das plantas. É largamente utilizado em fruticultura, irrigação em casas de vegetação, jardins etc. Se adapta a diversas culturas e a qualquer tipo de condições topográficas. Existem ainda técnicas ultramodernas que utilizam tecnologia de satélite e energia solar. (fonte: Mantovani, Everardo (org.) (2009) Irrigação: princípios e métodos, editora UFV)

vida das famílias colonas que ali foram instaladas, percebendo as dinâmicas internas e externas que definiram a configuração histórica atual do espaço e de seus habitantes.

O DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), órgão federal encarregado de viabilizar e executar as políticas governamentais de combate às secas no Nordeste brasileiro, inicialmente criado como inspetoria, IOCS e IFOCS (Inspetoria Federal de Combate às Secas), completou no ano de 2009 cem anos de atividades e um processo de quase extinção (Relatório DNOCS - 1997-2002, p.14). Com diferentes enfoques e políticas de atuação no Nordeste, ele foi o executor da política de modernização da agricultura através da irrigação pública por colonização, participando como principal fomentador para a criação, instalação e administração dos perímetros irrigados a partir de açudes públicos.

Para o DNOCS, ainda que os resultados da política não correspondam ao que fora planejado, a instituição tenta prolongar sua sobrevivência, com novo enfoque, entra nesta primeira década do ano dois mil prometendo novos ajustes e novo enfoque político para a instituição:

O novo modelo de irrigação veio coroado um intenso processo de discussão deflagrado em consequência das críticas de todos os matizes dirigidos ao modelo de irrigação pública implantada a partir dos anos 70, o qual revelou o caráter de um modelo exaurido de intervenção do Estado. As exigências da Modernização de um Estado menos intervencionista e mais participativo, menos produtor e mais regulador, devem buscar nas parcerias e no respeito ao federalismo, novas formas de ação. (Relatório DNOCS 2004, p. 17)

Mesmo o DNOCS avaliando os resultados como necessitando de uma “revisão aprofundada”, por não terem sido alcançados os objetivos planejados, para os irrigantes, a avaliação é positiva por parte destes que lamentam o estado atual do PIS. Constata-se que para os beneficiários de outros perímetros, a exemplo do Perímetro Irrigado de São Gonçalo, a auto avaliação das famílias sobre a sua qualidade de vida depois que se tornaram irrigantes é próxima da percepção das famílias irrigantes do PIS: *Para as famílias, o PISG é uma conquista vitoriosa porque conseguiram uma casa para morar num lugar tranquilo, uma terra para morar e criar os filhos. Enfim, uma comunidade onde se sentem seguras e amparadas.* (Gomes, 2005, p.10)

O Projeto Irrigado de Sumé significou para a cidade, a transformação da vida de relativo isolamento rural, em convívio com as transformações em curso no país, dinamizando

a economia local, antes mesmo da inauguração:

As obras do DNOCS, iniciadas a partir do final dos anos 1950, apresentavam-se como um fator de fixação e de atração demográfica. Enquanto todos os municípios do cariri sofriam perda de população durante a década de 1960, Sumé manifestava um crescimento de 50% (Bursztyn,1984 p.88).

Pretendemos percorrer os acontecimentos do PIS para elucidar sua trajetória e compreender o desenrolar destes nos processos que o transformaram num projeto promissor e que ao longo do tempo entrou em paralisação gradativa culminando com a sua desagregação.

Este estudo pretende fornecer subsídios para pensar de forma crítica alguns pontos problemáticos que se apresentaram desde a constituição do PIS e os problemas atuais, procurando contribuir para um debate neste momento que se estuda e é pleiteada uma possível reestruturação e retomada da produção irrigada em Sumé.

A grande parte da bibliografia produzida sobre o PIS é da área de Engenharia Agrícola, Agronomia, Engenharia Civil, Economia, Cooperativismo e Impacto Ambiental. Este trabalho pretende se juntar a outros em Ciências Sociais que tiveram como foco a problemática da agricultura irrigada por colonização no Nordeste.

0.1 - Objetivo

O quadro acima descrito justifica a importância de realizar um trabalho de pesquisa cujo objetivo é analisar os elementos de integração e desintegração, engajamento e distanciamento que possibilitam compreender os tempos e dinâmicas que marcaram a trajetória do PIS. Propomo-nos a fazer reflexões sobre questões que interessam à sociologia em geral, buscando situar o contexto como foi pensado e com que objetivos foram criados os projetos de irrigação no qual o de Sumé se encontra inserido, buscando compreender as dinâmicas em que os atores estavam envolvidos, as transformações, adaptações e formas de resistência aos objetivos empreendidos pelo DNOCS, na construção de um projeto de modernização da agricultura local e desenvolvimento de algumas áreas do Semiárido Nordeste. Visa também problematizar as novas políticas de reestruturação pelas quais o PIS vem passando e que fazem parte de uma política governamental para o setor.

0.2 – Hipóteses

Acreditamos que o modelo de extremo controle na condução do PIS, de decisões centralizadas e de paternalismo colocados em prática pelo DNOCS, gerou uma cultura de dependência em que os irrigantes esperavam ser conduzidos, administrados e governados não procurando soluções próprias para os problemas apresentados e uma forma própria de resolverem os conflitos sem necessidade de mediação dos agentes governamentais.

A tentativa de suplantar a cultura tradicional dos irrigantes foi subestimada por um autoritarismo que só conseguia ver os objetivos modernizadores e não conseguia perceber a disposição e o tempo próprios de cada irrigante no sentido de se adaptar a um novo projeto de vida.

O DNOCS seguiu diretrizes de governo ligadas a um contexto nacional e internacional (Revolução Verde) que colocava em ação um determinado tipo de política para a irrigação e para a condução dos perímetros irrigados, e, com as mudanças ocorridas na passagem do regime militar para uma democracia representativa, estas políticas para o semiárido também se modificam e passam do extremo controle ao abandono dos perímetros.

A política de açudagem promovida pelo DNOCS continuou ao longo de toda a segunda metade do século passado de forma ininterrupta, o que saturou os rios e seus afluentes com a construção de reservatórios, promovendo a saturação dos sistemas e o assoreamento de alguns açudes como o de Sumé.

0.3 - *Locus* e contexto empírico da pesquisa

Localizado no Cariri Paraibano, o município de Sumé (ver mapa número 01 na página 20), faz parte do Semiárido Nordeste e alcançou independência política em fevereiro de 1951, deixando de ser distrito de Monteiro e passando à categoria de cidade. Intensas disputas políticas marcaram a luta pela independência, já que não havia interesse das elites monteirenses de um desmembramento de seu território e da conseqüente perda de ativos financeiros do município. Para Sumé, a emancipação, significava passar a ter mais recursos com um planejamento local e acesso aos benefícios almejados pela população, que era “esquecida” pelos que governavam a sede do distrito. O município compreende uma área de 838 km², e a população é de 17.085 habitantes, segundo estimativa do IBGE para 2009.

Mapa 01 - Localização de Sumé no mapa da Paraíba

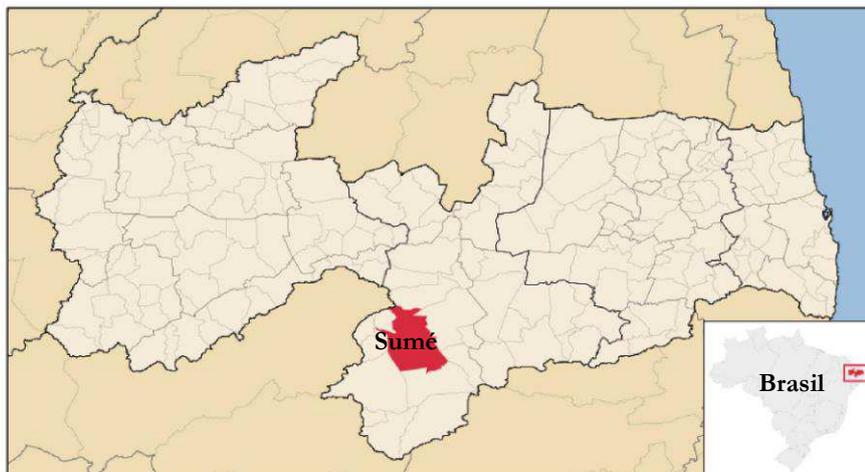
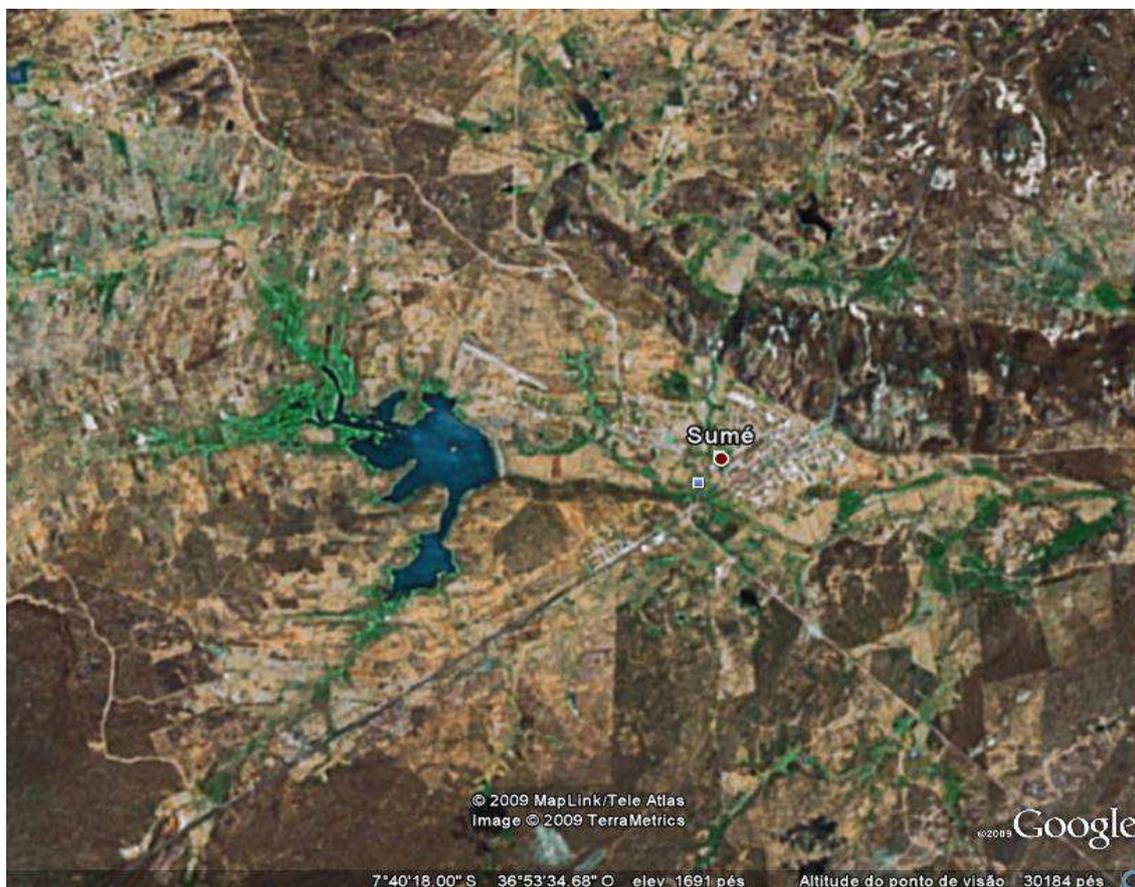


Imagem única - A cidade de Sumé, o Açude e a área do Perímetro Irrigado



Fonte: Google Earth

O PIS se estende ao longo do Rio Sucuru por 12 km, compreendendo 51 lotes numa área total de 368,85 ha, sendo que apenas 47 foram ocupados por irrigantes. As famílias que eram proprietárias das terras, indenizadas para a construção/instalação do

projeto, puderam escolher entre ficar ou sair da área, de acordo com o projeto original do DNOCS. Optando por ficar, estas tinham prioridade na escolha dos lotes situados dentro da área de sua propriedade de origem em relação aos novos beneficiários.

Os produtos cultivados no PIS na década de 70 e 80 eram: coco, banana, manga e outras frutas; legumes e hortaliças, eram produzidos em menor escala, uma parte para o consumo próprio e o outro para abastecer o mercado local. O tomate era o produto principal seguido do milho e os mais incentivados pelo DNOCS, porque já havia certas garantias de comercialização e escoamento da produção e ganhos financeiros imediatos, mas havia uma certa resistência dos colonos, insistindo na combinação dos sistemas produtivos, isto é, executar o projeto do DNOCS e cultivar o milho e o feijão para o consumo interno e o excedente para comercialização pelo sistema de sequeiro, esta negociação relacionada aos sistemas produtivos foi conflituosa, ao que parece, na maioria dos perímetros (Carneiro, 1988; Gomes, 2005).

Passada a euforia dos anos de ouro da produção em larga escala do tomate, os irrigantes que permaneceram na área do projeto achavam que os motivos da paralisação do PIS eram a “falta d’água” ou “o açude secou”. Respostas apoiadas em convicções são, na maioria das vezes, tomadas como verdades únicas e narrativas dominantes para explicar o estado atual de imobilização do PIS.

O sonho de desenvolvimento e modernização que Sumé viveu nos anos 70 foi aqui manifesto na expressão Oásis, utilizado na literatura sobre as secas, como metáfora para o lugar mítico e a vida que o Nordeste busca onde não estaria mais sujeito aos danos causados pelas secas. Segundo o dicionário Aurélio, o termo Oásis significa *região coberta de vegetação em meio a um grande deserto; lugar aprazível, em contraste com outros que não o são; coisa bela, agradável, deliciosa, num conjunto que é o oposto disso; prazer, alegria, entre desgostos e aborrecimento.*

Da mesma forma, miragem é definida como *efeito óptico, freqüente nos desertos, produzido pela reflexão total da luz solar na superfície comum a duas camadas de ar aquecidas diversamente, sendo a imagem vista, de ordinário, em posição invertida; visão fantástica, enganosa; ilusão sedutora; engano, sonho, quimera,* o que nos favoreceu o uso como metáfora para a situação de desestruturação do PIS, em que constatamos pela situação atual que o sonho sumeense, ou o processo de sumerização no semiárido no dizer de Marcel Bursztyn, não passou de uma miragem do Oásis.

0.4 - De minha trajetória pessoal ao tema de pesquisa

Morei em Sumé, Paraíba, desde que nasci. Mudei para Campina Grande em 1980, para fazer segundo grau. Pelo que percebo, das muitas pessoas com quem convivo e que também iniciaram sua história numa cidade pequena, existe uma ligação com o lugar de onde partiram e de onde temos as lembranças de infância, um compromisso tácito com o lugar e com as pessoas, que longe de se constituir numa forma de bairrismo, de forma geral se traduz no desejo de compartilhar com estas, a vontade de transformar o lugar de onde vieram em algo melhor, com melhores condições de vida que melhorariam a vida de seus habitantes que são em grande quantidade, parentes e amigos, ou seja, sonho de desenvolvimento e modernização. Não sei se esta vontade, compromisso, é típica de minha geração, que cresceu sob o regime militar e que, de alguma forma, muito cedo, optou em diferentes níveis, de se engajar politicamente e ter uma visão de mundo questionadora do papel do Estado e de suas instituições. Pode ser que apenas estivéssemos legitimando o discurso desenvolvimentista, sem percebermos as relações de poderes que estão imbricadas neste discurso e presentes no imaginário local. Vivíamos o momento do “este é um país que vai pra frente” e, desde então, torcíamos para Sumé engrossar as fileiras do progresso. O fato é que este compromisso existe em muitos de nós e por esta razão, sempre que nos encontramos fazemos avaliações políticas de como estão as coisas em Sumé, o que mudou para melhor ou para pior.

Foi com este olhar crítico e apaixonado pelo lugar que nos pertence, de forma congênita e afetiva, que incansavelmente tentava entender os acontecimentos locais e as modificações que projetáramos e aspiráramos que não se concretizaram ao longo do tempo.

O tempo mítico de um passado de abundância contrastava com o momento de recolhimento e de uma aparente involução de Sumé. Eu tinha vivido situações de fartura e pela condição de filho de funcionários públicos, as minhas lembranças são de abundância e as lembranças da zona rural que carrego são dos períodos de chuva, dos riachos cheios e de açudes sangrando, ou seja, um verdadeiro oásis no semiárido, e o motor deste dinamismo econômico e social em Sumé foi o projeto de irrigação implementado pelo DNOCS . Estas razões é que me fizeram, ao pensar em fazer o mestrado, imediatamente adotar como tema de estudo o Projeto Irrigado de Sumé, sem que eu nunca tivesse cogitado outro objeto de estudo.

Eu cresci sob a euforia da grande produção de tomates para industrialização, propiciada pelo Projeto de Irrigação de Sumé (PIS), tudo era desenvolvimento, novas oportunidades de trabalho, crescimento da cidade e só havia coisas positivas no horizonte. Esta euforia contaminava a todos, nos dava orgulho de sermos sumeenses e nos comparávamos com ar de superioridade aos que não tinham recursos hídricos, como os Monteirenses que dependiam da água do açude de Sumé nos períodos críticos.

O dinamismo que o PIS trouxe para a economia local e para a comunidade extrapolou os limites físicos do projeto, houve uma expansão das áreas de produção nos terrenos que circundavam o açude, que também foram denominados pelos ribeirinhos de lotes, pela referência aos lotes do perímetro, o normal na região é chamar de sítio uma pequena propriedade. Um setor de trabalhadores rurais e pequenos proprietários organizaram-se de forma própria para também produzir tomates, hortaliças e outros gêneros alimentícios, copiando as técnicas internas ao perímetro e produzindo direto para o mercado, isto ao longo do tempo teve conseqüências para o meio ambiente com a ocupação desordenada destas áreas e pelo uso de agrotóxico nas margens do açude.

Lembro-me da imagem que vinha a minha mente quando se falava no nome DNOCS dentro de casa. Muito pequeno para saber do que se tratava, e atento à fala dos adultos, quando este nome era pronunciado, eu imediatamente imaginava o sol, o astro rei era a medida para aquele nome que freqüentemente era mencionado, e denotava, pela forma e freqüência, empolgação, admiração, expressa na fala dos adultos. Só mais tarde, com as primeiras idas ao prédio do DNOCS, fiquei sabendo que se tratava do trabalho do meu pai.

Grandes máquinas circulavam pela cidade num vai e vem que denunciava que a modernidade tinha chegado, televisão, telefone e outras engenhocas pareciam avisar que sairíamos do isolamento de um mundo eminentemente rural e passaríamos a integrar uma nova ordem que tantas vezes nos convocara a bandeira nacional: viver sob a égide do progresso.

0.5 - Metodologia e estrutura do trabalho

Para traçar o caminho percorrido da construção até o momento atual do PIS, buscamos entrevistar irrigantes e ex-irrigantes, familiares, funcionários e ex-funcionários do Perímetro e do DNOCS. Nos 51 lotes, foram realizadas 16 entrevistas com irrigantes, ex-irrigantes e familiares, tendo sido privilegiados os que estão no perímetro desde o início. No DNOCS, foram feitas quatro entrevistas com ex-funcionários, no momento, todas as pessoas já estavam aposentadas. Os entrevistados foram: José Fernandes Sampaio, Gerente do Perímetro de 1967 a 1983, José Mendonça Filho de 1958 a 1986 (administração), Mário Alexandre, (administração, cedido à Camis como gerente por 15 anos) de 1969 a 1988 e Sr. Ramiro 1967 a 1978; Um agrônomo e uma assistente social da EMATER a serviço do DNOCS entre 1980 e 1981; O ex-prefeito de Sumé, Leonardo Guilherme de Oliveira; A viúva do ex-prefeito Newton Leite Raphael, Creuza Mendonça Raphael; E entrevistamos ainda na Cooperativa, Sebastião Soares de Oliveira, Tadeu Oliveira, Lourival Alves de Oliveira (Gerente) e José Cosme de Souza, seu Zeca, (Gerente). Utilizamos também a fonte documental: relatórios, comunicação interna e publicações do DNOCS e da Camis - (Cooperativa dos Irrigantes de Sumé) para resgatar os dados de produção e a interação entre os vários seguimentos envolvidos na administração do PIS.

Para finalizar, a dissertação que estamos apresentando, foi estruturada da seguinte maneira: No primeiro capítulo vamos situar o PIS numa política mais geral do contexto das políticas públicas para o combate às secas no Nordeste, analisar os discursos e as políticas difundidas como alternativas ao problema da escassez dos recursos hídricos no Nordeste, e no semiárido em particular. Ainda neste capítulo focalizaremos as políticas de irrigação no semiárido, com atenção para a criação dos projetos de irrigação, buscando analisar os interesses e demandas dos vários segmentos sociais interessados em sua concretização.

No segundo capítulo faremos uma descrição do PIS, traçando, através dos relatos dos atores e de dados documentais, como foi o processo de implementação e a avaliação de cada segmento envolvido acerca dos resultados e desdobramentos da implantação do perímetro.

No terceiro capítulo, também a partir do relato dos atores e de fontes documentais, mostraremos os problemas enfrentados no PIS, o declínio da produção, os conflitos na Cooperativa e a saída do DNOCS da condução ostensiva na administração do sistema, que resultou no processo de desestruturação e sucateamento do parque produtivo.

No quarto capítulo discutiremos as implicações da criação e implantação de um Projeto de Irrigação, iluminado por uma lógica e um discurso modernizante e como este processo estava ligado a dinâmicas mais gerais de contextos exógenos, através da redefinição das ações governamentais no que se refere ao modo de enfrentar o problema das secas no Nordeste. Apresentaremos considerações acerca das premissas em que se baseiam o estudo para reestruturação do PIS e avaliaremos sua consistência num projeto dentro do mais recente paradigma de desenvolvimento com sustentabilidade, tendo em vista as condições das famílias instaladas no perímetro hoje e a intenção de transferir a administração do DNOCS para a iniciativa privada para construir uma cultura voltada para o agronegócio nos irrigantes quando esta intenção não se concretizou e não foi bem sucedida na primeira vez. E, por último, apresentaremos as considerações finais.

Primeiro Capítulo

Reflexões sobre as políticas de combate às secas

Para refletir sobre as formas em que se deram as políticas de combate às secas, seus pressupostos e o contexto político institucional em que se configurou a instalação dos projetos de irrigação, nossa perspectiva se insere na tentativa de ver a modernização não do ponto de vista valorativo como se existisse uma modernização melhor ou pior, mais justa ou menos justa, eficaz ou menos eficaz, dolorosa ou menos dolorosa, mas tentar ver como um processo que teve início no ocidente e do qual fazemos parte e estamos nele imersos será aqui resgatado para nossa compreensão do projeto irrigado de Sumé. Para tanto, buscaremos entender, tão somente, sua significação política, através de políticas institucionais e a implicação desta na vida dos atores, como um acontecimento e não como um projeto sobre o qual deveríamos nos posicionar dizendo o que deveria ser.

1.0 – A Seca como problema

Os primeiros relatos sobre secas no Brasil datam do século XVI feitos pelos jesuítas, mas estas não eram tidas como catástrofes. As populações atingidas eram quase exclusivamente de grupos indígenas e nestes períodos de escassez eles buscavam a sobrevivência migrando para o litoral que estava em outra faixa climática e dispunha de outros

recursos para alimentá-los e acolhê-los nos períodos de longas estiagens. O contingente populacional de maior expressividade, até o início do século XVIII, estava concentrado na faixa litorânea vivendo da atividade agro-açucareira e não era atingido pelas secas do sertão. Só com o processo de ocupação das terras localizadas na faixa interiorana e assentada sob a atividade pecuária é que a percepção das secas começa a mudar.

A Seca de 1877-79 foi um divisor de águas na forma de o governo imperial atuar no combate à seca. Deixou-se de enfrentá-la apenas com ações de emergência e socorro aos flagelados, o que José Américo de Almeida chamou de *medidas de salvação* e Francisco Alves de Andrade chamou de *fase humanitária*, (Carvalho, 1988, p. 201 e 203) e passou-se a pensar e planejar ações com caráter preventivo. Devido às proporções deste evento, as classes dirigentes das províncias do norte e do governo do Brasil se viram diante da urgência de atuar de forma diferente de antes, e um relatório do DNOCS, ao se referir a esta seca alguns anos mais tarde, constata que *a extensão e o impacto econômico e social sobre as populações da região haviam permitido a criação de uma mentalidade favorável à pronta execução de obras que pudessem atenuar os efeitos das secas* (Carvalho, MINTER, 1973, p.180). Sob efeitos devastadores, um grande contingente da população nordestina foi atingida. Avalia-se que 500 mil pessoas foram a óbito. Raimundo Girão (Girão apud Mota, 1979, p.7) descreveu o fenômeno no Ceará da seguinte forma:

O saldo negativista deste fenômeno climático para o Ceará e Províncias limítrofes, na fauna, flora e no âmbito humano, tomou proporções estarrecedoras. O sertão despovoou-se, a caatinga ressecou-se, os rios secaram e, sob o céu infinitamente límpido e um sol abrasador, até as aves arribaram impulsionadas por um instinto natural de conservação:"... não era raro ver-se nos arrabaldes da capital cearense bandos de papagaios, jandaias e pombas-d'asa branca que tinham deixado os sertões em procura das praias."

Fortaleza inchou e tornou-se a Capital de uma população esquelética e numerosa, proveniente dos mais distantes rincões interioranos e de Províncias vizinhas, com efeito, habitantes da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, acossados pela fome, atravessaram em massa as fronteiras do Ceará e para aqui vieram em busca da sobrevivência. Fortaleza transformou-se na metrópole pululante de indivíduos esfomeados, tanto que, pelo censo de 1872, a sua população orçava em 21.000 habitantes, e, em março de 1878, eram 100.000 e, em setembro do mesmo ano, 114.000 habitantes... A situação agravou-se e as autoridades, na época, impossibilitadas de resolverem tão ingente problema deliberaram uma solução que, se não foi uma das mais louváveis, parece-nos a única solução: processou-se o êxodo das populações Cearenses. (Mota, 1979, P.7)

No socorro aos flagelados das secas o governo imperial limitava-se a enviar mantimentos para diminuir a fome das populações atingidas, *só no Ceará, em 1878, aportaram 360 navios lotados de alimentos para socorrer os famintos e em 1879, mais 325*. (Mota, 1979. p. 8). Os outros procedimentos que eram pontuais e emergenciais de forma dispersa eram: obras de represamento d'água, perfuração de poços, construção de estrada de ferro e barragens para que estas populações sentissem que alguma coisa estava sendo feita e com isto fossem evitados atos de vandalismo e crime. Em troca de um pagamento simbólico, parte da população das áreas atingidas pelos longos períodos de estiagem era agregada em torno de obras públicas e em propriedades particulares a prestar serviços, recebendo pequenos valores que não chegavam a ser o mínimo necessário para a subsistência das famílias.

No início da República, as secas de 1888-89 traziam sérias conseqüências e o governo herda e põe em prática o mesmo sistema de aguardar as conseqüências das estiagens prolongadas, para retomar as medidas de emergências, de caráter predominantemente paternalista (Carvalho, 1973, p.181) que consistia em incentivar os fluxos migratórios para a Amazônia, para a atividade extrativista da borracha. O que caracteriza esta fase é o desvio de dinheiro, tanto para algumas obras, como para a construção de açudes como desvio das cargas enviadas para socorrer os flagelados.

Ao final do século XIX, o que se segue é um intenso debate entre técnicos (engenheiros, naturalistas, geógrafos) e políticos, em jornais como o Globo, Jornal do Comércio e Correio Mercantil, sobre como resolver o problema das secas nas províncias do norte. A centralidade deste debate era o represamento de rios, viabilidade ou não de construção de açudes, arborização em grande escala, construção de um canal ligando o Rio São Francisco ao Rio Jaguaribe, construção de cisternas e perfuração de fontes artesianas, construção de açudes para favorecer a evaporação e mudar o clima árido, construção de açudes para dar água aos que tiverem sede e para irrigação, e/ou, diante de tantas possibilidades, qual seria a solução para as populações, imigrar em massa no período de seca ou criar condições de permanência nas províncias? Mesmo formada uma comissão de especialistas para percorrer as áreas afetadas, o que resultou num relatório com sugestões, muito pouco foi feito, apenas iniciou-se a construção de um grande açude em Quixadá no Ceará, em 1886, que foi finalizado em 1906.

Nas secas de 1900 e 1915 o panorama em relação às populações atingidas não havia se alterado muito, levas de retirantes continuavam povoando as estradas e formavam *campos de concentração* que eram locais onde os flagelados eram reunidos como pudessem para receber os alimentos distribuídos pelo governo. Para socorrer os flagelados, o governo criou

pequenas obras em açudes particulares e pagava pequenas quantias pelos serviços.

A criação da Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS) em 1909 marcou o início de uma ação sistemática no combate às secas no Nordeste. As medidas anteriores tinham se caracterizado pela ajuda às populações em caráter emergencial, à medida que eram acometidas pelos danos causados pelos longos períodos de estiagens, a chamada fase humanitária.

Após a criação do IOCS até o ano de 1930, a ação do Instituto foi de estudos na área de engenharia, geologia, geografia, mineralogia e botânica. Conhecimento que tinha como objetivo mapear as grandes bacias de rios do Nordeste com potencial para armazenar água para a construção de barragens e açudes. Neste período foram construídos 87 açudes: no Piauí, 8; no Ceará, 32; no Rio Grande do Norte, 23; na Paraíba, 10; em Pernambuco, 3; em Sergipe, 1 e na Bahia, 10. Além de assistência emergencial nos períodos de seca, as obras visavam empregar a grande massa de trabalhadores que se encontravam impossibilitados de trabalhar na agricultura pela irregularidade das chuvas. Esta fase ficou conhecida por solução hidráulica, que para alguns autores, como Nilson Holanda (Holanda *apud* Carvalho, 1988, p.202), vai até 1948.

A partir de 1919 a política de açudagem se caracteriza pelo elo entre Estado e grandes proprietários de terra, o IOCS muda de nome nesta data e passa a se chamar IFOCS (Inspeção Federal de Obras Contra as Secas) e a ênfase passa a ser na construção de açudes para armazenamento d'água, o Estado entrando com 50 a 70% do valor do açude e o proprietário com o restante. Este “contrato” propiciou a valorização da propriedade reforçando o poder dos proprietários e o aproveitamento da água para abastecimento e pecuária, *satisfazendo aos objetivos de valorização dos latifúndios, satisfazia também algumas necessidades da população, expressas pela criação de condições mínimas para o seu atendimento, durante os anos de calamidade.* (Carvalho, 1988, p. 210)

Em 1919 chegava à presidência da República Epitácio Pessoa, natural de Umbuzeiro na Paraíba. Tal acontecimento faz com que a questão da seca passasse a ser encarada como “prioridade”, na verdade, o que se verificava era a utilização política de recursos que, sob o discurso de combate às secas, era utilizada como benefício e enriquecimento das oligarquias da região, manutenção do poder destas e controle das populações através da política de favores. Desta forma, a inspeção recebeu uma grande injeção de recursos e com um considerável acúmulo de informações técnicas e científicas iniciou um período de preparação para obras que durariam três anos. Foram contratados técnicos estrangeiros, importadas máquinas e edificados armazéns para receber materiais, a

exemplo do cimento, que o Brasil não produzia.

Quando as verbas para combate à seca eram disponibilizadas pelo governo, como no período em que Epitácio Pessoa foi Presidente (entre 1920-1922), os coronéis negociavam a construção de açudes em suas propriedades, arrebanhavam as massas de trabalhadores para o serviço e determinavam quem poderia ser incluído ou não. Como agentes de entrega dos mantimentos aos flagelados, estes eram beneficiados pelas obras em suas terras e por reter mantimentos como propriedade sua, em muitos casos, os mantimentos, ao invés de serem distribuídos, eram desviados e vendidos a preço alto nos armazéns do coronel. Os privilégios dos coronéis eram negociados em troca da garantia de voto das pessoas sob seu domínio ao partido do governo. Destas práticas é que surgem expressões como *curral eleitoral* e *voto de cabresto*.

1.1 - O Modelo Populista

O Governo Getúlio Vargas enfrentou a seca de 1932 com José Américo de Almeida no ministério de Viação e Obras. O ministro era Paraibano e conhecedor da realidade do Nordeste. A atuação da inspetoria que até então era centrada na construção de pequenos açudes na foz dos rios e construção de estradas e medidas emergenciais nos momentos críticos, passou a estabelecer a construção de grandes açudes e canais de irrigação, a partir de 1931. A distribuição em quatro áreas foi chamada de sistemas, distribuída da seguinte forma: Acaraú e Jaguaribe no Ceará, Baixo-açú no Rio Grande do Norte e Alto de Piranhas na Paraíba. Foram construídos pelo IFOCS nesta administração dezenove açudes em todo o Nordeste e centenas de poços. Em 1932, os serviços de irrigação em Morada Nova e Baixo Jaguaribe já produziam satisfatoriamente feijão, algodão e outros cereais. (DNOCS, 1979 p. 23)

Dos anos 1930 até o final da década de 50 as políticas se restringiam à construção de açudes e à política assistencialista nos momentos de secas, como a criação de frentes de trabalho, construção de estradas para empregar o grande contingente que ficava à espera do socorro governamental e tinham um caráter imediatista de resolver a pressão popular sobre os agentes governamentais e obter a adesão do povo em momentos eleitorais, sem resolver de forma efetiva a vulnerabilidade da população em relação às secas.

Foram construídas no período de 1930 a 1959 mais 97 barragens e açudes públicos pelo DNOCS: no Piauí, 2; no Ceará, 14; no Rio grande do Norte, 14; na Paraíba, 20; em Pernambuco, 15; em Alagoas, 11; em Sergipe, 6; na Bahia, 12; e em Minas Gerais, 3.

Este período da política voltada para a açudagem pública⁴ empreendida pelo DNOCS é caracterizado por um forte incentivo à acumulação d'água tanto com verbas oriundas de fontes públicas como de “parcerias”. A “parceria” entre o governo e os proprietários resultou que: *de 1912 a 1963 construíram-se 559 açudes em cooperação com particulares, num volume acumulado de 1 bilhão e 180 milhões de metros cúbicos. Este resultado foi conseguido através da concessão de prêmio de 50% aos interessados. (D.N.O.C.S., 1965, p. 54).*

Na avaliação de José Américo de Almeida ao congresso, em 10 de novembro de 1953, ao julgar as políticas anteriores, inclusive sua atuação no Ministério de Viação e Obras, no primeiro governo de Getúlio Vargas, chega à conclusão de que a açudagem não era suficiente para manter a atividade produtiva em andamento e a população no local de origem, era preciso criar mecanismos de fixação e adaptação ao ambiente hostil. A partir deste momento, intensifica-se a utilização da técnica para resolver as questões relacionadas à estabilidade das populações.

1.2 - Planejamento contra as secas

De forma geral, o planejamento por parte do Estado teve início num período de crise, quando a sociedade passava por um processo de reconstrução. Após o fim da primeira guerra mundial, com a crise de 1929, a antiga União Soviética tornou-se a primeira nação a aplicar o planejamento como ferramenta de reconstrução e se caracterizava pela forte administração, centralizada, induzindo a direção de processos econômicos. Este aspecto era visto pelos países de economia livre como excessivamente centralizador e controlador. O planejamento como instrumento de orientação econômica foi estendido aos países do bloco comunista e posteriormente iniciada a sua prática em países de economias abertas como a

⁴ A política de açudagem pública compreende a primeira metade do Século XX que se caracterizou pela construção de açudes. O represamento de águas constitui-se no objetivo principal de política de governo para enfrentamento das secas. Segundo Otamar de Carvalho, o DNOCS, em suas diversas etapas de funcionamento, primeiro como IOCS, de 1909 a 1919, e depois como IFOCS, de 1919 a 1946, construiu 50,2% dos açudes públicos e 53,2% dos açudes particulares em cooperação, existentes no Nordeste, entre os anos de 1909 e 1950. (Carvalho, 1988, P.222)

França e o Japão e tendo sua aplicação ampliada aos países “subdesenvolvidos” como o Brasil e o Chile, a partir da década de 50.

O *plano de metas*⁵ colocado em prática entre 1956 e 1961 é considerado um marco como primeira experiência efetiva de planejamento no Brasil, pela extensão de seus objetivos e pelas mudanças que acarretariam. E cuja possibilidade se concretizou, segundo Celso Lafer (1975, p. 32-33) em decorrência de uma maior participação política através do voto que compatibilizava as aspirações do tipo massa-elites. Os novos eleitores outorgavam legitimidade ao regime e a conciliação entre estas e as elites resultavam no compromisso de ampliar as oportunidades de emprego.

Com os resultados positivos desta fase de desenvolvimento, surgia uma nova questão para a administração pública brasileira, que era: como manter em funcionamento e controlar o sistema que fora formulado para vigorar numa economia de mercado, em que todos os setores deveriam agir de acordo com a lei da oferta e da procura? Um dos fatores não previsto pelo plano é que houve uma demanda por inclusão cada vez maior de parte da população que ficou de fora das novas conquistas e, através da participação política, pressionava todo o sistema. Fator que é apontado por Lafer como possível determinante no colapso do populismo e nas dificuldades administrativas do planejamento no contexto do regime ditatorial. (Lafer, 1975, p. 50)

O fenômeno climático e social no Nordeste do Brasil se transformou, a partir da segunda metade do século XX, em uma política intervencionista, que, sob o discurso de desenvolvimento e modernização do Nordeste, fazia parte de um processo mais geral que vinha se estabelecendo para instaurar uma racionalidade liberal, através da intervenção econômica. Contradição aparente entre a idéia liberal de mercado livre e planejamento estatal? Vias opostas? Tal intervenção se deu visando a criação do mercado de forma que este pudesse funcionar nos moldes das economias de mercado livre. Como um mercado poderia funcionar no Nordeste dentro do padrão moderno da livre iniciativa se ele, na prática, não existia, ou se existia, estava impregnado de condutas arcaicas e tradicionais? As estruturas arcaicas e tradicionais alimentam o atraso na região, diagnosticavam os economistas, e contra quem o liberalismo vem se opor. Agora, trata-se de criar uma economia de mercado através de um plano de ação, *é de toda conveniência que se ataque de imediato o problema no nível da empresa agrícola.* (GTDN, Sudene, 1978, p.81)

⁵ Planejamento setorial durante o governo de Juscelino Kubitschek, que teria como fim a melhoria do nível de vida da população. Foi através de um diagnóstico identificando os seguintes setores que deveriam ser alvo de programas de desenvolvimento: energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação.

Para entender como se configurou a política de irrigação como solução para enfrentar os problemas do Nordeste, devemos nos remeter à forma como o Estado adotou o planejamento econômico como instrumento para o desenvolvimento. Planejar a economia significava criar uma economia de mercado visando assegurar o equilíbrio entre os níveis de produção e a demanda de bens. Ao planejar, o Estado deveria obter determinada taxa de crescimento da renda *per capita*, reestruturando o mercado para possibilitar o crescimento da oferta de bens que dependiam do nível de investimento e da tecnologia empregada.

É preciso ressaltar aqui a convivência de idéias e práticas nacionalistas e liberais que ganham corpo com o populismo de Getúlio Vargas e, posteriormente, com os anos da ditadura militar, que foram marcados pela excessiva centralização do poder decisório, controle e regulação constantes da vida social. Esta racionalidade estava impregnada tanto no pensamento, quanto nas práticas dos governos, sendo melhor definidas por uma espécie de nacionalismo intervencionista.

Com o objetivo de encaminhar uma solução no sentido de integrar ao desenvolvimento do país, regiões castigadas pela seca, como o semiárido, o governo federal decide criar o GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), presidido por Celso Furtado⁶ entre outros pesquisadores. O GTDN elaborou um diagnóstico dos principais problemas a serem enfrentados no Nordeste e apresentou recomendações que deveriam se transformar em ações de governo para modificar o quadro de atraso econômico. Esta política governamental, de acordo com o relatório, deveria ocorrer por meio de uma intervenção na economia, criando formas de dinamizá-la para que ela se integrasse aos mesmos índices e níveis de outras regiões mais desenvolvidas como o sudeste do país. Os preceitos nele contidos viriam nortear a criação da SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste) e as políticas de governo posteriores em relação ao Nordeste.

No documento que tem como título *Uma Política para o Desenvolvimento do Nordeste* observa-se que o foco de ação naquele momento era diminuir a disparidade de renda entre o Nordeste e o Centro-Sul do País, identificando o atraso proveniente da escassez relativo às terras aráveis, extrema concentração de renda na economia açucareira e predominância do

⁶ **Celso Furtado** (1920-2004), Economista, fez parte do quadro da CEPAL(Comissão Econômica para a América Latina) órgão das Nações Unidas de 1949 a 1957. Na década de 1950, presidiu o Grupo Misto CEPAL-BNDES, que elaborou um estudo sobre a economia brasileira que serviria de base para o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek. Coordenou a partir de 1956 o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN).

setor de subsistência na pecuária do hinterland⁷ semiárido. Outra constatação é sobre o fluxo de renda que, através do setor privado, era transferido do Nordeste beneficiando o Centro-Sul e retornando parte desta renda para o Nordeste, através de obras assistenciais, em maior volume, nos momentos de secas e que, de forma geral, o governo gastava na região Nordeste uma soma de recursos muito superior ao que ali arrecadava. E, por fim, alertava para o risco de que os dois sistemas econômicos, Centro-Sul e Nordeste, a permanecer no ritmo que estava, continuaria a agravar disparidades criando antagonismos entre eles.

Na visão do GTDN a industrialização seria a forma para superar o atraso relativo, dando emprego a massa populacional flutuante, fixando na região o capital formado em outras atividades que naquele momento tendiam a emigrar e criaria uma classe dirigente nova que promovesse o desenvolvimento econômico. Outro setor que deveria sofrer uma reforma seria o de produção de alimentos. No modelo existente, diagnostica o GTDN, a agricultura era a atividade mais importante para o conjunto da classe trabalhadora, enquanto para a classe proprietária a atividade mais importante era a pecuária, sendo a agricultura de subsistência a mais afetada pelo regime escasso de chuvas, provocando um colapso na produção de alimentos e se transformando em calamidade social. Assim, afirmava que a crise de produção provocada pelas secas, constituía-se em crises mais graves do que as típicas advindas da crise do capitalismo.

Para o GTDN, a forma de combate aos efeitos das secas tinha sido, em sua maioria, medidas de curto prazo que tinham caráter assistencial, criando artificialmente uma demanda de alimentos que só podia ser satisfeita por suprimento externo; as de longo prazo, tinham sido apenas a construção de uma rede de açudes, o que significava apenas uma etapa preliminar na execução de uma política de aproveitamento de terras e águas. *Tanto as medidas de curto como de longo prazo têm contribuído, para fixar na região um excedente demográfico crescente, sem modificar em nada os dados fundamentais do problema.* (GTDN, SUDENE, 1978, p.13). E apresenta as soluções para a transformação da economia da região:

O plano de ação apresentado neste documento está estruturado em torno de quatro diretrizes básicas:

- a) *intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira;*

⁷ Território situado adjacente a faixa litorânea, interior.

- b) *Transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada;*
- c) *Transformação progressiva da economia das zonas semiáridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas;*
- d) *Deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do hinterland maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semiárida. (GTDN, Sudene, 1978, p.14)*

Este documento base, para as políticas públicas para o Nordeste nos anos subsequentes, para a criação de instituições como a Sudene e para a redefinição da atuação do DNOCS na direção de uma modificação da atividade agrícola que seria transformada das práticas tradicionais em práticas modernas, tem como ponto principal de atuação a regulação e criação de um mercado no semiárido:

A questão não se limita a instabilidade da oferta de alimentos. O seu aspecto mais importante reside no fato de que grande parte da produção de alimentos não se integra no mercado. Para que a população pudesse comprar alimentos provenientes de zonas irrigadas ou de outras fontes será preciso, primeiro, dispor do necessário poder de compra, isto é, de uma renda monetária. Ora, a atual economia de zona semiárida assenta no fato de que a população não necessita ser paga para subsistir, ou, em outras palavras, no fato de que ela em grande parte se auto-abastece de alimentos.[...] O problema está em dar maior renda real ao trabalhador, e não à oferta de alimentos. (GTDN, Sudene, 1978, p. 71 e 72)

A economia de subsistência, tal como constatou o GTDN como característico do semiárido, realiza-se fora do alcance do Estado e de sua regulação, fora da lógica do mercado da livre concorrência e sua informalidade com regras e dinâmicas próprias ocasiona instabilidade na oferta de alimentos e a produção não se integra ao mercado, não proporcionando o suficiente para que a população tenha poder de compra, renda monetária. O que é detectado como ponto crucial a ser mudado, é o auto abastecimento e a ausência de uma economia monetária, o que é preciso mudar é uma economia baseada na troca para uma economia concorrencial monetarista.

Este, portanto, foi o ponto de estrangulamento perseguido pelo governo federal, a partir do GTDN com objetivo explícito de “criar um mercado no semiárido dentro da visão liberal de governar. Criar oferta estável de alimentos, que seja baseada na livre iniciativa, na concorrência, já que na economia de subsistência a produção não existe nos moldes da competitividade”, trata-se da criação de uma economia de mercado no semiárido, que o GTDN identifica como ponto principal a ser atacado e torna-se, como documento, o portavoz e ideólogo desta nova forma de enfrentar a questão das secas no Nordeste. Sua ação é regular o exercício do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado.

O planejamento e a tecnologia são os instrumentos por meio dos quais será colocada em ação, em prática, a reordenação do semiárido nos moldes do mercado da livre iniciativa.

Garantir a inserção da maioria da população, o acesso a esta nova ordem que já se encontrava em estado adiantado em outras regiões como o Centro-Sul do país, região em franco desenvolvimento de um mercado dentro dos moldes capitalistas e que serve de contraponto para o diagnóstico do GTDN, é o foco deste processo.

Além disso, visa integrar a região, unificar o mercado, elevar a produtividade, deslocar a fronteira agrícola para incorporar à economia da região, intensificar a industrialização, que toma forma nas instituições que foram criadas a partir deste diagnóstico, como a criação da SUDENE, com a função de centralizar as ações de governo, e de outras instituições executoras como o DNOCS, Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco do Brasil (BB) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

Ainda procurando inventariar os problemas a serem atacados, o GTDN, posiciona-se em relação à política de açudagem, constatando que já existia uma *volumosa massa de águas represadas, cerca de sete bilhões de metros cúbicos, sem que se tenham introduzido modificações sensíveis na fisionomia econômica da região*. A irrigação compreendia pouco mais de 10 mil hectares. E o próximo passo a ser seguido como política para o Nordeste, tentando criar uma oferta estável de alimentos, era a irrigação e abertura de áreas úmidas na periferia do polígono das secas no maranhão.

A fração das águas açudadas diretamente utilizadas em irrigação é insignificante: pouco mais de 10 mil hectares são efetivamente irrigados no momento presente. O estudo de muitas destas represas deixa transparecer, de resto, que não houve preocupação direta de irrigação nos projetos originais. [...] No outro extremo temos a produção de alimentos que nada se beneficiou dos grandes

investimentos realizados no represamento de águas.[...] o problema se resume em criar um oferta de alimentos, seja com base na irrigação, seja com base na abertura de novas áreas úmidas na periferia do polígono.(GTDN, Sudene, 1978, p. 70,71)

A açudagem tornou a pecuária rentável diminuindo o coeficiente de mortandade do gado, mesmo permanecendo o problema de forragem, mas verificou-se outro efeito, como resultado desta política, qual seja, ela *também contribuiu para reter uma maior massa populacional na região.[...] O excedente da população só se manifesta com sua crueza nos anos secos.* Curioso é que a população nordestina seja tratada aqui como excedente demográfico, excedente em relação a que? Em relação a condições ideais de mercado, ou seja, excedentes são aqueles que estão fora do sistema de produção, mas fazem parte do consumo mínimo para sobrevivência. Excedente que não se encaixa nesta nova racionalização do mercado, que não dispõe de emprego para o conjunto da população e que precisa nesta nova ação de governo para reorganizar o sistema, suprimir o excedente de contingente humano. Para Michel Foucault, o que caracteriza o liberalismo é a *formalização geral dos poderes do Estado e da organização da sociedade a partir de uma economia de mercado.* (Foucault, 2008, p. 160). E é neste contexto que as populações são alvo de intervenção através de deslocamento planejado:

Se o objetivo é eliminar progressivamente a agricultura de subsistência, infere-se que a massa de população a reter na região terá de ser substancialmente reduzida.[...]a possibilidade de reter parte da população na própria região semiárida dependerá da viabilidade de instalação de algumas indústrias diretamente ligadas ao fornecimento local de matérias-primas. É esta evidentemente uma possibilidade limitada, porquanto já existe nos aglomerados urbanos da região, importantes grupos de população semi-ocupada, que teriam precedência sobre os novos contingentes. (GTDN,Sudene,1978, p.75)

A solução apontada pelo GTDN é promover a emigração para áreas com baixo adensamento populacional nos vales úmidos na periferia do polígono das secas.

Dos trabalhos deste grupo deve resultar uma estimativa do montante da população a desviar da região semiárida, à medida que se reorganize a sua economia. [...]. O objetivo último que se tem em vista é transferir da região

semiárida algumas centenas de milhares de pessoas, criar nesta região uma economia com menor potencial demográfico e mais elevado nível de produtividade, e deslocar a fronteira agrícola do Nordeste. (idem, p.82 e 83)

Acreditamos que a oferta de alimentos como preocupação de organização do semiárido está ligada, não só ao abastecimento das populações nos momentos de seca, matando a fome destas, também não está só ligada à dependência de alimentos de outras regiões produtoras do país, mas está ligada à instabilidade e equilíbrio do mercado que se pretendia criar e cujos efeitos a seca entrava como elemento desorganizador.

Não há como escapar a conclusão de que toda e qualquer medida que concorra para aumentar a carga demográfica, sem aumentar a estabilidade da oferta de alimentos, está contribuindo em última instância para tornar a economia mais vulnerável à seca. (idem, pág. 70)

1.3 - A caminho da modernidade ou a modernização como projeto político

A instalação de perímetros irrigados pelo DNOCS está ligada a processos mais gerais que se inserem no contexto da modernização da agricultura no Brasil que, por sua vez, estava vinculado às transformações econômicas a partir do término da segunda guerra mundial. Após a guerra, os Estados Unidos consolidaram a sua liderança no mundo capitalista e a antiga União Soviética expandiu a sua influência e passou a exercer sua tutela sobre os países que adotaram o sistema socialista. As transformações econômicas que se seguiram foram:

expansão da economia mundial, principalmente nos países altamente industrializados; crescente controle e comando da economia mundial pelas grandes corporações transnacionais e multinacionais; avanço tecnológico e científico, com o lançamento de produtos cada vez mais sofisticados; avanço e consolidação do capitalismo monopolista internacional; instalação crescente de subsidiárias (filiais) das grandes corporações transnacionais nos países subdesenvolvidos com o objetivo de expandirem seus negócios e controlarem os mercados, influenciando na orientação do consumo; integração crescente das economias e das nações dependentes

no mercado mundial, em função dos interesses e das necessidades dos países centrais subdesenvolvidos como fornecedores de bens primários e matérias primas baratas e importadores de produtos industrializados, tecnologia e capitais; concessão de empréstimos aos governos e aos empresários dos países periféricos, aprofundando o endividamento e a dependência; controle político dos países dependentes, colocando e mantendo no poder governos que aceitem e facilitem o avanço da estratégia das corporações transnacionais. (Brum, 1988, 31-32)

O conceito de modernidade está, de forma geral, relacionado aos processos que passaram a ser mais intensamente discutidos no século: o advento do estado-nação, a revolução industrial e o surgimento do humanismo, que fizeram o homem se colocar de forma ativa na condução de si e de suas práticas através do uso da razão e da possibilidade de reflexão sobre estas práticas são alguns acontecimentos marcantes característicos da modernidade.

O conhecimento científico no ocidente passa a ser o organizador da vida social em detrimento de uma visão religiosa, e de um mundo marcado por práticas de utilização da magia como mecanismo para entender e resolver os infortúnios do cotidiano. Este processo para Max Weber estava ligado ao conhecimento e a dominação do mundo natural e se dava de forma generalizada, mas heterogênea.

A modernidade diz respeito a um estilo de vida marcado pelo desenvolvimento tecnológico, a industrialização, a liberdade, a reivindicação da igualdade de direitos, a superação das formas de vida tradicionais pela incorporação de formas mediadas pela ciência, a forma de vida excessivamente administrada, e assinala uma ruptura do passado arcaico e estável para um mundo mecanizado, em que há uma adaptação da vida social às necessidades individuais e coletivas e que substitui a arbitrariedade e a violência, pelo Estado de Direito e pelo Mercado.

Por modernização, Jürgen Habermas entende como:

um conjunto de processos cumulativos e de reforço mútuo: à formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento do poder político centralizado e a formação de identidades nacionais; a expansão dos direitos de participação política, das formas urbanas de vida e da formação escolar formal; a secularização de valores e normas. (Habermas, 2002, pág.5)

A modernização no sentido político institucional que teve ensejo na América Latina está ligada ao contexto da política americana durante a *Guerra Fria*, para conter a ameaça comunista no continente. Após a revolução cubana em 1959, o governo americano de John F. Kennedy lança em 1961 a *aliança para o progresso* que se tratava de um investimento de 80 bilhões de dólares e dos quais os Estados Unidos entrariam com 20 bilhões, para ajudar e acelerar o crescimento econômico na América Latina. *Na tentativa de garantir governos plenamente democráticos foi produzida uma carta de intenções que propunha uma série de melhorias na distribuição de renda do continente latino americano, reforma agrária e o desenvolvimento de planejamentos econômicos e sociais.* (Pereira, 2005, p.9).

Na prática o que se viu nos anos subsequentes foi a formação de uma elite que se beneficiou com os investimentos americanos no continente e a formação de ditaduras militares em seis países, com a intenção de frear as manifestações que reivindicavam uma ordem social mais justa instigada pelos movimentos de esquerda de orientação marxista. A *aliança para o progresso* era a aliança para garantir a ordem capitalista no continente e a instauração de ditaduras nestes países, em grande parte, teve o apoio do governo americano de forma escamoteada em apoio financeiro, articulado com grupos políticos locais.

Segundo Michel Latham, a modernização como uma ideologia que ganha força neste período, funcionou em diversos contextos:

Em certo sentido, ela certamente serviu de instrumento político. Tratava-se em alguns casos, de um modelo usado deliberadamente de forma privada, em cenários institucionais para avaliar opções e gerar políticas eficazes. Em outros, era um instrumento retórico empregado para justificar determinadas ações.(...) Modernização, neste sentido mais abrangente, foi assim um elemento da cultura americana, uma ideologia partilhada por muitos funcionários diferentes, teóricos e fontes da mídia sobre a nação, seu "desenvolvimento" histórico, e sua capacidade e a tarefa de transformar os "menos desenvolvidos" em torno dele. (Latham, 2009, p. 11)

O processo de modernização da agricultura no Brasil está ligado a este contexto da expansão do capitalismo e da política americana para a América Latina. O desenvolvimento e a utilização de novas técnicas promovidas pela chamada "revolução verde" tinham o objetivo de contribuir para o aumento da produção de alimentos e a maximização da produção agrícola no mundo através da seleção de grãos, adaptação a diferentes solos e climas

umentando a resistência a doenças e pragas. “Revolução” que foi patrocinada pelos grandes grupos econômicos, sobretudo, americanos. Como sugere Argemiro Brum:

A substituição da agricultura tradicional por uma agricultura modernizada representa a abertura de importantes canais para a expansão dos negócios das grandes corporações econômicas, tanto no fornecimento das máquinas e insumos modernos como na comercialização mundial e nas indústrias de transformação dos produtos agropecuários, sem esquecer o financiamento aos países que aderissem ao processo de modernização. (Brum, 1988 - pág. 45)

Otamar de Carvalho defende a agricultura irrigada no Nordeste na perspectiva de uma modernização reformista em contraposição à modernização conservadora, em que fosse possível articular irrigação/reforma agrária/agroindústria/indústria através da reorganização da estrutura agrária, dos processos de produção e comercialização e dos sistemas de incentivos e estímulos diferenciados para os que se dedicarem à irrigação, desta forma, evitaria do Estado atuar de forma a reforçar em bases conservadoras o poder das oligarquias modernizadas:

Na modernização reformista, ao contrário, viável sob o regime de produção capitalista, o progresso técnico é introduzido de forma que seus benefícios possam ser generalizados a todos os que se dedicam às atividades modernizadas, via captação de parte dos excedentes gerados pelo aumento da produtividade. A generalização desses benefícios pode ser levada a todos os agentes do processo, e em particular aos pequenos produtores, porque a modernização reformista não exclui a utilização de instrumentos como a reforma agrária e os que lhe são complementares (acesso efetivo ao crédito e aos serviços de pesquisa, extensão rural, comercialização e garantia de preços). A modernização neste sentido é reformista porque exige e incentiva a participação de todos os agentes ligados à produção e à comercialização agrícola no processo de tomada de decisões. Por isso, a modernização reformista pode viabilizar a transformação econômica e política das sociedades que utilizam instrumentos como esses, notadamente quando vinculados a processos de desenvolvimento tecnicamente avançados, como os veiculados pela agricultura irrigada. É necessário, além de viável, ampliar-se a irrigação no Nordeste semiárido, em função do que será possível tornar essa zona resistente às secas, reestruturando sua economia e transformando sua sociedade. (Carvalho, 1988 p.337).

Para Marcel Bursztyn, os projetos irrigados têm como características o paternalismo e o autoritarismo e estão ligados ao processo de modernização que não objetiva a esfera estritamente econômica, mas busca também, por parte do Estado, compatibilizar os imperativos globais de acumulação com suas necessidades de legitimação:

Se, por um lado, a tutela do Estado vis-a-vis dos colonos assume um caráter extremamente paternalista, por outro, ela se manifesta de uma forma autoritária e, senão repressiva, ao menos bastante severa na definição e execução das regras do jogo. (Bursztyn, 1984 p. 97)

1.4 - A irrigação como dinamismo da economia

Criada a SUDENE, em 1959, como órgão centralizador das várias instituições encarregadas da execução das políticas a serem implementadas no Nordeste, coube ao DNOCS uma reformulação de sua forma de atuação até aquele momento para que pudesse ser implantado o projeto que tinha a irrigação, nesta nova fase, como principal atividade. Foram elaborados estudos para identificar potenciais vales úmidos na foz dos rios que oferecessem condições adequadas à construção de novas represas e instalados os projetos irrigados. Pela lei de irrigação, que data de 25 de julho de 1979, os projetos públicos são aqueles cuja infra-estrutura de irrigação é projetada, implantada e operada, direta ou indiretamente, sob a responsabilidade do poder público. Assim, são projetos públicos os que são implantados e operados pelo DNOCS e pela CODEVASF (Companhia para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco), sendo esta última uma autarquia, mediante a colonização (no caso do DNOCS) e a colonização e arrendamento empresarial a pequenas, médias e grandes empresas agrícolas (no caso da CODEVASF). De outra parte, são projetos privados, aqueles cuja infra-estrutura de irrigação é projetada, implantada e operada por particulares, com ou sem o incentivo do poder público.

A primeira tentativa efetiva para utilizar a irrigação no Brasil foi com o açude de Quixadá no Ceará, a partir das conclusões das obras em 1906, no entanto, 50 km de canais nunca chegaram a ser utilizados de forma satisfatória para a agricultura, tendo sido usados pelos proprietários dos vales para dar água ao gado. Não houve um incentivo por parte do governo de fomentar a agricultura irrigada na região. Só com a seca de 1930-2 é que houve os

primeiros incentivos, mas nenhum logrou bons resultados. Em 1932, durante o governo de Getúlio Vargas, como já foi mencionado, as verbas aumentaram consideravelmente para ações contra as secas e foram iniciados os projetos de Lima Campos (Ceará) seguidos de São Gonçalo (Paraíba) e Joaquim Távora (Ceará) em 1933. Estes primeiros projetos incluíam Condado (Paraíba), São Francisco (Pernambuco), Itans (Rio Grande do Norte) e Santo Antonio de Russas (Ceará). A implementação foi extremamente lenta e em 1941 apenas 500 hectares haviam sido irrigados. São Gonçalo foi deste primeiro grupo, até então, o mais promissor destes projetos, mas até 1941 apenas 118 hectares haviam sido irrigados.

Passados quase trinta anos desta irrigação que se resumiu a pouco mais de 500 hectares, após a seca de 1958, é que surgiram medidas efetivas para mudar a política de açudagem e ganhou força a idéia da irrigação como política de combate às secas. A SUDENE começou a trabalhar em dois projetos nos vales do São Francisco e no Jaguaribe, mas só no final da década é que os locais de irrigação nos planos de desenvolvimento regional foram firmados. O GEIDA (Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola) foi encarregado de fazer um estudo das potenciais áreas de irrigação para todo o país que resultou no Programa Plurianual de Irrigação (PPI). Com o Plano de Integração Nacional (PIN) foi destinada uma grande soma orçamentária para a irrigação no Nordeste e posteriormente seria criado o Programa de Irrigação do Nordeste (PIN) em 1986.

O GEIDA constituiu-se numa espécie de plano diretor em nível nacional para a agricultura irrigada no Brasil, com ênfase especial para o Nordeste e tinha como objetivo a *utilização racional da terra, melhor aproveitamento dos recursos hídricos, aumento da produção e da produtividade, aumento da renda, melhoria do padrão de vida e fixação do homem à terra*. Para tanto, as metas seriam a *implantação de projetos de irrigação, a um ritmo de 20 a 25.000 hectares/ano, com previsão de ultrapassagem, em 1979 dos 100.000 hectares irrigados com 20.000 famílias assentadas, melhoria da distribuição de renda, com redução dos níveis absolutos de pobreza e elevação dos padrões de bem estar das classes de menor poder aquisitivo e redução das disparidades regionais*.

Apesar dos esforços anteriores nas ações de combate as secas entre 1909 e 1969, o DNOCS limitou-se a implantar canais à jusante de alguns dos maiores açudes já construídos para pesquisas agronômicas como a do Instituto José Augusto Trindade, em São Gonçalo-PB, e realizar demonstrações nos postos agrícolas disseminados no polígono, ao mesmo tempo, prestava assistência técnica aos proprietários das terras atravessadas pelos canais, mas não houve modificação na estrutura fundiária então vigente.

A instalação de Perímetros Irrigados públicos por colonização tiveram a maior parte da implementação e início de funcionamento nos anos 70, após a expropriação de terras

e em função dos reservatórios já construídos e administrados pelo DNOCS. A partir de 1985, apenas oito perímetros foram construídos e entraram em operação.

Quadro 01 - Implantação dos perímetros irrigados por colonização pelo DNOCS de 1970 a 2009

PERÍMETROS IRRIGADOS	ENTRE 1970 e 1979	ENTRE 1980 e 1989	ENTRE 1990 e 2009
PIAUÍ	4	—	2
MARANHÃO	—	1	1
CEARÁ	10	2	2
RIO GRANDE DO NORTE	3	1	1
PARAÍBA	3	—	—
PERNAMBUCO	4	—	—
BAHIA	2	1	—
TOTAL	26	5	6

Fonte: Acompanhamento de Implantação de Perímetros Irrigados - Coordenação de Tecnologia e Operações Agrícolas CTA/MP - 2009.

1.5 - O modelo de perímetro adotado pelo DNOCS

O modelo de irrigação aplicado aos perímetros irrigados por colonização foi criado a partir da experiência de irrigação do deserto californiano, das técnicas de irrigação desenvolvidas nos *Kibbutz* em Israel, o modelo de cooperativismo alemão, e os objetivos preconizados pela revolução verde que fizeram a moldura dos aspectos técnicos e práticos adotados pelos técnicos do DNOCS.

O sistema de assentamento e produção de tamanho familiar consiste no assentamento de trabalhadores rurais em pequenas unidades de terra desapropriadas pelo DNOCS, em média 6 a 14 hectares, localizados geralmente nos vales dos rios onde havia sido construído um reservatório com capacidade para atender a população da área em que estava situado e atender o volume necessário para irrigação, de preferência com famílias numerosas,

com vocação para o trabalho agrícola, que se dispunham a seguir as diretrizes técnicas na produção agrícola irrigada. A função do Estado que era o detentor dos meios de produção - o irrigante tem apenas a posse da terra que permanece sendo propriedade do DNOCS - era o de transformar as unidades familiares rurais em produtores capitalistas, através do uso da melhor tecnologia disponível para a produção em larga escala, com uso de defensivos, adubo e de água irrigada.

Cada unidade também desenvolveria em menor escala e de acordo com vontade própria, desde que fosse priorizada a produção contratual, as culturas sem irrigação por métodos tradicionais em áreas de sequeiro, de acordo com o ciclo de chuvas e a adaptação das culturas ao tipo de solo e água disponível.

A pecuária para corte e produção de leite e a piscicultura eram incentivadas e, em alguns perímetros, foram desenvolvidas de forma sistemática como parte da renda dos irrigantes, reforçando o orçamento familiar e fazendo parte da dieta alimentar da família.

O acesso ao crédito através dos Bancos para viabilizar a produção foi também uma das modificações implantadas por este modelo, sob a garantia e o patrocínio do DNOCS e a anuência simbólica da Cooperativa. Os irrigantes se comprometiam a honrar o empréstimo feito em nome destes e ao qual só teriam acesso através da administração da Cooperativa/DNOCS.

O sistema era fortemente administrado pela equipe do DNOCS, da seleção dos irrigantes à educação dos filhos, passando por hábitos de higiene, incentivo à poupança e utilização técnica dos meios de produção, obedecendo a uma hierarquia que cuidava para que todas as tarefas e determinações saíssem de acordo com um plano previamente traçado e avaliado em cada etapa para corrigir desvios.

Segundo Capítulo

Vislumbrando um Oásis

O engenheiro agrônomo José Fernandes Sampaio, encarregado da implementação do PIS e de sua condução até 1982, narra como foi a chegada do projeto irrigado para Sumé e as transformações desencadeadas a partir de sua implantação:

Eu cheguei em Sumé em 1967, nós fomos os pioneiros em construir toda a estrutura básica do projeto de irrigação, canais, drenos, a sistematização do solo, todo o projeto de irrigação foi feito por mim, e naturalmente que o projeto agrícola foi elaborado pelo pessoal de Recife, mais a implantação exatamente dessa estrutura agrícola, muita coisa com o tempo foi mudando, a parte comercial que é a base da irrigação, se eu não tiver a comercialização projeto nenhum vai (para frente). Tinha as culturas básicas a ser implantadas com banana, tomate, melão então nós fomos inicialmente plantando estas culturas. O melão não foi bem sucedido, nós produzíamos bem, mas acontece que na sua comercialização, ... como era produto altamente perecível, lá em Recife eles determinavam o preço, então agente levava prejuízo, ou vendia ou voltava a mercadoria para estocar, então nós éramos obrigados a vender toda esta produção pelo preço que eles determinavam lá em Recife, então com o tempo com estas coisas que estavam acontecendo, surgiu a idéia da gente fundar a Cooperativa. A Cooperativa agrícola mista dos irrigantes de Sumé. Tinha

aquela indústria peixe lá, por volta de 77, 76, então surgiu a ... Antes nós fizemos um experimento com tomate industrial e vimos pelo resultado da experimentação agrícola que aquilo era altamente viável, faltava o principal que era a comercialização, então entramos em contato com a fábrica peixe e tivemos com a direção da Fábrica Peixe ali em pesqueira e fizemos o primeiro contrato agrícola, então com isto, nós fizemos o nosso projeto agrícola baseado na área de cultivo baseado numa determinada produtividade, e já, toda a produção seria vendida a peixe por preço já determinado, entramos em contato com o Banco do Brasil na época, em Monteiro. Em Sumé não tinha Banco do Brasil, não tinha banco nenhum, e ele nos financiava exatamente toda a produção, então pronto, daí surgia o início do sucesso foi aí. No início do projeto não estava previsto o tomate industrial, estava previsto o cultivo de tomate, in natura, as cidades vizinhas, Campina Grande, o próprio Sumé, Monteiro, João Pessoa, Recife seriam (os consumidores), mas não estava previsto a industrialização. Antes disso aí, quando nós chegamos em Sumé, Sumé não tinha energia, o motor era na rua, quando era dez horas desligava, então era um negócio atrasado e ao longo do tempo então, Sumé foi se desenvolvendo, com o icms gerado pelo projeto, pelo dinheiro e pela renda que aportava daquele pessoal que trabalhava e voltava em benefício da cidade. O tomate tinha o ciclo de seis meses, da produção até a colheita, levava mais ou menos seis meses, e levava seis meses para incrementar outra cultura para não ficar o sistema ocioso. Hoje num projeto de irrigação você não pode ter a terra ociosa, então fizemos novo contato com a peixe e passamos a produzir o milho industrial, o milho doce é o que vende por aqui enlatado, foi exatamente o complemento que nós queríamos, então nós tínhamos seis meses de tomate e mais ou menos quatro ou cinco meses de milho industrial. Nós tínhamos a banana quase que mais para o mercado interno de Sumé e das cidades vizinhas, Monteiro, o pessoal vinha comprar banana para vender nas feiras locais, às vezes, quando havia excesso de produção a peixe também comprava, nós tínhamos uma área limitada para banana, é uma cultura altamente rentável se tiver comércio, quando se faz estudos comparativo, era o maior icm gerado pelo projeto de irrigação, maior que todo o icm gerado pelo município, do comércio; aí os colonos que foram selecionados pela mão de obra, eles ganhavam muito dinheiro ali, você vê que aquele pessoal de cultura rude, mais que tinha uma mão de obra familiar, eles, o principal objetivo do DNOCS era este a família, grande, pobre, mas que tivesse a mão de obra familiar, para eles usufruírem sozinhos daquele benefício, e eles ganharam com isto o dinheiro de comprar um carro, casas. O sucesso foi grande, um projeto piloto do DNOCS mais que alcançou o sucesso.

A intervenção gerada pelo PIS em Sumé trouxe uma modificação na vida da cidade. Aos poucos uma nova forma de vida ia se esboçando e novas necessidades iam surgindo para atender os imperativos de modernização como antídoto para as mazelas que o modo de vida tradicional apresentavam para seus habitantes. Luz elétrica ao invés de geradores de energia a óleo diesel, que limitavam seu tempo de uso; telefone para vencer o isolamento e instituições financeiras para mediar a produção, todas estas aquisições se deram para a combinação dos elementos necessários a modernização e transformação do modo de vida tradicional que guiava as ações dos trabalhadores rurais locais. Raymond Aron ao comentar o conceito de ação tradicional em Max Weber a define como sendo:

A ação tradicional é aquela ditada pelos hábitos, costumes, e crenças, transformadas numa segunda natureza. Para agir de conformidade com a tradição, o ator não precisa conceber um objetivo, ou um valor, nem ser impelido por uma emoção; obedece simplesmente a reflexos enraizados por longa prática. (Aron,1997,p.463)

Na fala do engenheiro encarregado da implementação do PIS, ele enumera as dificuldades encontradas nas formas de vida tradicional e que não se coadunavam com a demanda criada por um modo de vida moderno, como a necessidade de instituições financeiras como o Banco do Brasil para financiar a produção.

As mudanças introduziram uma nova racionalidade à produção, na cadeia produtiva era necessário ficar atento ao tempo de armazenamento e comercialização, pois surgia uma nova realidade no mundo das mercadorias, estas deixavam de ter um caráter local na negociação, com regras locais, e passavam a enfrentar o poder de decisão de mercados distantes, com outras regras, como foi o caso da comercialização do melão.

Todo este arcabouço montado para transformar e suplantar as práticas tradicionais e a “cultura rude” das famílias grandes e pobres, que passavam a usufruir de benefícios do modo de vida moderno através de artefatos adquiridos com o dinheiro gerado pela nova forma de organização da produção, até então desconhecidos em seu modo de vida simples, foi introduzido pela proclamação de uma nova mentalidade e de valores de modernização, entre eles: possuir um carro, adquirir casas na cidade, tornaram-se algo a ser almejado e conquistado como símbolo de um status que não se tinha anteriormente, o aumento da renda através do trabalho familiar foi se constituindo no que poderia ser vislumbrado como um oásis em relação à situação anterior.

2.0 - O Vale do Rio Sucuru antes do PIS

O Rio Sucuru⁸ nasce na cordilheira dos Cariris Velhos, a 5 km de distância da cidade de Ouro Velho e segue seu curso no sentido Oeste/Leste, sendo interrompido pelo açude de Sumé. Após um curso de 80 km reúne-se ao Rio do Meio e ao Rio da Serra formando o Rio Paraíba. (Sebrae/PB, 1996). A parte do vale do Sucuru que foi utilizada para irrigação compreende uma área de 260 ha, que em 1967, data de início da instalação do Projeto Irrigado, era ocupada por 73 famílias, sendo que 47 eram famílias proprietárias e as 26 restantes trabalhavam em regime de meação⁹, formando, na totalidade, uma população de 452 pessoas, sendo 258 pessoas do sexo masculino (57,1%) e 194 (42,9 %) do sexo feminino, 80 crianças com idade entre 0 a 6 anos e 75 de 7 a 13. Da população residente apenas 51% eram alfabetizados e 51,1% do total tinham menos de 21 anos. (Projeto Sumé - Minter, DNOCS - 1968, p.19)

Com população de 12.858 habitantes em 1967, Sumé não tinha médico, apesar de possuir um hospital maternidade equipado, que era inoperante por falta de pessoal, e os casos de necessidade de atendimento médico eram encaminhados para Monteiro e Campina Grande. Havia apenas uma farmácia e uma dentista residente. A Rodovia Federal BR - 412 era carroçável, sem pavimentação, e os meios de comunicação restringiam-se a um telefone da agência dos correios que mantinha ligação unicamente com a cidade de Monteiro e um serviço de Rádio pertencente ao DNOCS. Dona Ritinha Leite autora do livro Sumé que eu trago na memória, fala sobre a vida local na primeira metade do século passado.

Temos que começar falando um pouco de São Tomé (primeiro nome da cidade), um distrito de Monteiro, no interior da Paraíba, onde a maior parte da população pobre dependia da agricultura para garantir a própria sobrevivência. Vale lembrar que na época não tinha os "sem terra" - pobre era pobre mesmo e sabia que a sua condição era viver na terra do rico que, se por sua vez, dava casa

⁸ O topônimo Sucuru é provavelmente uma variação lingüística de Sucuriú de origem Tupi, que significa réptil ofídico da família dos boídeos (*Eunectes murinus*); Sucurijuba. (Fonte: Dicionário Tupi Português - Luíz Caldas Tibiriçá - Traço Editora - São Paulo SP, 1984); de acordo com o Livro Sumé - Diagnostico Sócio Econômico (1996) é também a designação da população indígena que habitava o local, os índios Sucurus, grupo da nação Cariri

⁹ Divisão em duas partes iguais; Forma de parceria agrícola em que metade da produção é entregue ao produtor direto, dito meeiro, ao proprietário da terra, meia. (Dicionário Aurélio Eletrônico—2004).

para morar com a família, facilitava os meios necessários; o pobre em muitos casos era considerado meeiro, isto quer dizer, de tudo que conseguia lucrar tinha direito a metade; até podia criar uma vaca ou cabra, afinal a vida era tranqüila, especialmente no período do algodão, quando cada trabalhador, ao vender a sua colheita, recebia um bom dinheiro para as despesas do final de ano. (Rafael, 2003, p.13)



Fotos: 02 – Festa religiosa; 03 - Meio de Transporte a cavalo; 04 - Operários na construção do açude; 05 - Usina de geração de energia a óleo, nos anos 50/60.

A agricultura na área da bacia do Sucuru era praticada de forma extensiva, com técnicas pouco desenvolvidas e de baixa produtividade, sem o mínimo de racionalização da produção. Não havia preocupação ou conhecimento para utilização de sementes selecionadas e planejamento da vida economicamente útil das culturas¹⁰. *Enquanto o milho e o feijão macáçar apresentam rendimentos médios de 750 a 200 kg/ha, respectivamente, a média para o Nordeste é de aproximadamente 1200 e 450 kg/ha.* (Projeto Sumé - Minter, DNOCS - 1968, p. 29) A produção era consorciada, na maioria das vezes, encontrava-se milho e feijão, palma e algodão, ou algodão e feijão etc., e era destinada ao consumo local e para exportação. Algumas culturas como a palma eram destinadas totalmente ao consumo dos criadores locais; outras, como milho e feijão eram destinadas ao consumo local e para abastecer mercados vizinhos.

¹⁰ Não existia planejamento quanto ao ciclo de produção verificando as datas mais adequadas para a colheita, adequando esta para o tempo de escassez do mercado. O que se verificava era a plantação e colheita ao mesmo tempo por parte de todos os produtores, levando a um grande excedente, que levava o preço dos produtos para baixo.

A produção de algodão era comercializada por meio de atravessadores que destinavam para mercados como o de Campina Grande para ser exportada. Das culturas de exportação o algodão arbóreo estava em primeiro plano, seguido do agave, em menor escala. Apresentamos a seguir o quadro das principais culturas no ano de 1966, na área da bacia de irrigação do açude de Sumé, antes da instalação do perímetro irrigado:

Quadro 02 - Produção Agrícola do Vale do Sucuru em 1967.

CULTURAS	ÁREA CULTIVADA	UNIDADES	PRODUÇÃO	VALOR (NC R\$ 1,00)	VALOR CONVERTIDO PARA REAL (R\$)	VALOR DE MERCADO EM JUNHO 2009
ALGODÃO ARBÓREO	52 ha	ARROBA - 15 Kg	694	NC R\$ 3.817,00	34,700	28,474
FEIJÃO	36ha	SACO - 60 Kg	120	NC R\$ 1.200,00	10,909	8,928
MILHO	98ha	SACO - 60 Kg	1225	NC R\$ 9.187,00	83,518	119,560
TOTAL	174ha	—	—	NC R\$ 14.204,00	129,127	156,962

Fonte: Projeto Sumé - Dnocs - Minter, 1968 - pág.30 ;
 Tabela de Conversão no site http://www.portalbrasil.net/economia_real_conversao.htm;
 Cotação atual no site da BM&F <http://www.bmf.com.br/portal/portal.asp>

Havia uma atividade pecuária considerável na área do vale do sucuru, mas não havia cuidados e uso de técnicas de manejo adequadas para a produção em grande escala e os rebanhos, durante os períodos de estiagens, tinham de ser vendidos para outras localidades onde havia pasto por um preço baixo. A produção de leite, durante esse período, ficava também prejudicada, mesmo a produção para o abastecimento das famílias dos produtores. Sobre a produção pecuária no Vale do Sucuru (ver quadro 03 próxima página).

Quadro 03 - Rebanho do Vale do Sucuru em 1967.

REBANHO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DO PLANTEL (NC r\$ 1,00)	VALOR CONVERTIDO PARA REAL (R\$)
BOVINOS	CABEÇAS	673	NCr\$ 134.600,00	R\$ 122.363,00
OVINOS	CABEÇAS	626	NCr\$ 15.650,00	R\$ 14.227,27
CAPRINOS	CABEÇAS	270	NCr\$ 6.750,00	R\$ 6.136,36
EQUINOS	CABEÇAS	56	NCr\$ 5.600,00	R\$ 5.090,90
ASININOS (JUMENTOS,BURROS)	CABEÇAS	27	NCr\$ 810,00	R\$ 736,36
MUARES (MULO)	CABEÇAS	27	NCr\$ 2.160,00	R\$ 1.963,63
TOTAL	—	1679	165.570,00	150.517,52

Fonte: Projeto Sumé - Dnocs - Minter, 1968 - pág.30 ;

Tabela de Conversão no site http://www.portalbrasil.net/economia_real_conversao.htm;

Cotação atual no site da BM&F <http://www.bmf.com.br/portal/portal.asp>

2.1 - Como foi pensado e planejado o Perímetro Irrigado de Sumé.

Segundo o resultado de avaliação dos projetos de irrigação do DNOCS, realizado no II encontro cearense de engenheiros agrônomos em 1986, o custo total do PIS foi de US\$ 1.795.600,00, sendo 101.000,00 (5,62%) referente a desapropriação, US\$ 1.353.700,00 (75,39 %), referente a obras de irrigação e US\$340.900,00 (18,99 %), referente a outras obras(Carneiro, 1986, pág.8). O início das obras foram em 1967 com a chegada de equipes técnicas com experiência em outros perímetros e com a contratação de mão de obra local para trabalhos de infra-estrutura sob a supervisão daqueles. Os primeiros colonos foram instalados no ano de 1970, inicialmente duas famílias. O PIS foi o de menor custo de implantação no estado da Paraíba, o primeiro foi São Gonçalo com custo total de US\$ 12.441.400,00 e em segundo o Eng.º Arcoverde, com US\$ 2.076.500,00. (Carneiro, idem, idem).

Os objetivos do Projeto Irrigado de Sumé de acordo com as informações constantes no projeto inicial eram:

Elevar o nível de vida dos agricultores da bacia; aproveitar racionalmente os seus recursos hidro-agrícolas, objetivando a ampliação de sua capacidade de produção; incrementar a produtividade dos recursos públicos já alocados na área; aumentar a oferta de produtos agrícolas tanto de consumo geral como daqueles específicos das populações de níveis de renda mais elevados e que eficientemente comercializados, conduzirão a longo prazo a um menor preço de venda para o consumidor final; utilizar a presente experiência, depois de corrigidas as suas possíveis distorções, como modelo para a reestruturação e valorização agrícola de novas áreas, visando ao desenvolvimento e à integração das mesmas nos processos de desenvolvimento no Nordeste como um todo. (Projeto Sumé - DNOCS - Minter - 1966, pág. 36)

A metodologia adotada pelo DNOCS para atingir estes objetivos consistia em:

Reorganização da estrutura fundiária da bacia, através da desapropriação, loteamento e revenda de suas terras, visando ao incremento da produtividade; implantar uma infra-estrutura complementar sob a forma de rede de canais de irrigação, drenos, escolas, casas para os irrigantes, estábulos, etc; introduzir modificações de base na estrutura econômico-social da área, através da assistência social, técnica, econômica e financeira. (idem, págs, 36 e 37)

Em linhas gerais as diretrizes traçadas pelo DNOCS para implementar o PIS seguiam os objetivos do GTDN conforme ficou evidenciado no primeiro capítulo, ou seja, introduzir técnicas na agricultura para elevar o padrão de vida dos agricultores, gerar oferta de alimentos e produzir em larga escala para atender um mercado consumidor que crescia geometricamente no Nordeste.

Não podemos falar que o PIS surgiu a partir de uma mobilização dos sumeenses para solucionar os problemas ocasionados pelos momentos de estiagem prolongada. Não existia esta idéia de mobilização para resolver tais problemas, a mobilização que havia ocorrido foi a que culminou com a independência em 1951. Mas o problema da seca era um fator de

desordem e de revolta na paisagem do Cariri o que suscitava providências por parte das autoridades locais para trazer alívio a parte da população atingida. Um destes momentos foi relatado por Dona Ritinha Leite em seu livro de memórias:

No início foi um tempo difícil. Em 1953 houve uma seca arrasadora, a fome foi a coisa mais triste que presenciamos. A gente sentava à mesa e a comida tinha gosto de lágrimas, porque se agente olhasse para a rua sempre tinha alguém morrendo de fome. O governador mandava mantimentos, tinha um leite doado pelos Estados Unidos que era distribuído entre o povo em uma semana. Era muita gente e a fome era maior ainda. Um dia o povo não se controlou mais e partiu para a feira, o saque foi rápido, em menos de meia hora não restava mais nada. Mas tudo passou e a vida continuou. (Rafael, 2003, p. 26 e 27)

Outros episódios esporádicos surgiam em momentos de seca. Era através da turba popular e dos saques que o povo clamava por providências, como nos saques ocorridos na década de setenta. O PIS em processo de instalação e as manifestações populares pleiteavam através do saque que algo fosse feito em seu benefício, era a forma de obter dinheiro governamental através dos programas de emergência. A foto abaixo mostra um destes momentos em que policiais continham a multidão em frente ao mercado municipal após início do saque:



Foto 06 - Levante popular nos anos setenta em época de seca.

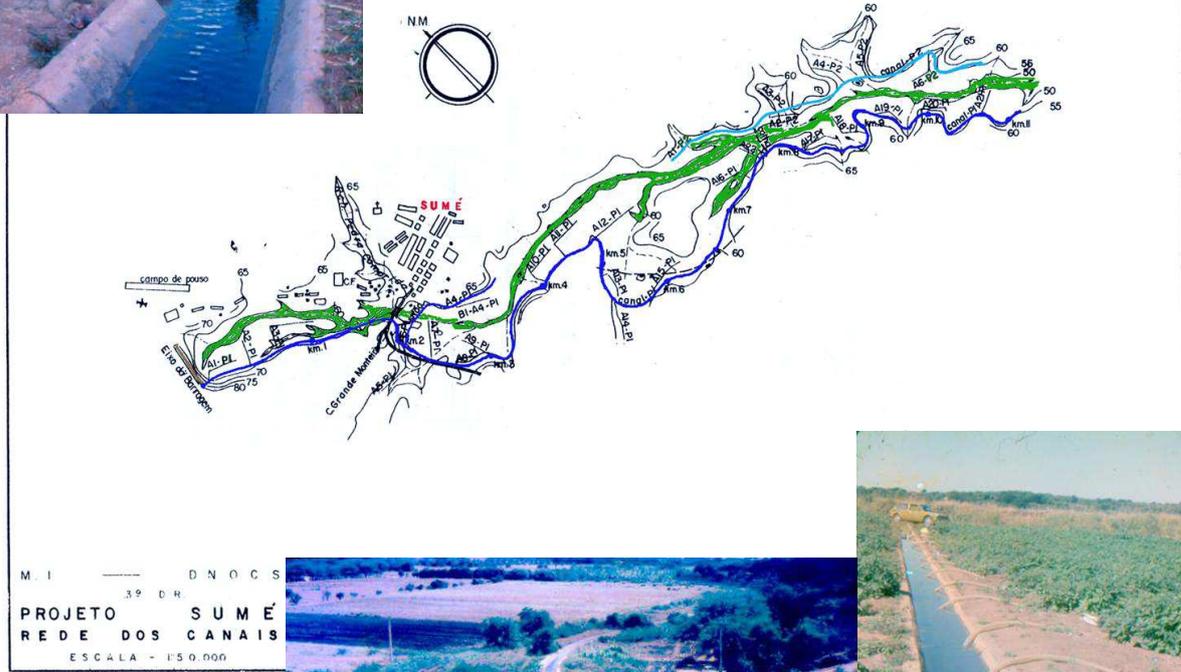
O PIS, como parte de uma política de governo para enfrentamento da seca, fez parte de um programa maior que visava transformar as áreas do Nordeste vulneráveis às secas, através da racionalização técnica e da reorganização da economia com base no aumento de produtividade. Para a comunidade local, recém saída de uma situação de dependência de outro município, o perímetro era bem vindo, pois significava o desenvolvimento necessário para estruturação e criação de condições de sobrevivência da população local com oferta de emprego e maior disponibilidade de alimentos. Apesar da escolha de Sumé ter sido por questões técnicas relacionadas à existência do açude e de se adequar aos objetivos do DNOCS, que tinha como alvo *as populações dos vales dos rios*, que se prestavam mais adequadamente para os objetivos técnicos a serem desenvolvidos pela instituição, houve negociação com os poderes administrativos locais e instâncias do governo federal, relatados aqui por Creuza Mendonça, viúva de Newton Leite Raphael, prefeito de Sumé em três legislaturas, de 1955 a 1959, de 1963 a 1969 e 1973 a 1977 que nos conta a negociação dos prefeitos de Sumé com a SUDENE:

Foram várias reuniões na SUDENE, em Recife. Primeiro seu Zé Farias era no tempo em que ele era prefeito e depois Viton continuou. O Coronel stand era casado com Zezinha Japiassú, dos Japiassú daqui de Sumé, ele era o superintendente da SUDENE, o chefe, através deles eles sabiam o andamento do açude primeiro e depois os estudos, tinha sempre uma reunião, aquilo tudo, nesse tempo teve um que veio fazer o estudo da bacia do açude, seu Diogo.

As obras para construção do perímetro iniciaram em 1967, concluídas em 1970, em seguida teve início a seleção das famílias e a entrega dos lotes. É possível afirmar que todo o processo de implantação ocorreu entre 1970 e 1976. No projeto de construção estava previsto um projeto de irrigação com uma área total de 709 hectares, sendo 307 ha área irrigada e 402 ha área de sequeiro, ao longo de dois eixos de canais, dos 856,25 km² da área da bacia que seriam irrigados pelo açude de Sumé, com capacidade para 46 milhões de metros cúbicos. Cinquenta e um lotes foram construídos para instalação de 51 famílias no total, sendo a primeira fase 31, (ver planta 01 - Planta da Rede de Canais - PIS), dos quais apenas 47 estavam aptos à irrigação. Nos demais havia problemas de salinidade no solo e por esta razão quatro lotes ficaram reservados para a atividade pecuária. A instalação e início da produção se deu de forma gradativa, em 1975 havia 26 famílias instaladas, de maneira que a seleção e ocupação foi ocorrendo à medida que as casas dos colonos e demais instalações iam sendo concluídas.



Planta 01 - Rede de Canais — PIS

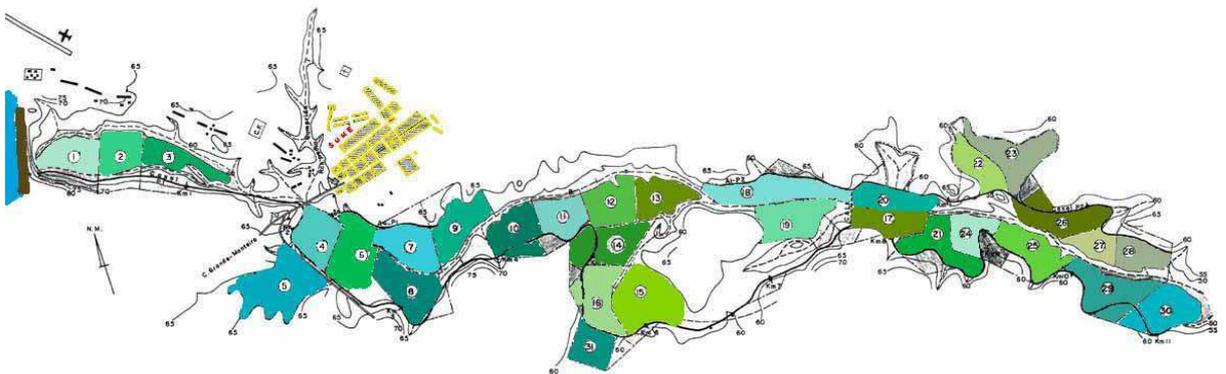


Legendas do mapa:
 PI - Azul escuro
 PII - Azul claro
 Rio Sucuru – Verde

Fotos: 07, 08, 09 canais irrigação



Planta 02 - Distribuição dos Lotes ao longo do Rio Sucuru



M. I. ——— D.N.O.C.S.
3º D.R.
PROJETO SUMÉ
PLANTA DO LOTEAMENTO
ESCALA ——— 1:25.000

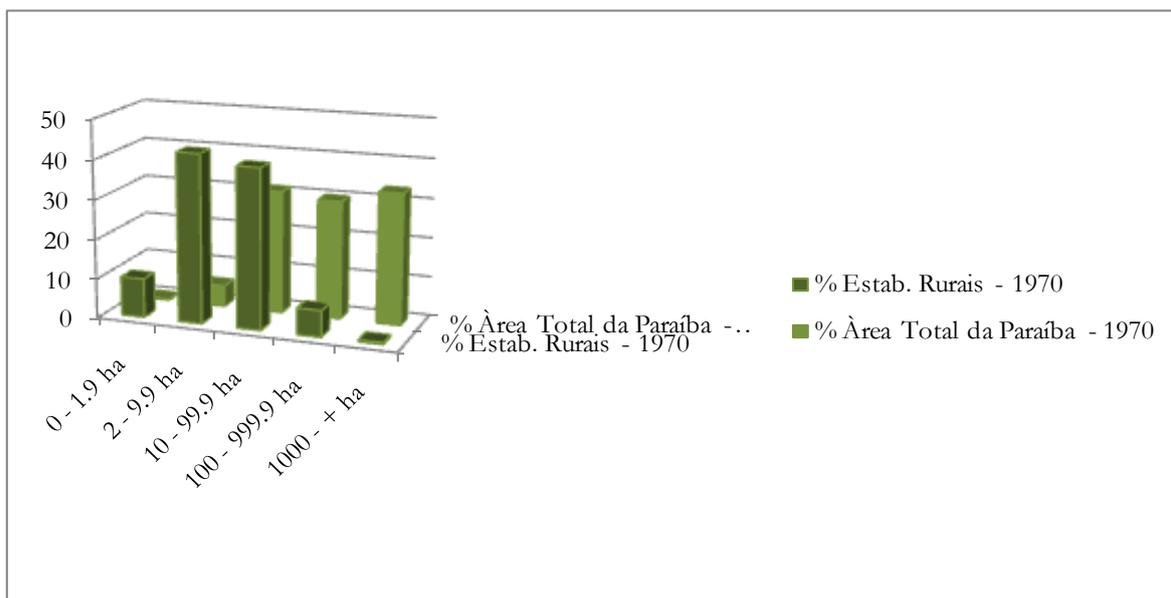
2.2 - A Escolha dos Irrigantes, conhecendo os protagonistas.

Os trabalhadores rurais que habitavam o Vale do Sucuru e os que migraram de outras localidades circunvizinhas antes da instalação do PIS viviam no mesmo regime econômico semelhante ao descrito por Eric Wolf para caracterizar a economia camponesa:

Nas sociedades primitivas, os excedentes são trocados diretamente pelos grupos ou por seus membros; os camponeses, no entanto, são cultivadores rurais cujos excedentes são transferidos para a mão de um grupo dominante, constituído pelos que governam, que os utilizam para assegurar seu próprio nível de vida, e para distribuir o restante entre grupos da sociedade que não cultivaram a terra, mas devem ser alimentados, dando em troca bens específicos e serviços. (Wolf, 1970 p. 19)

Em 1970 o tamanho de propriedade rural predominante no território paraibano possuía entre 2 a 9.9 hectares, propriedades deste porte totalizavam 42,62% e correspondiam a 5.46% do total da área rural do Estado. As Propriedades com percentual entre 100 a 999.9 hectares eram 29,91% e correspondiam a 6.70 % do total; já os grandes latifúndios com mais de 1000 hectares eram 0,46 % o que representava 33,17 % da área rural do Estado. (ver gráfico - 01) o que evidencia a extrema concentração de terras nas mãos de poucos proprietários.

Gráfico 01 - Tamanho das Propriedades Rurais na Paraíba em 1970



Fonte: Drought and Irrigation in North-East Brazil. Anthony Hall, 1978, Pág. 34.

Os trabalhadores rurais das grandes propriedades estavam vinculados a um sistema de relação de compadrio que implicava em obediência e dependência das regras dos proprietários, o que, mesmo causando insatisfação, obrigava, muitas vezes, ao trabalhador permanecer neste sistema por toda vida por falta de opção, muitos nasciam nestas propriedades e constituíam novas famílias no mesmo local, vinculando gerações ao mesmo sistema. O PIS constitui-se como alternativa para as famílias que procuravam novas oportunidades de trabalho, tanto para os que foram selecionados como irrigantes e se instalaram no PIS com suas famílias, quanto para os que se tornaram trabalhadores temporários assalariados. Os resultados positivos do PIS também incentivaram a iniciativa de alguns trabalhadores rurais que passaram a produzir hortaliças nas margens do açude, mesmo não sendo proprietários e com pouco dinheiro para investimento, a produzirem o que garantia o sustento familiar.

A seleção dos agricultores foi feita visando identificar entre os residentes na bacia, prioritariamente, quais estariam mais aptos a *capacitação sob forma de racionalismo econômico*, maior receptividade para a adoção de novas técnicas, novos hábitos. Este critério foi adotado como principal, pois era apontado como um dos fatores limitantes para o êxito das experiências de colonização e para exploração dos lotes, fator este que só pode ser verificado na prática, com a exclusão dos que não se adaptavam. Outros critérios eram:

ser alfabetizado(eram considerado alfabetizado quem sabia no mínimo assinar o nome); ser chefe de família com no mínimo duas unidades (agricultor - 1 u.t.; esposa 1 u.t.; e filho menor de 16 anos 1/2 u.t.); ter idade compreendida entre 18 e 55 anos (alguns foram escolhidos com idade superior em função dos filhos que foram considerados aptos para explorar os lotes); não se dedicar a outra atividade a não ser a pecuária; não ser proprietário de terreno rural fora do perímetro da bacia, nem de estabelecimento de indústria ou comércio; ter comprovada experiência nos trabalhos agropecuários; demonstrar inclinação para o associativismo. (Projeto Sumé, vol. I, 1968, p.36)

Os agricultores selecionados passavam por um treinamento inicial de três meses pelos técnicos do DNOCS especialistas em sócio-economia, agrônomos, extensionistas e especialistas em cooperativismo e tinham visita periódica de acompanhamento. O pessoal encarregado de administrar o projeto (burocracia, serviço de distribuição de sementes),

também foi treinado em outras localidades onde já existiam projetos de irrigação consolidado como no projeto irrigado de São Gonçalo. Sobre o processo seletivo do PIS o engenheiro agrônomo Osmar de Lira Carneiro com experiência anterior em São Gonçalo, que esteve no PIS entre 1980 e 1981 como funcionário da Emater cedido ao projeto evidencia alguns problemas no processo seletivo de Sumé:

O processo de seleção, de trazer você de cerqueiro para irrigação é um processo complicado você tem um monte de avaliação aí para poder não trazer a pessoa errada para aquilo ali, mesmo assim tinha falhas, você não podia imaginar que fosse um processo seletivo que a rigor desse certo cem por cento, mas o processo de Sumé foi bem feito, você encontrava pouco desvio daquele perfil que foi você queria do irrigante. Se você fosse verificar o conjunto da família você ia encontrar (falhas no processo seletivo); a mulher não tinha os pré requisitos básicos de limpeza para morar numa comunidade por exemplo, isto era um probleminho que se resolveria, ou o sujeito estava desenvolvendo outras atividades que não era de irrigantes, mecânico, motorista e terminava desviando um pouco, mas no conjunto não comprometia.

Os lotes tinham entre 8 e 14 ha, sendo reservada uma faixa seca de 2 ha para a construção das casas dos irrigantes, depósito para produtos agrícolas e para a pecuária que seria complementar a atividade agrícola. Em alguns casos esta configuração no dimensionamento não foi possível devido ao alto índice de salinidade de algumas áreas como no caso do lote 31 que foi constatado ser impróprio para a atividade agrícola por causa da salinidade sendo posteriormente utilizado para a criação de gado da Cooperativa. Mas o fator que definia o tamanho da unidade era o tamanho da família, as famílias mais numerosas foram assentadas em lotes maiores. E os agricultores que já moravam na área do vale do rio sucuru que foram indenizados tinham prioridade para permanecerem na área desde que se enquadrasse nos objetivos do DNOCS, como por exemplo, não possuir terra além da que seria disponibilizada pelo DNOCS. Apenas três famílias se enquadraram nestes pré-requisitos. Dá para perceber a partir das conversas em campo que boa parte da escolha dos irrigantes se deu através de um padrinho que era funcionário do DNOCS que conhecia alguém na comunidade e que pleiteou junto a equipe de seleção que o afilhado se submetesse ao processo seletivo após inscrição formal como todos os pretendentes, mas também dá para

perceber que há escolhidos de áreas distantes de Sumé, de outras regiões da Paraíba e de outros estados, como o irrigante do primeiro lote que era cunhado do agrônomo responsável pelo perímetro e era cearense, mas os selecionados em sua maioria eram agricultores daquela área do Cariri. Alguns entrevistados falaram em torno de 150 famílias alistadas ao longo do processo sendo que apenas 47 foram beneficiadas.

Entre os agricultores selecionados estava o Sr. Miguel Emiliano, hoje falecido e que foi escolhido para o lote 13, após a retomada do lote pelo DNOCS do irrigante anterior, por problemas com a justiça devido a desavenças que resultaram num crime. O Sr Miguel era casado com Terezinha Emiliano, ele procedente de Monteiro e ela do Sítio do Melo, município da Prata. Ela narra como foi sua chegada ao perímetro de Sumé e das expectativas que tinham os irrigantes em relação ao projeto:

Eu me casei em 51, e depois de morar em Santana, em Monteiro voltei para o Sítio do Melo, trabalhava no pesado, plantando mato, milho, feijão, mandioca, plantava no pé da serra nos cabral, por produção, eu só trabalhava em casa, era migué e as meninas, com 10 anos elas já tavam trabalhando no roçado, ele fazia carro de boi e vinha vendê aqui em Sumé, ele fazia e vendia; tratava de gado, plantava mandioca, a farinha era para comer, não dava pra vender, era poca. (...) o finado migué foi fazer as vida pro lado do Ceará, inventou de ir se embora pra lá, vendeu uns trocinhos que agente tinha aqui e foi simhora pra lá, mais lá ele só passou quatro mês, só vivia doido pra vim simhora, no juazeiro do Padim Cicero, foi todo mundo nos morava na rua primeiro de maio, foi tudo, cinco filhos. Voltamo e viemos pra qui, compadre Zezinho e seu Oscar disse você não vai morar em monteiro não vai morar aqui em Sumé, aí ajeitou com dr. Zé e nós viemos pra qui. E nós plantava tomate, terminava tomate nós plantava milho, plantava feijão. No tempo do finado Miguel era milho, era feijão, era banana, no tempo que era lote. Hoje acabou se tudo, acabou-se a água, né. Tinha trabalhador de extra eu tinha que ficar em casa fazendo as coisas, só quem ia era as meninas. Entre tudo foi 21 filhos, mas só se criou-se cinco, teve dele que morreu com quatro ano, adoecia e levava pro médico mais era perdido, morria. Aqui mesmo no perímetro num tive nenhum não, foi tudo lá no sítio. Era difícil demais, no sítio do melo tinha que ir pra monteiro, onde tinha médico era em monteiro e agente chegava lá e não tinha. A menina morreu com três anos e seis meses e chegamos lá e não tinha médico nenhum, aí levei para o finado Alcindo que era um

farmacêutico que tinha lá, ele aplicou injeção e tudo, "vou aplicar para ela morrer ligeiro, mas não tem mais jeito não". Graças a deus ninguém passou necessidade não, mais os recursos era pouco, não vou dizer que tinha as coisas sem ter, né. Quando chegou aqui melhorou, tinha bananeira, macaxeira, tinha tanta macaxeira que você entrava dentro era capaz de se perder. Vendia tudo para a cooperativa. O dinheiro era com o finado migué, ele quem sabia de tudo, ele comprou meio mundo de casa e deu fim a tudo, ôche, a várzea¹¹ era quase toda dele, comprou aquele sítio lá em cima, no colégio padre paulo. Ele vendia e gastava o dinheiro à toa, gastou muito. Os trabalhador eram muito. Da prata veio dos moradores da finada zefinha, seu lino, seu expedito e a família, as meninas dos cabral, passava mês e mês, as vezes até anos, morava mais agente aqui, trabalhando, do sítio do melo mesmo vinha um bocado. Eles recebiam por semana, toda semana ele ia vê o dinheiro no DNOCS para pagar os trabalhadores. Tinha gado, tinha uns boi que era a coisa mais linda do mundo.

De origem humilde, seu Miguel era trabalhador que deveria ter várias atividades ligadas à terra para poder manter a família, trabalhar em propriedades de terceiros por produção, para receber só após a comercialização e plantar para o sustento da própria família e manter atividade extra como fabricar carro de boi.

As condições de assistência médica para os filhos eram precárias, estes eram atendidos em cidades próximas como Monteiro, mesmo assim, as dificuldades prevaleciam, e, entre 21 filhos nascidos, apenas 5 se criaram. Todos os esforços eram insuficientes para manter a família, o que o fez migrar para o Juazeiro do Norte, terra de esperança mística para o nordestino que vivia em condições adversas. E ao constatar que a realidade de lá não era diferente em termos de trabalho, resolveu retornar.

Para as famílias oriundas de situações precárias como a descrita acima, o PIS era a esperança e concretização do sonho de uma vida distante de tanta precariedade, *quando chegou aqui melhorou*, onde o irrigante passou a ver o resultado do trabalho sendo compensado pela possibilidade de criar os filhos e ainda garantir um excedente para ter acesso a outros bens de consumo que, neste caso, foi investido em terreno e casas. Mas, a tentativa do DNOCS de criar um modo de vida diferente do modo de vida de origem, esbarrou nas idiossincrasias trazidas da forma tradicional de viver, ou seja, não foi incorporada ao modo de vida dos

¹¹ Várzea Redonda, Bairro de Sumé.

irrigantes, pelo menos não na totalidade, uma visão de investimento, poupança e formas de agir tipicamente modernas, de uma vida mediada por dinheiro, e valores introduzidos posteriormente. *Ele vendia e gastava o dinheiro à toa, gastou muito.*

O trabalho que pelos objetivos do DNOCS era empregar a mão de obra familiar tomou outro rumo pelos imperativos de uma produção com prazos para cumprir e quantidades que deveriam atender as necessidades das fábricas contratantes, precisou de trabalhadores assalariados extras para várias etapas de produção e, ao invés da organização ser apenas familiar, passou a ter uma lógica de empresa com o trabalho assalariado, o que estabelece o sistema em outras bases.

A produção do PIS foi se consolidando por etapas, os primeiros anos foram reservados para o treinamento dos primeiros irrigantes assentados, treinamento de pessoal do DNOCS em outros perímetros já estabelecidos como o de São Gonçalo e observação do desempenho dos irrigantes que já estavam produzindo. Maria José de Freitas Maciel, natural da Volta, sítio localizado no Amparo, distrito de Sumé, trabalhava na roça, casou com seu Vitorino, tiveram 12 filhos e foram pioneiros desta primeira leva de irrigantes. Aqui ela narra como foi a mudança para uma vida melhor quando se tornaram irrigantes e puderam trabalhar com a ajuda da mão de obra familiar:

Nós conseguimos porque veio três doutor lá em casa, nós morava na várzea, numa casinha que nós era pobre demais, né? Aí perguntou se nós queria pussuir um lote, eu disse se deus permitir eu quero, ele disse que vou trabalhar para você receber este lote, ele chegou num dia e no outro dia nós recebemos este lote. Nós trabalhamos muito, plantando tomate, trabalhamos muito, nós plantava bananeira, plantava tomate, plantava o milho, feijão e outras coisas também, o pepino, melão. Eu trabalhava no lote e em casa e tomava conta dos filhos mais meu marido. Tinha muita gente trabalhando e no fim do ano era bom que nós recebia o dinheiro, o saldo todo, eles dava o dinheiro para trabalhar para pagar o trabalhador e o resto nós guardava. Entregava o que colhia na Cooperativa. Esses campos do meio era tomate, aquele dali era bananeira e aquele de lá era feijão e aquele da beira do rio era milho. Meus filhos ajudavam, eles trabalharam muito.

Para as famílias de agricultores que não eram proprietárias de terras e se submetiam ao trabalho no sistema de meação nas grandes propriedades ou de salários que mal davam para a sobrevivência, famílias que eram vulneráveis às inconstâncias das vontades dos

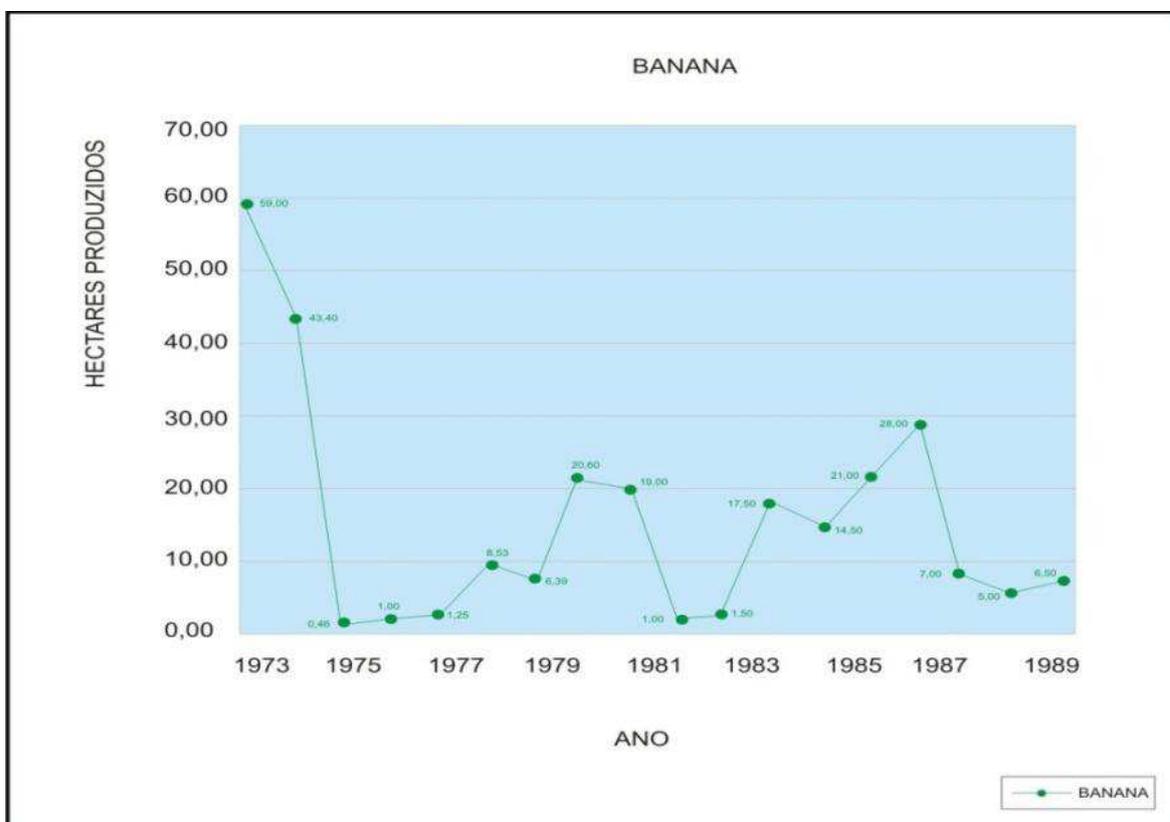
proprietários ou outras que estavam apenas se constituindo e sem perspectiva de trabalho e terra para trabalhar, o PIS se constituiu como chance e perspectiva de um futuro promissor, de estabilidade e de garantia de sustento dos filhos e de acesso a bens de consumo e serviços de saúde e educação. As transformações ocorriam em suas vidas, passando a ter uma qualidade de vida à qual dificilmente teriam acesso na situação anterior.

2.3 - Produção: erros e acertos, trajetória ascendente

Os resultados iniciais não foram satisfatórios, algumas culturas que se adaptavam bem ao clima e ao solo no campo de experimento, localizado à jusante do açude de Sumé, não tinham um tempo de vida útil de forma que fosse adequada a comercialização. Outras culturas como o figo, foram testadas, mas não havia mercado consumidor capaz de absorver a produção e logo foi abandonada a idéia de produção. Algumas culturas bem sucedidas como a banana e com comercialização garantida não foram adotadas por todos os irrigantes, sendo plantada de forma irregular, a maior área produzida foi em 1973 com 59,00 hectares; em 1974 com 43,40 hectares produzidos, atingiu 473.692 kg; nos anos subseqüentes havendo gradativo declínio da produção atingiu níveis inexpressivos, chegando até a ter anos com ausência de produção.

Depois desta produção de 1973 e 1974 em grande escala, só houve produção acima de vinte hectares em três anos, 1980 (20,60); 1986 (21,00); e 1987 (28,00), (ver gráfico 02 na página 64) tal irregularidade na produção de banana se deve a rotatividade de culturas, a banana requeria um número elevado de trabalhadores para adubação e manuseio, sendo assim os trabalhadores não deveriam ser tirados da produção de tomate que era a cultura que tinha prioridade por conta dos contratos. Mesmo assim ela foi a quarta cultura em quantidade e em hectares produzidos. Após o ano de 1991 a produção cai vertiginosamente tendo sido produzida apenas oito anos de forma irregular, com produção de menos de 1,70 hectares.

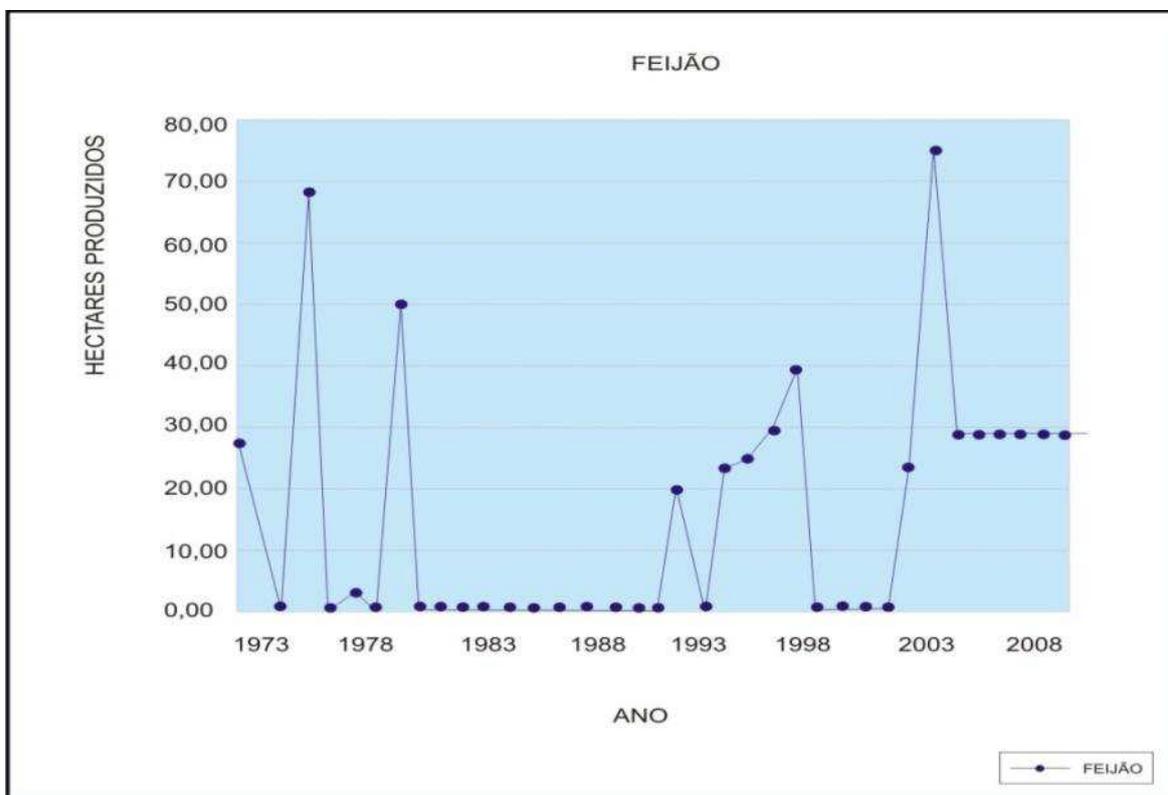
Gráfico 02 - Gráfico demonstrativo da evolução por hectares plantados de Banana



Fonte: Relatório Dnocs - de 1970 a 2002; Relatório de Gerência - 3ª Diretoria Regional - de 1974 a 2009.

O Feijão que figura como a terceira cultura em quantidade e em hectares produzidos teve produção irregular nos registros de produção, talvez porque só a parte comercializada via cooperativa, com emissão de nota fiscal, esteja registrada, sendo a outra parte comercializada diretamente ao mercado e para consumo, não ficando registrado. Houve uma produção regular a partir de 2002 com a instalação de poços do cooperar através da produção irrigada. A produção extensiva em área de sequeiro não passava pelo controle da cooperativa e não era registrada. (ver gráfico na próxima página)

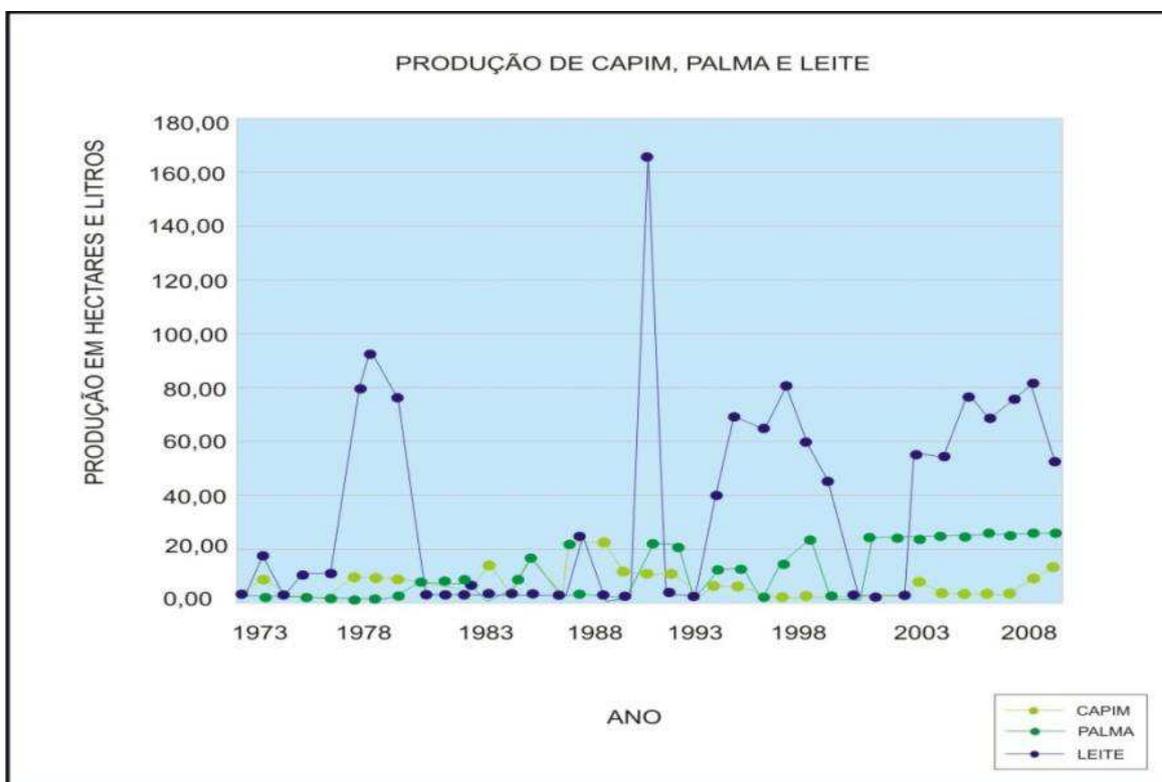
Gráfico 03 - Gráfico demonstrativo da evolução por hectares plantados de Feijão



Fonte: Relatório Dnocs - de 1970 a 2002; Relatório de Gerência - 3ª Diretoria Regional - de 1974 a 2009.

A produção de capim era regular para os irrigantes que optaram por utilizá-lo como alternativa de ração e tinha uma média anual de 6,00 hectares plantados, a palma forrageira que é utilizada para alimentação dos rebanhos tem uma curva ascendente por se tratar de uma cultura adaptada ao regime de escassez de chuvas, constituindo-se como alternativa na pecuária leiteira e de corte. A produção de Leite parece ser uma das mais regulares no perímetro inclusive nos momentos de seca, as curvas que evidenciam o zero no gráfico se referem a ausência de dados do DNOCS/Cooperativa, mas o que percebemos é que nos momento subseqüentes onde os dados aparecem, mesmo levando em consideração as variações na quantidade de cabeças do rebanho, a produção volta a padrões anteriores, o que podemos inferir que se trata somente da ausência da dados.(ver gráfico na próxima página).

Gráfico 04 – Gráfico demonstrativo da evolução por hectares do Capim, Palma e litros de Leite no PIS



Fonte: Relatório Dnocs - de 1970 a 2002; Relatório de Gerência - 3ª Diretoria Regional - de 1974 a 2009.

No projeto inicial estava previsto além de culturas tradicionais como milho e feijão a implantação de culturas que não eram normalmente cultivadas na área da bacia, como inhame (Projeto Sumé, vol. I, 1968, p.51), mas que tinham bom preço de mercado em outros centros comerciais estudados pelo DNOCS e seriam o mercado alvo do projeto, como Campina Grande, João Pessoa e Recife e que mostrou-se inviável após experimentação agrícola. O melão que não estava previsto inicialmente mostrou-se após experimento uma cultura viável do ponto de vista da produção, mas teve problemas na comercialização por se tratar de uma cultura de alto índice de perecibilidade. O tempo de armazenamento era pequeno e os produtores tinham que se submeter aos preços estabelecidos pelo mercado para não terem prejuízo total.

No projeto uma das questões levantadas pelos técnicos era a localização dos mercados e a distância do perímetro em relação aos mercados de venda e consumo dos produtos a serem comercializados. O tomate era vendido direto para a fábrica da Peixe em pesqueira através de contrato e de acompanhamento técnico da preparação da terra até a entrega. Outros produtos como banana eram vendidos em Campina Grande e parte da

produção em Sumé. A comercialização para a indústria não fazia parte do projeto inicial, a meta era escoar a produção para os mercados mais próximos, só surgindo a necessidade de procurar outros meios, devido constatação de que a produção não podia ser absorvida integralmente pelo mercado por conta do grande volume, alterando a mecânica dos preços.

2.4 - A Cooperativa como intermediário entre a Produção e o Mercado, os principais produtos do PIS, Tomate e Milho.

A Cooperativa mista dos irrigantes de Sumé, que era composta por um presidente eleito pelos e entre os associados (irrigantes), um gerente que na maioria do tempo de funcionamento do PIS era um funcionário do DNOCS, os associados e demais funcionários como contador, técnico agrícola, funcionários encarregados de contabilizar e registrar a produção, etc, estava prevista desde o projeto inicial que tinha como tarefa *além das atribuições que lhe são peculiares, controlará também as atividades financeiras de cada irrigante* (Projeto Sumé, vol. I, pág. 1). Mas a partir do plano integrado para o combate preventivo aos efeitos da seca no Nordeste elaborado pelo Dnocs, de 1973, um dos pontos identificados como crucial a ser atacado, era o problema da comercialização:

Os produtos ao chegarem às mãos do consumidor final, já tem sido objeto de cinco ou mais transações comerciais, o que demonstra ser ainda quase nula a integração vertical dos canais.(...) retirando do agricultor o poder de barganha de seus produtos(...) pelo que se pode concluir não se beneficiam em nada o homem do campo.(...) A comercialização da maneira como ainda se processa, constitui-se em um dos mais sérios pontos de estrangulamento ao desenvolvimento agrícola, cerceando, em muitos casos, os efeitos da ação do setor público, em busca de soluções para os problemas agrários da área.

No início do ano era elaborada pela equipe técnica o *Plano de Exploração Agrícola* para aquele ano, com as metas detalhadas e os contratos já predefinidos. Cabia à Cooperativa colocar em prática, em conjunto com o Dnocs, os projetos para plantio com a fábrica da peixe e intermediar o financiamento de todas as etapas de produção. O dinheiro era repassado do banco à Cooperativa que definia o escalonamento dos pagamentos de acordo com as etapas

da produção. Na visão do Dnocs os irrigantes não tinham maturidade para pegar no dinheiro todo de uma vez e fazer os pagamentos necessários a cada etapa, então era fornecido uma quantia mensal, no dia da feira, segunda feira, para as despesas dos irrigantes e sua família e do pagamento dos trabalhadores. (ver foto 18 na página 75) Alguns irrigantes concordavam com este procedimento do Dnocs por achar que o dinheiro podia ser gasto por colegas em outros objetivos que não o que fora designado como bebida alcoólica ou jogo ou mesmo ser utilizado pelos filhos que não trabalhavam. Ao pagar em pequenas quantias o Dnocs pensava em estar sendo prudente por não comprometer o dinheiro destinado ao financiamento da safra num período, mas para a maioria dos irrigantes o dinheiro era empregado na produção, nos pagamentos regulares dos trabalhadores e para custear as despesas de casa. Na realidade, ao controlar o dinheiro, o Dnocs estava controlando todos os passos da produção e gerindo a vida dos irrigantes para que tudo saísse conforme planejado, deixar que os irrigantes aprendessem a gerir a própria vida e as próprias finanças era uma forma de gerar um fator de insegurança e risco para a produção e para os objetivos pretendidos pelo Dnocs. A seleção dos irrigantes estava baseada na capacidade de executar e não de pensar, planejar de forma autônoma

Cabia a cada irrigante definir a área de sequeiro que seria produzida e a produção passaria ou não pela controle da Cooperativa dependendo da comercialização, havia produções, por exemplo, de banana que eram vendidas a Fábrica da Peixe e outras direto para o mercado de Sumé ou de cidades vizinhas. A quantidade que passava na contabilidade da CAMIS eram os produtos que dependiam de notas fiscais e a parte da produção que era de responsabilidade do DNOCS/Cooperativa eram projetos que dependiam de contrato com bancos.

A Cooperativa tinha que disponibilizar dinheiro semanalmente para aquisição de bens de consumo, como os produtos da cesta básica, das famílias dos irrigantes e para o pagamento dos trabalhadores temporários quando a cota mensal não era suficiente. Depois, ela passou a disponibilizar estes bens para os irrigantes a um preço menor que o de mercado, através de um supermercado e de um frigorífico instalado inicialmente nas dependências do Dnocs, nestas mesmas dependências ficavam a parte de pesagem e contabilização da produção (foto 14 pág. 75) e a sede da Cooperativa.

Pela formação da Cooperativa era necessário ter 20 colonos assentados e a direção do Dnocs só veio a colocar em funcionamento em 1975, inicialmente a Cooperativa estava ligada a de São Gonçalo, período que durou quatro meses e após este tempo foi elaborado um estatuto, eleito um presidente, cujo convênio com o Dnocs tratou de todo o processo,

treinamento e acompanhamento por um período, dos tramites da Cooperativa. O Sr. Mário Alexandre, funcionário do Dnocs contratado para o setor de pessoal, tornou-se em 1975, gerente da Cooperativa por 13 anos de forma intermitente:

Eu fazia crédito rural, orientação aos colonos, aplicação de adubo e defensivo é que orientava. A parte de agrícola ficou a critério do DNOCS. A assistência técnica ficou com a Emater através de convênio com o DNOCS. Tinha reunião de administração e do conselho fiscal. Era feito um calendário e era aplicado aquele calendário. Onde era decidido todos os assuntos, uma reunião por mês. Tinha o apoio da assistente social do DNOCS, doutora Terezinha. E agente executava o que os estatutos determinavam. A gente obedecia os estatutos que regiam a Cooperativa. Agente contraia empréstimo através do Banco do Brasil. Primeiro para iniciar o plantio do tomate, no início era só tomate depois é que passou para milho, nós recebíamos a proposta da Peixe, das indústrias de Pesqueira, agente recebia este projeto, por exemplo se vinha este ano nós queremos plantar 200 ha. de tomate, pegava este total e dividia para todos os associados de acordo com sua capacidade, né?, e se fazia (?) e crédito rural e contraia empréstimo junto ao Banco do Brasil e pagava mensalmente aos associados de acordo com o que o banco fornecia. A Cooperativa cobrava 10% de toda a operação, então nós não sabíamos a classificação do Peixe, no início a peixe dava um preço por cada equipe, vamos dizer, uma caixa de tomate era R\$5,00 ou R\$6,00, a Cooperativa emitia na nota fiscal, uma caixa de tomate por tanto, só que lá nos dividíamos e rateávamos para os associados, todo final de ano era rateado e distribuídos com os associados. Os tratores eram todos do DNOCS, só que posteriormente nós compramos três. Tinha o setor de consumo, você pegava o dinheiro que a fábrica antecipava então agente comprava o gado e matava e vendia, não era da Cooperativa, era pegado um dinheiro que ia distribuir, a peixe adiantava um milhão de reais, por exemplo, como não podia repartir este dinheiro antes do balanço final, se comprava animais, vendia para aumentar o lucro do associado, inclusive o rateio era feito através de festa, nós fizemos várias festas, agente fazia a entrega dos cheques aos associados, isto tudo era decidido nas assembleias, no conselho de administração. Nós pagávamos na época despesas dos associados de farmácia, assistência médica, o que sobrava era que era rateado para todos os associados, fora a produção dele, este rateio era dos 10% que a Cooperativa

cobrava, o valor da produção era entregue integral. Este foi o erro da Cooperativa de Sumé, que a Cooperativa não deveria ter entregue toda a sobra aos associados, devia ter investido em lojas, como nós temos hoje aqui, Aloísio e outros, devíamos ter partido para um armazém de insumos e defensivos. Se ela tivesse hoje isto, já estaria maior e os associados teriam a renda disto, só que os associados queriam o dinheiro, então eles resolveram em assembléia que o dinheiro deveria ser entregue a cada um. E isto era feito, todo ano era entregue o cheque aos associados.

O ex-gerente do PIS Mário Alexandre expressa uma forma de pensar dos gestores que se não era corrente na época em relação os irrigantes era pelo menos como ocorria na prática, para os gestores os irrigantes eram incapazes de pensar a prática e tomarem suas próprias decisões, estes homens *rudes* segundo este pensamento estavam prontos para executar e não para planejar de forma independente, assim a equipe dirigente encarregava-se da administração e controle da vida dos irrigantes lançando mão de artifícios que são característicos da velha ordem, clientelista, como pagar as contas dos irrigantes em farmácias e com assistência médica, ao invés de deixar que eles o fizessem. Tudo foi desenhado de forma que os irrigantes tivessem o mínimo de contato direto com dinheiro, ficando restrito ao pagamento direto de trabalhadores temporários e alguns gastos pessoais como alimentação. O que constituía-se num contra-senso, por um lado a equipe dirigente estava encarregada de mudar a forma de pensar e agir dos irrigantes, trazendo novos conceitos e orientando sobre os novos procedimentos a serem adotados numa racionalidade que visava modernizar suas práticas e por outro a mesma equipe dirigente não acreditava que esta mudança pudesse se concretizar e agir como se os irrigantes fossem sempre os homens *rudes* e sem capacidade de introjetar as mudanças.

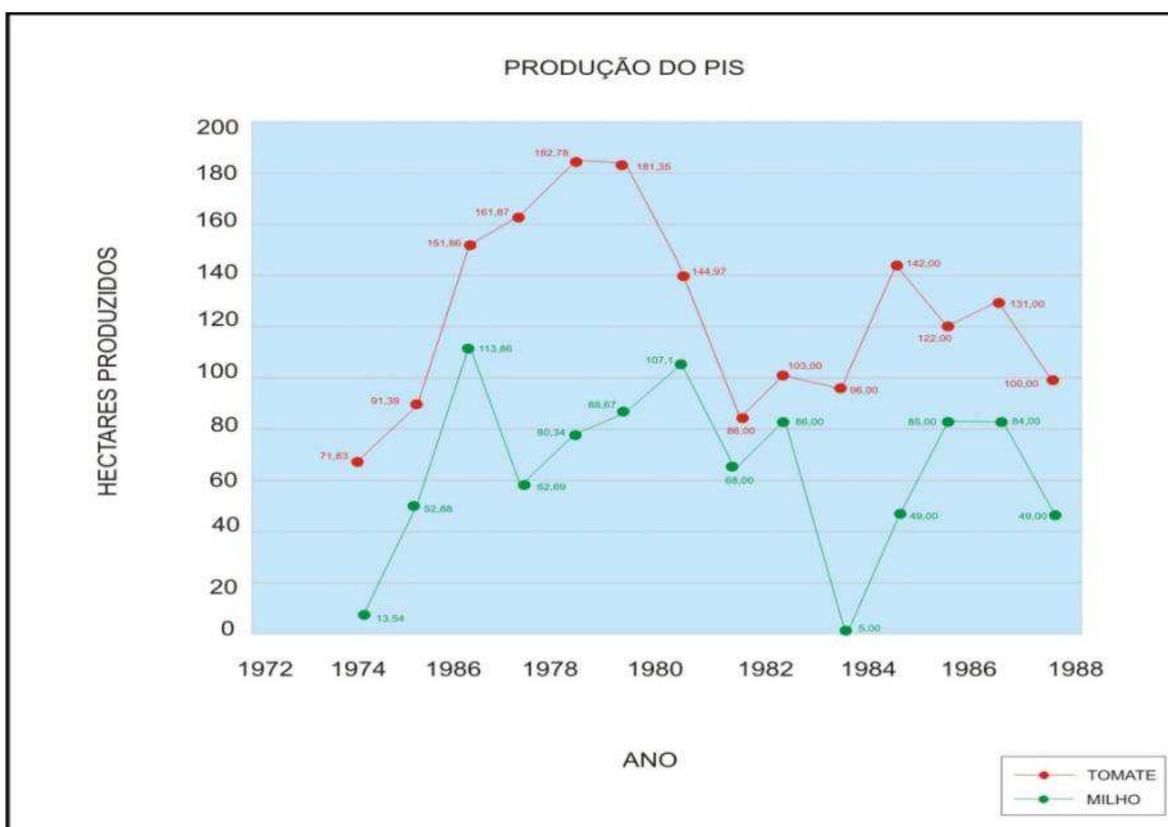
A produção do tomate foi ao longo do tempo constituindo-se como a principal atividade agrícola do perímetro. Apesar de uma participação considerável de produtos como banana, milho verde, feijão, melão e da produção de leite, o que se destacou em quantidade produzida e renda líquida para os irrigantes foi o tomate. A segunda maior produção foi de Milho, pois ele se constituiu como alternativa para o revezamento de cultura, ocupando os campos nos meses após a colheita de tomate.

Com uma produção de 7.345,217 toneladas no ano de 1978, o perímetro teve seu melhor desempenho em termos de produção de tomate (ver gráfico abaixo), gerando uma grande expectativa e euforia nos produtores, na equipe técnica e na sociedade local, fazendo com que o DNOCS passasse a ver o PIS como um perímetro bem sucedido e modelo a ser

seguido por outros perímetros.

A produção dos três perímetros irrigados da Paraíba naquele ano foi de 17.106.906 toneladas o que elevou a Camis ao oitavo lugar no ranking de 39 perímetros irrigados do DNOCS. (Relatório 3ª DR, relatório DNOCS 1978, p.135 e 128 respectivamente) Posteriormente dois destes perímetros passaram para a administração da CODEVASF.

Gráfico 04 - Gráfico demonstrativo da evolução da produção por hectares de Tomate e Milho no PIS. 1974 -1987



Fonte: Relatório Dnocs - de 1970 a 2002; Relatório de Gerência - 3ª Diretoria Regional - de 1974 a 2009.

Este modelo de parceria como tripé - irrigantes, DNOCS, Cooperativa - foi o que impulsionou os resultados positivos dos anos subsequentes à implantação da Cooperativa, mas também o que propiciou seu declínio, já que se o objetivo de uma cooperativa é fortalecer os associados para encaminhar e solucionar demandas, foi através dela que se estabeleceu a dependência dos irrigantes em relação ao DNOCS e aos contratos da indústria e suas determinações unilaterais causando subordinação e falta de autonomia. Mesmo com o discurso de objetivos coletivos, direito e deveres coletivos, na prática o que prevalecia era o

que a equipe dirigente entendia como bem coletivo e objetivos coletivos, já que se tratava de colocar em prática os desígnios de manuais elaborados fora do perímetro.

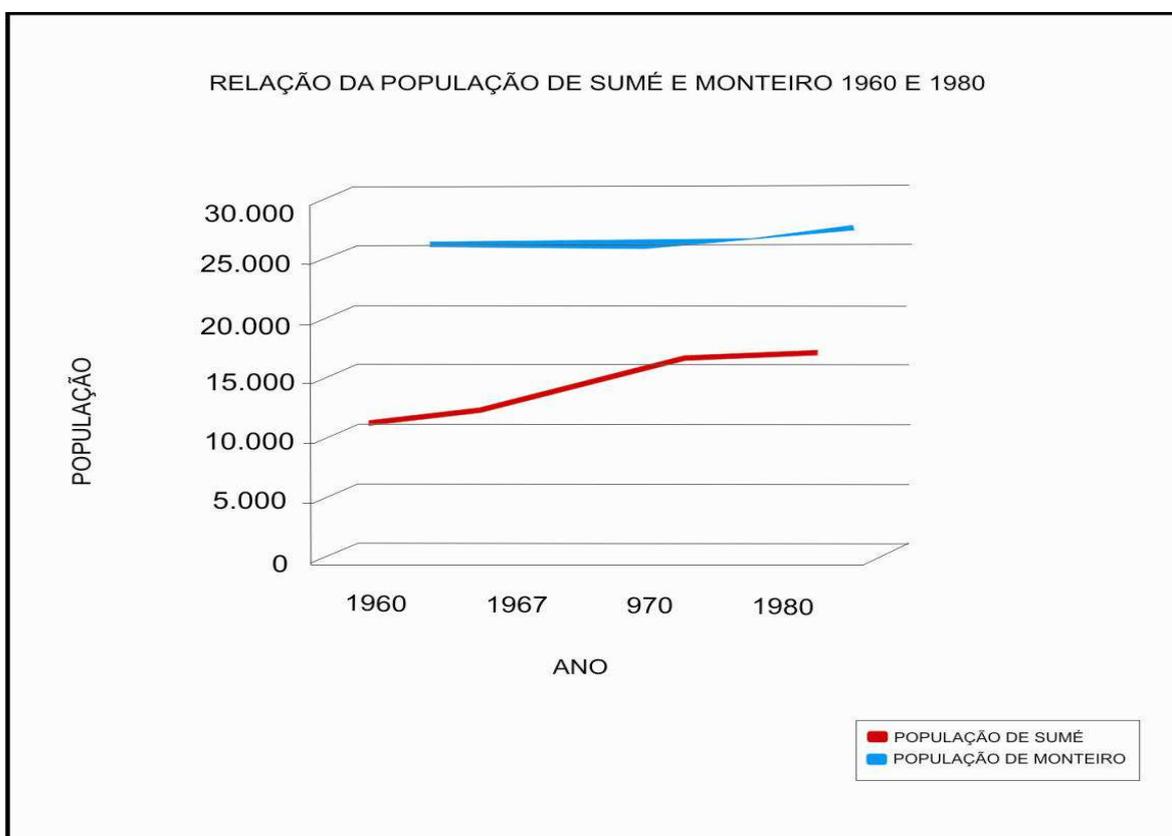
Nos primeiros anos de ocupação do perímetro os resultados não foram satisfatórios, e só com a cooperativa surgiu o contrato com a Peixe, além das garantias de crédito e uma mecânica bem orquestrada de contrato, crédito, produção e distribuição da produção. O Sr. Braz Quintans, 87 anos, pai de cinco filhos e irrigante do lote 32, relata o desempenho da Cooperativa:

O DNOCS ajudou muito os colonos, descia as máquinas, quer dizer que agente pagava o custo depois, ia tudo para a conta. Mas, existia muita facilidade, no começo o gerente deu umas erradas nos contratos que faziam do tomate na Peixe, agente ia pro couro, depois ele se controlou e agente ganhava um dinheirinho. Isso durou uns dois anos ou três, fazia o contrato lá (na Peixe) muito barato e não dava para cobrir a despesa. (...) Este perímetro teve uma produção fabulosa, teve um dia que saiu 24 caminhões de tomate, já pensou? Este tomate ia todinho para a fábrica Peixe de pesqueira. Eu tirava quatro mil caixas de tomate por ano. Eu conservava um plantiozinho de milho pro consumo da casa, e plantava feijão também, eu cheguei a criar ali no lote vinte vacas, o leite dava minha despesa, eu tirava 30 litros de leite todo dia, eu vendia, tinha freguesia. Eu tinha um hectare e meio de banana. Eu plantei cebola, mas não deu certo não, o povo roubava muito, de noite, e não tinha comércio, só deu certo o tomate.

2.5 - As transformações e o projeto sertanejo como complemento das políticas agrícolas

Após a emancipação pode-se dizer que Sumé passou por período de crescimento considerável, aumento da população no município, a construção do açude e a instalação do PIS. A população de 1960 a 1980 de Sumé cresceu 30,93%, enquanto Monteiro, que é considerada cidade pólo do Cariri, cresceu no mesmo período 5,63% (ver gráfico 06 na página próxima página) o que denota que o PIS dinamizou a economia local, servindo de ponto de atração da faixa de trabalhadores rurais que viam a possibilidade de emprego na agricultura irrigada.

Gráfico 06 - Relação da População de Sumé e Monteiro entre 1960 e 1980.



Fonte: IBGE. <http://www.ibge.gov.br>, acessado em 30/09/2009.

Os resultados apresentados pelo PIS que se traduziam numa cota de impostos significativa para o governo do estado, ao longo do tempo foram se revertendo em investimentos do governo em Sumé através do aumento do repasse aos municípios. A cidade passou a ter maior visibilidade e atraiu maiores investimentos. Neste período foram inauguradas duas agências de bancos estatais, uma do Banco do Brasil, outra do BNB, além de uma unidade do Projeto Sertanejo que pretendia ser um complemento das reformas empreendidas pelo Estado, financiando o desenvolvimento agrícola aos que já eram proprietários de terras.

Criado a partir do decreto lei de 78.299, de 23 de agosto de 1976, o Projeto Sertanejo tinha o objetivo de dar aos proprietários rurais as mesmas condições dos projetos irrigados, assim a lei estabelecia que:

A criação do projeto sertanejo visa a organizar e reorganizar as unidades produtivas a fim de assegurar ao processo de produção, o nível de emprego no meio rural e,

com isto reduzir as repercussões sociais; dar aos imóveis rurais um padrão produtivo e de emprego semelhante aos dos perímetros irrigados; dar as propriedades, dotando-as de infraestrutura; desenvolver modernas técnicas agrícolas e estimular os produtores rurais do semiárido a se associarem às cooperativas com o fim de assegurar o apoio às suas atividades agropecuárias. (Minter/SUDENE - Projeto Sertanejo - objetivos e concepções do programa - Recife - PE - 1977 – *apud* Macêdo, 1985, - p. 15)

Criado para funcionar onde já existia em funcionamento uma Cooperativa agrícola administrada pelo DNOCS (em 1977, dos 20 núcleos em instalação, 11 estavam localizados em Projetos de Irrigação) ou uma gerência regional do POLONORDESTE, o Projeto Sertanejo teria um raio de ação de até 30 km da cidade-base e consistia na aplicação de um programa de crédito altamente subsidiado, e sua ação visava a pequena e média unidade de produção agropecuária, combinando irrigação, em pequena escala, agricultura de sequeiro e pecuária de grande e pequeno porte. Quando foi extinto em 1984 o projeto contava com um total de *52 mil agricultores inscritos, apenas 6.851 tiveram seus projetos implantados, ou seja, 0,7% dos agricultores potencialmente beneficiários do programa.* (Avaliação do POLONORDESTE e do Projeto Sertanejo, *apud* Miranda, 1990, p. 245).

O Projeto Sertanejo de Sumé diagnosticou uma demanda de 10.026 produtores e proprietários dos municípios de sua área de abrangência e *até junho de 1985 haviam 678 inscritos. Destes 493 pequenos, médios e grandes proprietários e 185 trabalhadores sem terra. Na seleção final 166 foram beneficiados, sendo 67 pequenos proprietários e 99 proprietários com unidades até 500 hectares e nenhum deles pertencia ao grupo dos sem terra* (Macêdo, 1985, p. 61). Até julho de 1985 o projeto havia perfurado 90 poços tubulares, 10 cacimbões e construído 12 barragens de terra com capacidade de acumulação de 3.000.000 m³ no total.

O Projeto Sertanejo fazia parte de um conjunto de ações de governo para o desenvolvimento do Nordeste que faz parte das diretrizes do GTDN/SUDENE e que viram seu ciclo se fechar com o raiar da Nova República. Segundo Ricardo Miranda uma das razões para o fim do projeto foi *o caráter medular dos subsídios a agricultores individuais na proposta de ação do Projeto Sertanejo choca-se frontalmente com a diretriz operacional do Banco Mundial de promover a recuperação de custos.* (Miranda, 1990, p. 210). Desta forma, mesmo tendo um período de atuação pequeno e com um atendimento limitado, o Projeto Sertanejo cuja escolha da localização se deu a partir do bom desempenho do PIS, também contribuiu para o dinamismo da economia local.

Atividades no PIS



Diversas fases da produção do Tomate.





Atividades no PIS sentido horário na página anterior, **10** - Prédio da Cooperativa; **11** - Fila para pagamento mensal dos irrigantes; **12** - Aquisição de adubo na Cooperativa; **13** - Atendimento do gerente do PIS aos irrigantes; **14** - Local de pesagem e controle da produção; **15** - Orientação técnica em campo do gerente do PIS; **16** - Reunião de capacitação para os irrigantes(centro). Pág. 74

Diversas fases na produção do Tomate, sentido horário, **17**– Orientação técnica; **18** - Capina; **19** - Adubação (centro); **20** - pré-seleção e limpeza; **21** - Transporte. Pág. 74

Produção, sentido horário - **22** - Produção de Cenoura e Beterraba; **23** - Produção de Tomate; **24** - produção de Banana; **25** - Carregamento chegando à fábrica da peixe em Pesqueira-PE. Pág. 75

Terceiro Capítulo

Vertigem! O oásis era uma miragem

3.0 - Enfrentando, contornando e sucumbindo os problemas

Os problemas enfrentados pelo PIS foram inicialmente em relação à comercialização seguidos de alguns relacionados à adaptação dos irrigantes ao novo modelo implantado, o que resultou em reapropriação do lote por parte do DNOCS em, pelo menos, um caso. Dentre os principais problemas, estão: conflitos na condução da Cooperativa, disputas na distribuição e acesso à água dos canais, diminuição do nível de água disponível para irrigação no açude de Sumé e sucessão da gerência do Perímetro no início dos anos oitenta. Acreditamos que estes fatores tenham relevância no processo de declínio do Projeto Irrigado de Sumé.

Nas “nove casas”, localizadas no final do canal principal, os irrigantes programavam o plantio e dependiam do abastecimento regular da água do canal, mas muitos não podiam contar com a água no horário estabelecido, porque os irrigantes localizados no meio do sistema fechavam a comporta bloqueando o fluxo d’água daquele ponto até o final do perímetro, o que prejudicava o resultado final da produção. Mesmo com a pressão da equipe dirigente, para que o fato não ocorresse e a negação por parte dos irrigantes envolvidos, durante a madrugada, esta era uma prática corrente. Os problemas de salinidade e

bloqueio do fluxo d'água no canal são comentados por Osmar de Lira Carneiro, agrônomo da EMATER a serviço da Cooperativa em 1980 e 1981:

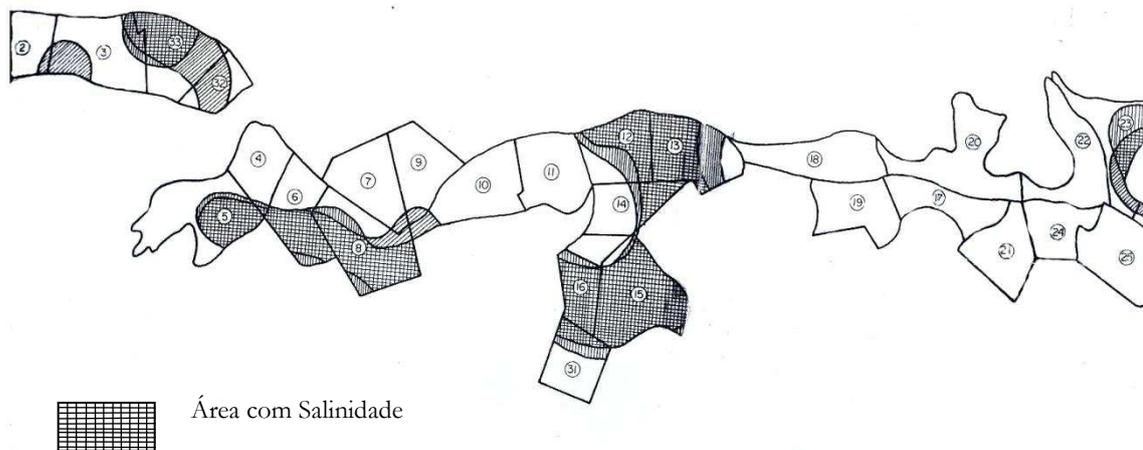
E fora os problemas técnicos que já tinham na época, já tinha problemas técnicos severos como salinização de lotes, como a água do açude foi diminuindo aos poucos, a água dos canais como começou a ser racionada, não tinha água para a área verde total, as três casas que não chegava lá nunca, e no meio tinha umas coisas meio erradas, alguns colonos que ficavam no começo começaram a fazer retenções dos canais, era um problema que tinha severo, era retenção, como a água vinha pouca eles vinham e colocavam umas tabuas, tipo uma comporta segurando a água para ele, logicamente esta água ia faltar em baixo, já nesta época começaram a pensar em utilizar a água do rio, com poço, com estas coisas, nesta época já começou se, só que tinha um detalhe a qualidade da água de irrigação não era boa, já era água comprometida, que precisava de correção, eles tinham uma coisa boa que era o rio sucuru que funcionava na época e ainda hoje é um meio natural, aqueles lotes que estavam na margem do rio sofriam menos com este problema porque a cada inverno lavava se tudo e o rio era um dreno natural, os lotes afastados da beira do rio tinham mais problema de salinidade tinha lote que era completamente perdido, totalmente perdido, coberto na época só de algaroba, salinos.

O PIS, desde sua criação, enfrentou problemas com salinização de algumas áreas (ver mapa na página 78), alguns lotes não chegaram a ser utilizados para produção agrícola comercial, já outros foram utilizados pela Cooperativa para abrigar o rebanho desta que era comercializado e para a produção de pastagens utilizadas como ração de seu plantel. Segundo relato dos irrigantes, recentemente, parte da salinidade de algumas áreas pôde ser revertida através do plantio de algaroba. A salinidade nos lotes era motivo para alguns não produzirem, mas, para outros, isto era contornado com culturas que podiam ser desenvolvidas nestas áreas, como é o caso da produção de coco, pelo Sr. Severino do Peixe, 84 anos, que iniciou no perímetro em 1971, teve 20 filhos e formou um filho em Engenharia Mecânica:

Me perguntaram uma vez como eu produzia daquele jeito naquela salina, era salina completa, eu fui só para tirar uma prova, se dava para eu me sair lá, se não desse eles me tiravam lá para baixo, depois de dois anos eu disse vou mais

não, já tinha uns coqueirinhos situados. Eu era exemplo para os outros, a coisa que eu mais lucrei, pode se dizer ali era côco, quando eles vieram para eu plantar côco já estava com quatro anos que eu sofria, aí não, plantei logo 150 pés de côco, quando tinha 350 pés de côco safreando, eu tirava toda semana 3.000 côcos aqui para o mercado, era 12.000 por mês e 10.000 para Afogados e nenhum aí tirou 10.000 por ano.

Planta 03 – Planta da Área do PIS com Salinidade



Fonte: Relatório Semestral Camis, Julho/Dezembro 2000, p. 03 e 04

O agrônomo Osmar comenta sobre o problema de salinidade do lote de seu Severino do Peixe, alegando que nem sempre as orientações técnicas da equipe dirigente eram seguidas pelos irrigantes, prevalecendo as práticas de origem no trato com a terra:

Severino do peixe, o que ele ganhava ele investia em casa na cidade, trabalhava muito, mas este era um dos que não seguia a risca, ele tinha muita vontade de trabalhar, eu chamava o lote dele “a feira de caruarú”, ele plantava a banana, se a banana não desse certo naquela cova da banana ele plantava outra coisa na mesma cova, você andava no lote dele era uma coisa louca, tinha de tudo, o que você pensasse ele misturava tudo, não era um sujeito muito seguidor de

orientação, mas como ele trabalhava muito terminava compensando e ele nunca foi de ficar devendo na Cooperativa. É tanto que o que ele foi ganhando e ele era mais esperto um pouquinho, ele foi comprando alguns lotes de terreno e foi construindo, tinha vilas quase só dele, ele era muito esperto.

Os conflitos internos como: disputa pelo controle de vazão de água nos canais, escala para uso de máquinas agrícolas e divergência de opinião sobre como conduzir assuntos da cooperativa eram administrados pelo DNOCS. O engenheiro encarregado do perímetro tinha a última palavra, mesmo que fosse através do gerente da Cooperativa. Em algumas ocasiões houve tentativas por parte dos irrigantes de se verem livres do jugo do DNOCS. Como relata o ex-gerente Mário Alexandre, funcionário do DNOCS a serviço da Cooperativa, *toda vez que Lourinho era eleito presidente da Cooperativa ele me tirava e colocava Zenaide na gerência..* Zenaide era contador de formação e não tinha ligação com o DNOCS. Este gerente permaneceu na Cooperativa depois que o DNOCS se afastou em definitivo das ligações e patronagens com a Cooperativa.

3.1 - Ausência de identidade no projeto e nos objetivos do PIS

O modo centralizador e paternalista do DNOCS privando as pessoas de autonomia e a falta de coincidência entre os objetivos almejados e programados pelo DNOCS e pelos irrigantes e suas famílias teve um papel importante tanto no sucesso, quando estes objetivos eram concordantes, quanto negativos, quando eram discordantes, contribuindo para o declínio do PIS e da situação em que se estabeleceu posteriormente. Ao invés dos irrigantes vislumbrarem um oásis onde suas necessidades seriam, enfim, satisfeitas, eles vislumbraram uma miragem que com o tempo foi se dissipando, e os trazendo para uma realidade crua dos momentos vividos anteriormente de escassez e dificuldades.

Um dos pólos de controle do DNOCS se deu através do gerente da Cooperativa que dirigia, de forma invisível, como ajuda, os irrigantes para os objetivos desenvolvimentistas e modernizadores a serem implantados, como concessão, em convênio firmado entre a Cooperativa e o DNOCS para utilização de funcionários deste por aquela. Como lembra Ervin Goffmann ao analisar as instituições e como elas agem para obter fins, o que é a admissão e o que se espera dos admitidos:

Quando as pessoas se movimentam em conjunto, podem ser supervisionados por um pessoal, cuja atividade principal não é de orientação ou inspeção periódica (tal como ocorre em muitas relações empregador-empregado), mas a vigilância - fazer com que todos façam o que foi claramente indicado como exigido, sob condições em que a infração de uma pessoa tende a salientar-se diante da obediência visível e constantemente examinada dos outros.(...) Os processos de admissão talvez pudessem ser denominados “arrumação” ou programação, pois ao ser “enquadrado”, o novato admite ser conformado e codificado num objetivo que pode ser colocado na máquina administrativa do estabelecimento, modelado suavemente pelas operações de rotina.(...). Os processos de admissão, que tiram do novato os seus apoios anteriores, podem ser vistos como a forma de a instituição prepará-lo para começar a viver de acordo com as regras da casa. (Goffman, Ervin, 2003, p. 26 e 50)

O Processo de modificação da cultura dos irrigantes foi patroneado pelo DNOCS, diretamente, através dos funcionários treinados para este fim ou através de convênios com outras instituições e órgãos governamentais como a EMATER e as “missões estrangeiras¹²” no caso da criação da Cooperativa. Isto fica evidente no controle que o DNOCS exerceu sobre a Cooperativa, ela “disponibilizou” um funcionário do DNOCS para gerir a Cooperativa, disponibilizou máquinas, que estavam sob sua administração, além de toda a logística. Mesmo com aparência democrática com a participação dos irrigantes em reuniões, e seguindo normas do estatuto da Cooperativa, na verdade tanto irrigantes quanto a equipe técnica encarregada das orientações e administração dos colonos, e da organização da Cooperativa, seguiam orientações de um modelo implementado pela missão alemã, que implantou um estatuto e um modelo não escolhido e negociado pelos irrigantes, mas baseado em experiência alemã e adaptada para a realidade do Nordeste.

A formação da Cooperativa constituiu-se de maneira autoritária, mesmo sendo para

¹² Convênio firmado entre o DNOCS e instituições de países estrangeiros para cooperação e transferência de tecnologia e assistência técnica. Entre elas destacamos a “missão de Israel” de cooperação técnica celebrada em 12.03.1962 (Relatório DNOCS 1974, pág.27); a missão IRYDA (instituto de reforma e desenvolvimento agrário da Espanha firmado em 23.10.74 (Relatório DNOCS 1975, pág.24 e 25); e a “missão Alemã” que consistiu em um empréstimo para implantação e assistência técnica de 17 perímetros de irrigação pelo banco Kreditanstalt Fur Wiederaufbau (Relatório DNOCS 1977, págs de 18 a 23), sendo a “missão de Israel” e a “missão alemã” as que tiveram maior duração. A transferência de tecnologia e de conhecimento técnico em alguns perímetros não se deu com a presença ostensiva in loco como é o caso de Sumé, mas na capacitação de técnicos e administradores dos perímetros que transferiam o conhecimento, orientações, em cascata, cabendo aos técnicos estrangeiros visitas periódicas de controle e acompanhamento da aplicação técnica após os cursos de capacitação.

implementação de um modelo democrático. O conhecimento prévio dos irrigantes era tratado de forma que eles possuíam algo que deveria ser deixado para traz, com procedimento errado e adquirir novos hábitos. Para isto, a assistência social do DNOCS encarregada de modificar esta cultura “atrasada” passou a administrar a vida dos irrigantes, ensinando até novos hábitos de higiene. A assistente social da EMATER, Alvaír Macêdo Carneiro, que trabalhou no Perímetro Irrigado de 1980 a 1981 relata o alcance do trabalho da EMATER em mudar a mentalidade e as práticas das famílias dos irrigantes sendo bem sucedida em alguns casos, em outros não:

O trabalho da Emater era trabalhar mais a dona da casa, a família, educação, saúde, orientar as famílias como utilizar melhor a água, a questão da higiene, aproveitar alimentos, o que elas produziam muitas vezes não usavam porque não sabiam ou não tinham interesse, aí elas iam aprendendo a utilizar as frutas a fazer doce, aquelas que eram mais dinâmicas partiam para vender os produtos nas feiras. Eram pessoas que tinham vindo de área seca que não tinham o hábito de comer verduras, comer frutas, no perímetro irrigado produzia tudo, tinha água e tinha fruta em abundância, tinha a horta doméstica, a horta comercial que era o excedente que era vendido nas feiras, tudo isto era orientado. A questão da vacinação dos filhos, a questão de manter os filhos na escola, tudo era favorável porque a própria estrutura do perímetro oferecia, era um trabalho bem integrado. Mas tinha resistência delas também, você trabalhava, trabalhava no núcleo da família, mas era um trabalho muito lento porque elas já vêm de uma realidade e você querer que ele passe a ser... não é fácil. Muitas pessoas, muitas famílias daquelas tinham umas características e tinham uma receptividade, que eram mais abertas para aceitar as coisas mas tinha umas que agente diz assim que era questão de preguiça mas as vezes não era questão da realidade deles, era o que ele era, o que ele foi a vida toda, cresceu naquele ambiente, aí veio para o perímetro. É tanto que tinha uns lotes que eram bem desenvolvidos, onde o próprio proprietário com a família produzia bem e tinham outros, coitados, que não saiam do canto e alegavam que era problema do lote, às vezes nem era, você sabe que dá muito trabalho manter toda uma estrutura funcionando. Tinham umas pessoas que já traziam nas origens da educação que receberam de seus pais e aceitavam aquilo com a maior facilidade, eram pessoas limpas, as casa faziam gosto, mas tinham umas que você por mais que tentasse, alegavam que era questão de pobreza

mais não tem nada a ver, era as origens. Eles recebiam muito fácil as coisas, tudo tinha favorável, energia, escola, e não valorizavam, só as pessoas que eram mais esclarecidas que valorizavam.

Para a senhora Alvair o nível de educação das famílias dos irrigantes era determinante na compreensão do novo mundo que o DNOCS estava oferecendo. A falta de instrução dificultava a compreensão e aceitação das orientações da equipe dirigente, e a mudança de hábitos nem sempre ocorria a contento pelas características próprias trazidas pelos irrigantes e que a equipe dirigente estava encarregada de transformar. A resistência às mudanças como algumas transgressões às orientações/regras de conduta determinadas pela equipe dirigente estavam relacionadas à internalização de um modo de vida consolidado nas relações de origem dos irrigantes.” *era questão da realidade deles, era o que ele era, o que ele foi a vida toda, cresceu naquele ambiente, aí veio para o perímetro.* Como observa Pierre Bourdieu com o conceito de *habitus*:

O habitus como sistema de disposições para a prática, é um fundamento objetivo de condutas regulares, logo, da regularidade das condutas, e, se é possível prever as práticas (neste caso, a sanção associada a uma determinada transgressão) é porque o habitus faz com que os agentes que o possuem comportem-se de uma determinada maneira em determinadas circunstâncias. Dito isto, essa tendência para agir de uma maneira regular – que, estando seu princípio explicitamente constituído, pode servir de base para uma previsão (o equivalente científico das antecipações práticas da experiência cotidiana) – não se origina numa regra ou lei explícita. É por isto que as condutas geradas pelo habitus não têm a bela regularidade das condutas deduzidas de um princípio legislativo: o habitus está intimamente ligado com o fluido e vago. Espontaneidade geradora que se afirma no confronto improvisado com situações constantemente renovadas, ele obedece a uma lógica prática, a lógica do fluido, do mais ou menos, que define a relação cotidiana com o mundo. (Bourdieu, 2004, p. 98)

Os atos de insubordinação no Perímetro como na Cooperativa eram punidos com sanções que iam desde uma simples advertência até a expulsão. Foram relatados cinco casos de expulsão, um deles ocasionado por um crime que ocorreu com um irrigante de nome

Manuel que era reconhecido como muito trabalhador, mas que teria cometido um crime por causa de bebida. Infelizmente todos as pessoas entrevistadas se negaram a falar sobre o assunto, mesmo *off the record*.

A forma de competitividade que era incentivada pelo DNOCS, de maneira que os irrigantes obtivessem melhores resultados e produzissem mais, tinha o intuito de criar uma mentalidade de livre concorrência, como parte da lógica do mercado capitalista. O que se verificou foi a descrença na equipe dirigente, ao invés da criação desta mentalidade de mercado, pois as premiações e ganhos desiguais eram entendidos pelos não beneficiários, ou beneficiários com baixa premiação, como privilégios dos primeiros.

Para Osmar, agrônomo da EMATER, a transformação da mentalidade dos irrigantes não ocorreu de forma fácil, mesmo assim prevaleceu um senso prático que determinava suas ações e obediência aos objetivos do DNOCS:

Eles vinham da área de sequeiro que era uma área de dificuldade, sem apoio nenhum, era muito solto e trabalhava muito a vontade e passou a trabalhar controlado. Você tinha um ou outro irrigante mais desorganizado, mas a média era de pessoas comprometidas, eram altamente comprometidas, era um grupo muito bom, era um grupo que você levava a informação e era seguida, até porque eles sabiam o seguinte: que ali estava em jogo a atividade principal deles, mas no fim tinha os restos que seriam os lucros que dependiam do trabalho deles, se ele deixava de aplicar a técnica, se ele deixava de proceder como estava no plano de exploração ia comprometer severamente a eles no final sem ter como cobrir as despesas.

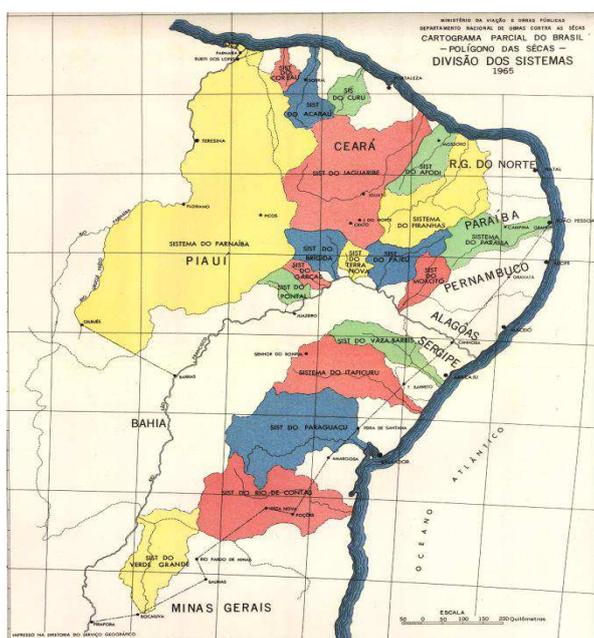
3.2 - Conseqüências locais da política de açudagem

O pensamento corrente durante décadas no meio técnico como na população era que deveria se investir na disponibilidade de água através do acúmulo em reservatórios de pequeno, médio e grande porte, pensamento que ainda persiste hoje, haja vista o projeto de transposição em curso do Rio São Francisco. Tal pensamento influenciou na forma de concretização da construção de açudes de forma desordenada, o que se pensava era na quantidade de reservatórios que deveria ser construída, quanto mais, melhor, tentando criar no

“sertão” vários oásis com oferta abundante de água. Esta visão e este tipo de política estavam contribuindo para o que se tornaria, em alguns casos, como o de Sumé, uma miragem, à medida que os locais escolhidos para a construção dos açudes eram os leitos dos rios cujos fluxos eram interrompidos, criando diques de forma excessiva. Ao serem interrompidos, muitos destes canais naturais de escoamento da água da chuva, açudes e barragens ficaram impossibilitados de voltar a acumular água com a mesma frequência, dependendo cada vez mais de um volume maior de chuvas em áreas onde o índice pluviométrico já era escasso.

Uma das frentes perseguidas pelo DNOCS foi a formação de grandes reservatórios para abastecimento das populações garantindo a disponibilidade de água nos momentos de escassez, para isto, ao longo de décadas, foram empreendidas políticas de açudagem pública que até 2007 compreendia um total de 313 açudes de grande e médio porte. A partir da década de 90, com a descentralização das políticas de combate às secas, a parte de açudagem ficou a cargo dos governos estaduais e municipais, eventualmente em convênios com o DNOCS.

As áreas identificadas tecnicamente por ter um potencial de acumulação foram os cursos dos grandes rios do Nordeste e seus afluentes, tendo em vista a facilidade de escoamento hídrico na utilização do sistema natural. Outro fator era as aglomerações populacionais que já se encontravam nestas áreas e seriam seus beneficiários. Desta forma, o DNOCS traçou grandes sistemas de utilização dos recursos hídricos para solucionar a questão do abastecimento da população, para garantir a pecuária e desenvolver a agricultura irrigada nos vales dos rios. (ver mapa dos sistemas abaixo)



Sistema dos Rios
Fonte: Relatório
DNOCS 1970.

O sistema do Rio Paraíba no qual se localiza o Vale do Rio Sucuru, onde está localizado o açude de Sumé, foi projetado para contar com o fluxo de águas pluviais que abastecem o sistema. Ao longo da segunda metade do século passado este Vale foi alvo das políticas de açudagem que não pararam com a construção do açude de Sumé.

A “solução hídrica” que estava sedimentada nas políticas e nas ações do DNOCS fomentou um processo de obstrução do sistema através da construção indiscriminada de açudes de pequeno e médio porte e barragens nas quais o DNOCS emprestava as máquinas para os proprietários construírem ou que serviam de fonte de emprego para a população das frentes de emergências¹³.

Até 1982, 16 açudes em propriedades privadas haviam sido construídos na bacia do açude de Sumé (Hidrologia 14, p. 25) fruto da visão de que é necessário armazenar água para os períodos de estiagens. Para os proprietários significava garantir o abastecimento para consumo da família e para o rebanho, já que na área não havia irrigação.

Grande parte deste processo se deu sob a tutela dos órgãos governamentais. O DNOCS, em períodos de seca, mobilizava frentes de emergência para construir barragens e pequenos açudes em propriedades. O Projeto Sertanejo financiou a construção de açudes, além de empréstimos rurais do Banco do Brasil que destinava parte do orçamento à construção de açude.

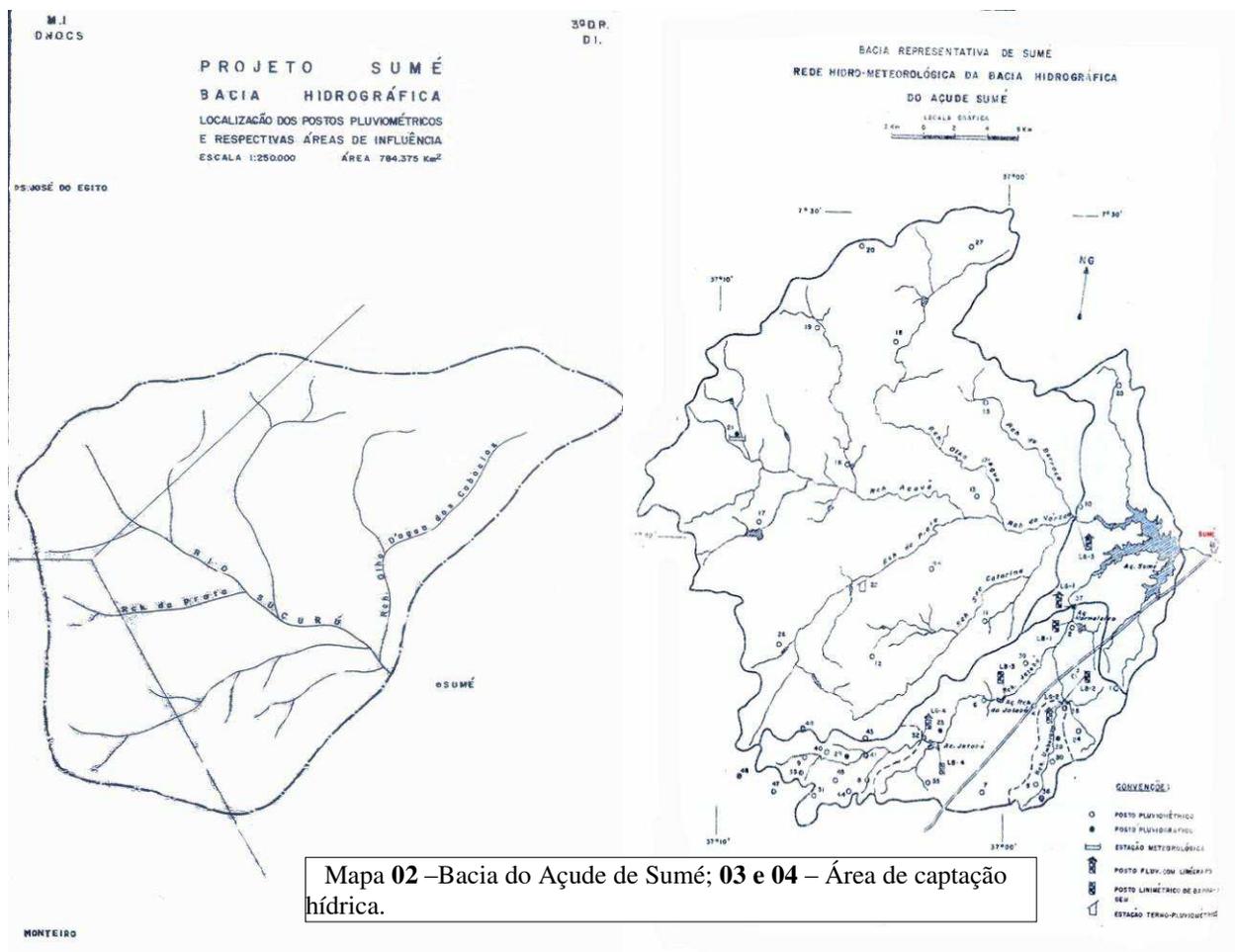
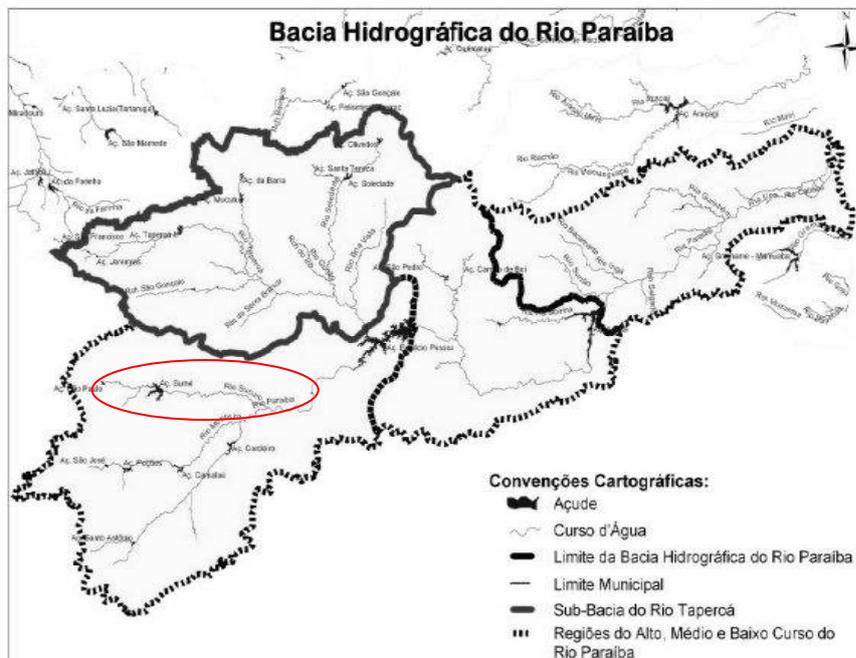
Toda esta política de construção de açudes resultou na obstrução dos fluxos dos afluentes que desaguavam no açude público de Sumé, um processo gradativo, patrocinado pelo governo, impedindo cada vez mais que a mesma quantidade de água a que fora projetado se concretizasse ao final dos períodos chuvosos.

Uma das formas de intervenção do governo, visando melhoria da agropecuária e valorização das propriedades rurais através da disponibilidade de recursos hídricos através da *formação de reserva d'água*, foi a criação do Projeto Sertanejo em 1976, durante o governo Ernesto Geisel, numa parceria Ministério do Interior/Sudene/DNOCS, e teve um dos núcleos de atuação no município de Sumé atendendo também às cidades vizinhas situadas num raio de 30Km. Até julho de 1985 o projeto havia perfurado 90 poços tubulares, 10 cacimbões e construído 12 barragens de terra com capacidade de acumulação de 3.000.000 m³, no total. (Macêdo, 1985, p.67)

¹³ As frentes de emergência eram programas do governo federal com tempo limitado, que após cadastramento em órgãos como o DNOCS, visava atender as populações atingidas pelas secas e consistia no pagamento de uma pequena quantia mensal por prestação de serviços em pequenas, médias e grandes propriedades rurais, em atividades como: construção de cercas, plantio de palma, construção de cacimbões, desmatamento e construção ou conserto de açudes utilizando ferramentas manuais.

Nos estudos iniciais de 1967, os mananciais que aportariam no açude de Sumé e que formam a bacia do açude incluem fontes provenientes até de outros estados, como é o caso de São José do Egito, em Pernambuco (ver próxima página), contando com uma extensa área do território em torno de Sumé e cidades vizinhas que beneficiariam o açude deste município e seriam beneficiadas por ele, como Monteiro que durante um longo tempo dependeu da água do açude de Sumé em períodos de seca para o abastecimento da população. Não estava previsto nos estudos do DNOCS e não foi previsto por sua política de incentivo à construção de pequenos açudes, a obstrução das vias que conduziam a água ao açude de Sumé e o que se viu ao longo dos anos setenta e oitenta foi a construção de pequenos reservatórios nas áreas da bacia e nas áreas em torno dela, ocasionando a paralisação gradativa do sistema, inviabilizando a irrigação no perímetro que a partir de 1987 deixou de utilizar a água para irrigação, havendo o colapso total em 1998 com a secagem do açude de Sumé. (Ver foto na página 88)

Bacia do Açude de Sumé e Áreas de influência de captação



Seca de 1998: imagens do açude de Sumé



Seca de 1989 – Foto 26 – Visão do medidor do nível de água do açude; 27 – Visão da parede do açude; 28 – visão geral do ponto de maior profundidade do açude; 29 – canoa abandonada; 30 – Crianças carregando água; 31 – Fila para pegar água em poço comunitário.



3.3 - O afastamento do DNOCS

Fazia parte dos objetivos do DNOCS, no Perímetro Irrigado de Sumé, a construção de um processo de “autonomia” junto aos irrigantes, como consta no projeto inicial de 1968, *a par da tentativa de superação do paternalismo de que há muito vinha caracterizando a forma de atuação em empreendimentos deste tipo, várias inovações foram introduzidas, após o período de consolidação os irrigantes deverão passar a conduzir com autonomia a Cooperativa. (Projeto Sumé, 1968, Vol. I, pág 2)*, e tendo em vista que os custos de operação e manutenção desde o início eram de responsabilidade do DNOCS.

Para o governo, após o período de instalação e quando apresentasse os resultados positivos, deveria a Cooperativa dos irrigantes assumir todas as despesas operacionais, o que só veio a acontecer a partir dos anos oitenta. No entanto, verificamos que a *superação do paternalismo* só existia no discurso por se tratar de uma crítica que já existia às atuações anteriores do DNOCS, em relação ao combate às secas. Este paternalismo foi retroalimentado porque para os irrigantes era cômodo ter quem organizasse todo o processo de produção a eles cabendo apenas a execução, já que era um procedimento incorporado das práticas de origem quando os donos das grandes propriedades determinavam todo o processo produtivo, ainda assim, na situação em que eles se encontravam de submissão as necessidades e falta de oportunidade as circunstâncias não eram favoráveis a questionamentos ou oposição aos ditames do Dnocs, cabendo apenas a aceitação das regras do jogo. Por outro lado, prover os irrigantes de todas as coisas necessárias era para o Dnocs a forma de manter o controle e a soberania velada sobre o processo de produção e sobre a vida dos irrigantes.

Em 1985 houve mudança geral no quadro administrativo do DNOCS. Com o advento da nova república uma nova diretoria assume a direção do órgão e em 1986 é lançado o PROINE - Programa de Irrigação do Nordeste, que passaria a direcionar a política de atuação do DNOCS (Relatório DNOCS 1985 e 1986). Mesmo havendo continuidade em muitos aspectos da administração do DNOCS, outras diretrizes seriam priorizadas como a inclusão de parte do estado do Maranhão na área do polígono. Na esfera federal houve um gradativo redirecionamento das políticas de combate às secas e da função dos órgãos encarregados de sua execução, chegando o DNOCS a vislumbrar uma quase extinção.

No plano local houve a mudança do gerente do DNOCS que pediu transferência, por motivos pessoais, o mesmo, que estava em Sumé desde o início das obras do perímetro em 1967, tinha um excelente relacionamento com os irrigantes e tinha autoridade moral conquistada ao longo dos anos de implementação do Perímetro.

Este afastamento teve um peso considerável nos conflitos que viriam a se desenrolar de forma irremediável na Cooperativa. Da mesma forma em que a construção do Perímetro seguia orientações gerais estabelecidas em políticas para o setor, o afastamento ou “autonomia” dos Perímetros foi política estabelecida em primeira instância, (ver documento na página 93) desconsiderando as especificidades e estágio de preparação para esta autonomia de cada perímetro.

Como se processou esta “autonomia”? Estariam os irrigantes num período de 10 anos, em média, prontos para seguir o modelo instaurado pelo DNOCS? Teria havido tempo suficiente para deixar de operar com lógica objetiva, prática, calcada no imediatismo, no produzir para subsistência e passar a lidar com uma lógica calcada no saber técnico-científico, baseado numa visão de mercado e com agentes financeiros e institucionais diversos?

Estas perguntas talvez façam sentido se pensarmos a partir do ponto de vista dos técnicos do DNOCS e de quem elaborou este tipo de política para solucionar os “problemas de vulnerabilidade às secas”. Do ponto de vista dos irrigantes, talvez faça sentido dizer: quanto custa abrir mão de uma forma de vida para se adaptar a outra completamente diversa e subserviente?

Como era determinação em hierarquia superior, prevista nas orientações do DNOCS, o afastamento se deu através da comunicação aos irrigantes de que a Cooperativa passaria basicamente a arcar com as despesas de produção. Ela já se encontrava com um capital considerável em patrimônio líquido e já tinha se estabelecido no mercado interno como comércio varejista com um supermercado e um frigorífico, era proprietária de prédios e tinha um rebanho considerável que dava para desenvolver as atividades comerciais. Alguns irrigantes não se adaptaram ao modo de vida trazido pelas novas tecnologias o que gerava, por parte do DNOCS, animosidade em relação ao desempenho destes, como relata o antigo gerente da Cooperativa Mário Alexandre:

O grande mal para o DNOCS, vamos abrir o jogo, foi selecionar o povo da região, que eles não tinham capacidade nem tinham vontade de vencer na vida, eles eram acomodados, a maioria eles davam a terra e eles diziam “esse doutor entende de nada”, eu vou fazer o que eu quero, não queria se adaptar a nova tecnologia, então achava que a maneira certa era a dele, então não produzia, outros iam brincar, jogar e não iam, porque você sabe quando a cultura exige que seja irrigada tem que ser, e a maioria,” tô por fora”, “tô por fora”, não fazia o tratamento adequado, não pulverizava no tempo adequado, não usava os

defensivos no dia adequado, não iam, não queria nada, falta de interesse de desenvolver. Só que no final do ano todos tinham seu saldozinho, uns tinham duzentos mil reais, na época, era cruzeiro, o outro tinha dez mil reais, dez mil cruzeiros na época. Os outros reclamavam, tinham que reclamar, se não produziam, e tinha uma coisa, ele recebia menos porque comia mais. Tinham muitos colonos que diziam, meu filho só vai lá administrar. Casava, colocava a mulher dentro de casa, um neto e só queria andar de unha pintada e não ia pro lote, e pro filho era isto, achava que o DNOCS devia manter isto.

Quando o DNOCS não mais disponibilizou máquinas e equipamentos e saiu da intermediação dos projetos, junto aos bancos e à fábrica Peixe, e com a saída do antigo gerente do DNOCS, que tinha respaldo e autoridade moral perante os irrigantes, instaurou-se uma grande crise na Cooperativa. De forma gradativa, tudo o que se tinha conquistado, foi aos poucos se desfazendo, e se desmanchando antigos laços. Muitos dos irrigantes não reconheciam a autoridade do novo gerente do perímetro, um dos irrigantes nos relatou que quase “agrediu” o novo gerente no escritório do DNOCS, enquanto o anterior era tratado como amigo e participava de festas em sua casa.

Houve também, por parte dos irrigantes, a descrença e desconfiança na administração da Cooperativa sem o controle assíduo da gerência do DNOCS. Um dos antigos irrigantes, cujo nome preferimos ocultar, descreveu uma opinião corrente sobre a gerência da Cooperativa:

Esse patrimônio, eu chamei esse homem de ladrão e ele achou ruim, quando ele começou a trabalhar lá, eu mandava ajeitar a bicicleta, ele não tinha nem dinheiro pra ajeitar a bicicleta, e com menos de um ano ele estava num carro de passeio bom danado e com pouco mais pegou os troços da cooperativa saindo, se acabando, raparam, tiraram muita coisa escondido mais não foi declarado.

Em uma entrevista com um dos antigos funcionários que não autorizou a gravação, fomos informados de que algumas pessoas da Cooperativa começaram a prosperar porque tinham atividades paralelas às atividades da Cooperativa e isto gerou desconfiança por parte dos irrigantes. De qualquer forma, sem entrar no mérito da questão, o que podemos dizer é que a contabilidade não estava sendo feita de forma clara e com a transparência devida para todos os irrigantes, o que desencadeou a desconfiança em um e, aos poucos, muitos dos irrigantes foram perdendo interesse e negociando a concessão dos lotes.

A conseqüência foi a desativação da produção. Em 1987 o nível do reservatório estava em sete milhões de metros cúbicos dos 46 milhões da capacidade máxima e o gerente do Perímetro determinou a interrupção da produção, a água do açude ficou para o abastecimento da população e, aos poucos, as máquinas sem uso e sem manutenção foram encostadas, a rede de canais entrou em processo de desmoronamento por falta de água e de manutenção, as altas temperaturas provocavam rachaduras e quebras nas paredes dos canais. Aos poucos, a produção se limitou às atividades extensivas, como nos tempos anteriores ao Perímetro.

Sucateamento da Rede de Canais



Fotos: **31** – Canal Quebrado; **32** – Irrigante olhando canal quebrado; **33** – Detalhe do canal quebrado; Autor: Ricardo Mendonça, 2008.

Documento único - Comunicação Interna do DNOCS pedindo afastamento dos funcionários do órgão das atividades em Cooperativas

(REMETIDO PARA: 1a, 2a, 3a e 4a DRs)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

7 e 0/82
CIRCULAR Nº 08 DIRGA/82

Fortaleza, 28 de dezembro de 1982

Senhor Diretor,

Como é do conhecimento de V.Sã., tem se constituído preocupação do DNOCS deixar que gradativamente as Cooperativas de Irrigantes alcancem sua autonomia; dispensando a interferência deste Departamento, máxime em questões de cunho gerencial. Tal não impede, porém, que as mesmas continuem sendo assistidas tecnicamente por esta Autarquia, bem assim fiscalizadas pelo INCRA, órgão encarregado de resolver assuntos dessa natureza.

Em sendo assim os Gerentes devem ser empregados executivos das Cooperativas, e não servidores deste Órgão, postos ao seu serviço quando de sua implantação e, até mesmo, tempos depois de terem entrado em fase operacional. O sistema de contratação de pessoal, por parte das Cooperativas, prevê, inclusive, a absorção gradativa de servidores estranhos aos quadros da Autarquia, dispensando, é óbvio, o concurso dos nossos funcionários.

De tal forma solicitamos de V.Sã., adotar as providências que se fizerem necessárias com vistas a afastar servidores do DNOCS das funções de Gerentes de Cooperativas de Irrigantes, localizadas em áreas da jurisdição desta Diretoria Regional, ficando de agora estabelecido o prazo de no mínimo 03 meses e 06 meses no máximo, para que os mesmos retornem aos seus cargos e setores de origem.

Contando com sua compreensão apresento a V.Sã., ao ensejo, protestos de distinto apreço.

Jose Osvaldo Pontes
ENGO. JOSE OSVALDO PONTES
Diretor Geral do DNOCS

*Ao Gerente
de C.A.M.I.S.
para conhecimento proprio
da Diretoria e do DNOCS
17/02/83*

IMPRESSO Nº 14

cod. 342342

A produção de tomate inicia sua escalada descendente a partir de 1988 e chega à paralisação da produção em 1991 (ver gráfico abaixo), permanecendo em alguns anos a produção esporádica para consumo. Só a partir de 2003 houve casos de plantio em escala reduzida a partir dos kits de irrigação do Projeto Cooperar. Já a produção de milho teve uma continuidade através de métodos tradicionais seguindo os ciclos climáticos de chuvas e estiagens na região e, posteriormente, também com os kits de irrigação do Cooperar, houve iniciativas de alguns irrigantes de produzirem o milho doce para a fábrica Palmeirom, em Belo Jardim, Pernambuco. Mesmo com os kits disponibilizados pelo Cooperar, muitos irrigantes não aderiram ao programa de irrigação, alegando o custo de produção e o receio de contrair empréstimos junto às instituições financeiras.

Gráfico 06 – Gráfico da produção de Tomate e Milho no PIS entre 1988 e 2009



Fonte: Relatório Dnocs - de 1970 a 2002; Relatório de Gerência - 3ª Diretoria Regional - de 1974 a 2009.

Outros produtos como banana, coco, seguem a mesma trajetória descendente e só produtos como o feijão e milho têm uma produção regular, porém muito limitada, evidenciando a prática das culturas tradicionais para consumo da unidade familiar. Já a criação de gado e a produção de leite permanecem como uma prática que ajuda no orçamento familiar e como garantia de renda para uma necessidade extra.

Produção de Sequeiro



Produção atual do PIS com os kits do programa tarifa verde



Produção recente de mamona com técnica mista.



Produção irrigada - milho doce industrial e em grão

Produção em área de sequeiro – Foto 34 - colheita em milharal; Produção atual do Pis com kits do programa tarifa verde - 35 - Trabalhador - 36 - Poço e Tanque; Produção recente de mamona com técnica mista - 37 - Irrigação de Mamona por sulcos - 38 - Campo de Mamona; Produção irrigada milho doce industrial - 39 - Caminhão carregando - 40 - Lote ao Fundo - 41 - Trabalhador em atividade.

D. Maria José de Freitas Maciel, que falou anteriormente de como se tornou irrigante, casada com seu Vitorino, descreveu o que aconteceu no período em que a produção ficou paralisada e seus filhos tiveram de tomar outro rumo:

Hoje tem uns casados outros moram junto. Tem dois aqui em Sumé e os outros estão em São Paulo, eles estudaram, eles não continuaram porque o ganho era pouco, você sabe estes rapazes novo de hoje, né? Eles foram para São Paulo e deixou muita falta a gente aqui, mais graças a deus estão tudo bem de vida. Eles trabalham em firma. Só ficou dois na agricultura, que trabalha aqui no lote. O zeca está no feijão, agora só tem um aqui no lote. Agora só nós plantamos feijão e milho, só quando chove, não tem mais água no canal, né? Quando nós chegamos aqui tinha muita água no canal, era cheio. Depois que o DNOCS deixou foi muito ruim, ficou muito ruim depois que o DNOCS deixou. Tinha água no canal, as doutora vinha dar injeção aqui em casa e agora acabou tudo isto. Eles dava injeção nos bichos, nunca tinha morrido um bicho, depois que eles foram se embora, aí os bichos acabou-se quase tudo.

Com a saída do DNOCS muitos se ressentem, como dona Maria José, que reclama a ausência de assistência técnica e social como requisito para manter a qualidade de vida outrora alcançada. Apesar da tentativa de modernização das relações e da visão de mundo dos irrigantes, as velhas estruturas paternalistas do coronelismo permaneceram nas práticas dos irrigantes e de suas famílias. O projeto de modernização do DNOCS não modernizou estas relações, saiu o coronel e entrou o DNOCS como provedor e controlador da vida das famílias colonas.

Um dos objetivos da política de irrigação era ter como resultado a fixação da população nordestina na terra de origem, evitando o fluxo migratório, principalmente para a região Sudeste e para algumas capitais do Nordeste. No depoimento de dona Maria fica claro que após a paralisação da produção houve uma retomada da busca por emprego nos grandes centros. E Sumé que tinha se tornado pólo de atração para dezenas de famílias, em busca de trabalho na agricultura, tornou-se exportador de trabalhadores em busca de emprego. Nos anos subsequentes o que se observa é um decréscimo da população do município em torno de 12% (IBGE, 2009)

Como resultado das expectativas frustradas no Perímetro, as gerações de filhos de irrigantes que tinham tido a oportunidade de estudar no período acabaram imigrando em busca de novas oportunidades de emprego. Outros que apenas tinham terminado o primeiro grau continuaram no lote com suas famílias buscando trabalho na cidade de Sumé. 38% dos irrigantes (19 lotes do total de 47) optaram por permanecer nos lotes onde a ajuda da mão de obra familiar permaneceu em atividade mesmo restrita; outros resolveram vender os lotes, num total de 62% dos lotes atualmente não tem o mesmo contrato dos anos 70, tendo sido repassado a terceiros nas décadas seguintes. Dos 62%, 38% dos lotes tinham contrato de uso, 16% contrato de uso em tramitação e 8% sem contrato em junho de 2008 (Relatório interno DNOCS/CEST PB /2008).

O Sr. Severino do peixe fala do momento em que ele teve de vender o lote:

Quando eu entrei em 71 com a família, uma cabra e dois cabritos, e dentro de dezessete anos para dezoito eu tava com 78 casas na rua. O pouco que eu ia lucrando eu ia comprando terra e comprei um pedaço que saia do cemitério até a beira do rio, comprei sete vezes ali. Tem 372 casas que eu dei o chão pro pessoal e construí 78. Eu estava com 78 casas na rua, uma caminhoneta e um chevete e uma moto e a produção. Quando acabou a produção, Collor levou o dinheiro, eu fiquei morto, sem nada. Dezessete mil seiscentos e cinqüenta, nunca recebi nada. Acabei com as casas em sete anos, quando faltava treze dias para completar sete anos a mulher morreu, gastei com ela de hospital em hospital. Acabei só com ela vendendo e gastando. (...) Ela teve barriga d'água. Eu tinha quarenta e seis reis e quando ela morreu eu tinha nove e dezessete casas. Eu vendi o lote em 91. No tempo de Collor foi mesmo no tempo da doença, num recebi nem um tostão. Ó homem ladrão vige minha nossa senhora! Eu fui aposentado ganhando dois salários e quando ele entrou cortou um. (...) Eu tive 20 filhos, morreu um bocado, tem seis ou sete em São Paulo, um se formou em campina e é engenheiro de produção, este não aparece, dentro de 36 anos que ele só veio um vez aqui. A mais nova tem nove anos.

Através da história de seu Severino vemos o que significou a modernização da agricultura por colonização através do perímetro irrigado. Ele saiu de uma situação de miséria onde não tinha acesso às mínimas condições de sustento, tornou-se irrigante, construiu um patrimônio considerável para os padrões anteriores e vê tudo se perder por falta de assistência

à saúde que o serviço não disponibilizou para sua mulher. Se por um lado o Estado pretendia modernizar *elevando o nível de vida dos agricultores da bacia*, a ausência do Estado para prover as necessidades básicas como o acesso a tratamento no sistema de saúde gratuito, fez com que o mínimo que foi acumulado ao longo de anos de trabalho e que era garantia de estabilidade financeira para sua vida fosse utilizado para suprir uma necessidade que deveria ser garantida pelo Estado. A modernização neste caso estava presente como uma ilha isolada, circunscrita a um espaço onde foi disponibilizado acesso a novas tecnologias de produção, elevando o padrão e a qualidade de vida através dos lucros obtidos com a produção e a disparidade em que outros setores da vida dos agricultores rurais não foram beneficiados ou atingidos pelas mudanças. O Estado por um período marcando a vida de forma ostensiva e depois abandonado-os à própria sorte.

3.4 - Tentando superar adversidades

Entre 1989 e 2005 a produção do Perímetro voltou a ser extensiva, dentro dos ciclos anuais de chuva para plantio de feijão e milho. Em 2005, com 15 kits de irrigação do Projeto Cooperar, houve uma retomada tímida da produção de irrigação por gotejamento e não por gravidade como antes.

Através dos programas de incentivo do governo ao biodiesel, alguns irrigantes aderiram à plantação de mamona, em pequenas áreas, geralmente um ou dois hectares. A Cooperativa retomou também de forma tímida as reuniões com participação muito limitada dos irrigantes. Depois, através de outro convênio da Energisa com o governo do Estado, surgiu o Programa Tarifa Verde com 34 kits em que os irrigantes recebem os kits e têm um abatimento na conta de energia ao utilizarem as bombas para irrigação no horário noturno. Mesmo assim, houve problemas por conta da capacidade de financiamento dos irrigantes junto aos bancos, e apenas cinco lotes estão produzindo por este sistema.

O atual presidente da Cooperativa relata que algumas iniciativas têm sido discutidas como solução alternativa para que o Perímetro volte a produzir sistematicamente:

Eu era funcionário da Cooperativa, aí surgiu este lote que era de um cunhado meu, este lote era um dos mais ruins do perímetro irrigado, aí eu entrei aqui em 1986, e hoje é um dos lotes que está produzindo mais no perímetro

irrigado é este aqui, quando você vê que nesta última safra de tomate eu tirei uma produção de 80 toneladas de tomate por hectare, o milho doce eu tirei no ano passado 12 e tenho certeza que este ano vou passar das 12, agente queria que tivesse mais outros produzindo como este está. Eu peguei este em 86 em 89 acabou. Em 2005 Quintans era secretário da agricultura, se não fosse ele isto aqui estava morto, do mesmo jeito que era nos anos noventa, aí ele arranhou uns kits de irrigação pelo Cooperar, e que kits de irrigação foi este que depois eu comprei outros, e fui ampliando a área, né, hoje trabalha só com gotejamento. O primeiro foi pelo Cooperar, aí depois foi pelo Banco do Brasil, pelo PRONAR, (eu estou a frente da Cooperativa) faz uns três anos. Hoje é um sufoco medonho para manter a Cooperativa, porque agente ouviu muito comentário do governo federal, mas quando chega nesta parte para arranjar investimento, custeio é zero. Isto daqui funcionando é uma fábrica, uma indústria para Sumé, o ponta pé inicial para Sumé foi este projeto de irrigação, já pensou se isto funcionasse pelo menos cinquenta por cento dele? Tomate industrial está restrito a cinco lotes, este ano é que agente está tentando aumentar para oito, vê se planta pelo menos trinta hectares de tomate. Primeiro o pessoal sem condição de trabalhar, falta de apoio, principalmente político. Os irrigantes têm que aprender a votar, votam num deputado que passa quatro anos sem vir aqui, quando vem é atrás de voto.(...) Primeiro veio o Cooperar e arranhou 15 kits depois o governo do estado arranhou 34, só que desses 34 tem muito poucos kits funcionando, a maioria está parado, uns por falta de condições do pessoal trabalhar, o pessoal vai no banco e não tem condição de fazer empréstimo, se muito tiver funcionando tem uns dez.

Uma das modernizações introduzidas com o PIS foi a possibilidade de financiamento da produção, que durante o período de funcionamento sob a administração do DNOCS e tendo este financiamento sob sua responsabilidade, empenho e garantia de pagamento, os irrigantes, através da Cooperativa, puderam contar com este mecanismo para viabilizar a produção. Recentemente, sem a administração do DNOCS, os irrigantes tiveram de negociar isoladamente a produção, muitos deles sem o conhecimento necessário aos tramites e burocracias do sistema financeiro.

No sistema anterior eles sabiam que tinham de trabalhar para que a Cooperativa honrasse o crédito junto aos bancos e, no caso da impossibilidade, o governo arcaria com as conseqüências. No sistema atual eles têm de empenhar os próprios bens como garantia de

pagamento, colocando o patrimônio em risco, o que gera uma desconfiança e alto índice de rejeição à idéia de contrair um empréstimo. Só alguns adquiriram os lotes depois da paralisação total das atividades do PIS, outros que possuem outras fontes de rendas e têm conhecimento e familiaridade com as regras e procedimentos bancários se submetem a contrair empréstimos.

Apesar das limitações na produção, algumas experiências podem ser consideradas bem sucedidas, mesmo sem a presença do auxílio ostensivo ou “paternalismo” do DNOCS, ou sem o auxílio da Cooperativa para contrair empréstimos.

O Sr. Lúcio, 46, filho de agricultor, cursou até a primeira série do segundo grau, adquiriu o primeiro lote em 1988. Apenas um ano antes da paralisação da irrigação, narra como foi produzir no perímetro após o corte da água do açude e as estratégias para produzir com água de poço e de irrigação com água bombeada do Rio Sucuru e que teve também a pecuária de corte e leite como fonte de renda:

Eu comprei este lote, em 24 de janeiro de 88 em menos de um ano cortou totalmente a água (depois eu comprei o 22 e o 23 em 93 para 94 antes do real, tem 4, eu comprei também o 21 é tudo pegado com concessão de uso) eu comprei plantando, colbendo e ganhando dinbeiro e comprando, tem muitos colonos que não querem fazer nada só querem ter o lote por ter mesmo e eu nunca parei de plantar. Isto aqui era de pai, antes do DNOCS, esta área quase toda que eu comprei era de meu pai, o DNOCS indenizou ele. Por lei ele tinha direito de ficar com um lote, (não ficou) por desonestidade do DNOCS, do governo, eu comprei aqui também, pegado, fora do perímetro 130 hectares de terra e construí um açude, eu tenho 3 açudes aí pronto tudo acertado. Meus filhos estudaram aqui até o ensino fundamental, aí eu comprei um apartamento em João Pessoa, para elas estudarem em João Pessoa, fazer o vestibular lá. Aqui eu só peguei o período ruim, não peguei bom não, eu vi que todo mundo que vivia aqui, que vivia de plantio, vivia bem financeiramente(...) eu não devo em banco nenhum, nem um real, eu devia no banco do nordeste, liquidei tudo faz quatro anos, hoje não devo nada. Se eu for fazer uma proposta preciso estar todo dia na porta do banco, eu não tenho tempo para isto, aí sai para estas pessoas que não fazem (nada) e que estão lá todo dia. Eu vou lá, peço a EMATER para fazer minha proposta, vou lá e encaminho, aí eles botam uma pedra em cima, dois, três anos, vou uma vez, vou duas não saí, aí eu desisto.(...) Eu recebi um hectare de micro aspersor, do governo estadual,

gotejamento eu tenho comprado. Eu tenho quatro hectares de tomate plantados lá em baixo, com a palmeirom de Belo Jardim, eu sei que para os outros eles estão emprestando, eu não sei se é trezentos reais por hectare, adubo, veneno e dinheiro para o corte de terra, eu mesmo não peguei, só peguei o adubo e o veneno de lá, o resto eu disse que não precisava não. O dinheiro é um empréstimo depois eles cobram 3% a.m. de juros, eu até acho caro. A mamona todos os que plantaram perderam até o comer que comiam, mesmo os que produziram mais não pagaram as contas, nem um pagou as contas na mamona, não deu a produção que eles disseram que dava.

O pai do Sr. Lúcio não se enquadrou nos objetivos do DNOCS na seleção, mesmo sendo prioritário para o DNOCS que os antigos proprietários das terras indenizadas permanecessem como irrigantes, porque ele era proprietário de terras fora do Perímetro, o que, no entender do DNOCS, poderia ser um fator de dispersão. Para ele a modernização pode ter significado a possibilidade de obter dinheiro com as terras indenizadas, e, ao mesmo tempo, a exclusão do processo, pois ele como proprietário ficou de fora do acesso às novas tecnologias de produção e continuou na produção extensiva tanto para a pecuária como para a agricultura. O que evidencia o quanto era limitado o alcance do projeto irrigado diante da demanda dos agricultores que eram atingidos pelas secas periódicas, favorecendo uma quantidade limitada de pessoas, intramuros, e não se constituindo como uma solução permanente para a agricultura do semiárido.

A desestruturação do PIS provocou uma falta de perspectiva nos agricultores que passaram a depender novamente da produção em pequena escala, com menos chances de emprego e renda, e, para a cidade, um recuo nas transformações e oportunidades de desenvolvimento. A partir dos anos oitenta, houve uma estagnação dos avanços na economia local e dos benefícios conquistados pela cidade, em decorrência da vinda do PIS. Sumé passou a depender cada vez mais dos empregos disponibilizados pela administração pública estadual e municipal que passou a ser o principal fator de renda aplicado na economia local.

Recentemente, com a retomada limitada da produção, os irrigantes fizeram um contrato *pro forma*, através da Cooperativa com as fábricas de processamento de tomate e milho, mas a responsabilidade é individual sob a produção.

Quarto Capítulo

Errando o Caminho da Modernidade

4.0 - O Trabalhador do campo e permanência das antigas estruturas

As mudanças ocorridas com a instalação do PIS em Sumé proporcionaram modificações na sociedade local organizada sob bases tradicionais. Segundo Anthony Giddens:

A tradição é uma orientação para o passado, de tal forma que o passado tem uma pesada influência, ou mais precisamente, é constituído para ser uma pesada influência sobre o presente. Mas evidentemente, em certo sentido e em qualquer medida, a tradição diz respeito ao futuro. O futuro é modelado sem que se tenha a necessidade de esculpi-lo como um território separado. A repetição de uma maneira que precisa ser examinada, chega a fazer o futuro voltar ao passado, enquanto também aproxima o passado para reconstruir o futuro. (Giddens, 2001, p. 30 e 31)

Sumé, nas primeiras décadas do século passado, era um povoado eminentemente rural, que se formou no entorno de uma das margens do Rio Sucuru e era circundada por grandes propriedades rurais que tinham a pecuária como atividade principal seguida da agricultura praticada de forma extensiva, de acordo com uma tradição tanto das famílias proprietárias como das famílias trabalhadoras que seguiam dentro daquele espaço perpetuando relações através de gerações.

Os trabalhadores rurais eram meeiros, existindo um vínculo de dependência entre estes e os proprietários de terras. O que predominou neste período foi a agricultura voltada para a produção de subsistência com milho e feijão, e o algodão para o mercado exportador como parte do que ficou conhecido como ciclo do algodão¹⁴.

Em seu livro “As conseqüências da modernidade” Giddens sugere, através do conceito de desencaixe, que as formas tradicionais ao serem alteradas em situações de modernidade geram uma modificação do modo de vida e do tempo que passa a ser moldado a partir de referências externas ao local.

Nas sociedades pré-modernas, espaço e tempo coincidem amplamente, na medida em que as dimensões espaciais da vida social são, para a maioria da população, e para quase todos os efeitos dominados pela “presença”- por atividades localizadas.(...) em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a “forma visível” do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza. Por desencaixe me refiro ao “deslocamento” das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço.(...) a mudança de sistemas de pequena escala para civilizações agrárias e , então, para sociedades modernas, de acordo com esta concepção, pode ser vista como um processo de progressiva diferenciação interna.(Giddens, 1991, p. 27 a 29)

No caso dos irrigantes de Sumé todos vinham deste modo de vida tradicional da atividade agrícola praticada de forma extensiva e permaneceram com sua orientação em muitos aspectos, apesar da introdução de novas técnicas e do processo de adaptação a um modo de vida diferente do seu espaço de origem em um espaço organizado sob novas diretrizes.

¹⁴ O ciclo do algodão na Paraíba tem início na segunda metade do século XIX e permanece até pouco mais da segunda metade do século XX. Nos anos sessenta ocorre o declínio progressivo da atividade algodoeira em função da praga do bicudo. (Silveira, 1999, Pág.57)

Se na agricultura de origem as decisões eram locais, no Perímetro as orientações técnicas eram elaboradas em instâncias cada vez mais distantes da experiência concreta dos irrigantes e mesmo se adaptando a novas regras no que era conveniente, também houve resistência à incorporação da técnica e do modelo do DNOCS. Esta forma está evidente na referência que o gerente da Cooperativa relata quanto à aceitação das orientações dos técnicos: *eles diziam “esse doutor entende de nada”, eu vou fazer o que eu quero, não queria se adaptar a nova tecnologia, então achava que a maneira certa era a dele, então não produzia, outros iam brincar, jogar.*

Se no modo de vida de origem a tradição era determinante na produção e reprodução da vida material, seguindo orientações de um modo de fazer internalizado como certo, as modificações técnicas eram um elemento de imprevisibilidade, de insegurança e de risco para as formas tradicionais de cultivo e da vida dos irrigantes.

As novas técnicas com regras precisas de horário de adubação, tempo certo de plantio, tempo certo de colheita, hora certa para irrigar por um determinado tempo, eram fator de desconstrução e reconstrução em outros moldes de um tempo que era eminentemente guiado pelo tempo “natural”, que não era representado pelos imperativos dos instrumentos modernos de padronização temporal, e sim regido pelos ciclos da natureza. O tempo de organização da produção deixa de ser com base em ciclos da natureza para ser determinado por necessidades externas, nos processos de industrialização e de comercialização.

Estas mudanças demandam tempo de adaptação e de internalização no cotidiano de famílias de trabalhadores agrícolas e pode ter sido um dos fatores de resistência ao modelo modernizador do DNOCS. O Projeto Irrigado para as famílias dos irrigantes representava a possibilidade de melhoria de vida e garantia de sustento da prole, ao mesmo tempo em que significava estar diante de riscos e de incertezas ocasionados pelas transformações a que se submeteram. Mudança de espaço físico, mudança em relação às pessoas que passariam a se relacionar, mudança em relação às técnicas usadas na forma de produzir, incerteza em relação à adaptação própria e da família e às orientações da equipe dirigente.

Outro fator que contribuiu para a desestruturação do PIS foi um dos desdobramentos da política de açudagem pois quando o sistema foi concebido contava com um manancial hídrico proveniente de áreas muito externas ao Vale do Rio Sucuru, e com a contínua construção de barragens e açudes, o açude de Sumé passou a ter dificuldades no armazenamento de água, passando a ter a partir de 1987 o suficiente para abastecer a população local, inviabilizando a produção irrigada, chegando ao colapso total em 1998. A crença na política de armazenamento, sem prever os danos ambientais provenientes desta

contribuiu para que ocorresse uma desestabilização do sistema.

A centralização, assim como o extremo controle de todas as etapas de funcionamento do perímetro e parte do zelo da equipe dirigente que se reverteu em resultados positivos, deu-se para garantir no final do processo o pagamento que a Cooperativa havia acordado junto aos bancos, onde tudo era registrado, medido, planejado, como numa linha de produção onde os processos têm que ocorrer no tempo certo e com o resultado esperado e mesmo o que se distanciava do planejado deveria estar dentro de uma margem de erro previsto. Para isto os trabalhadores deveriam estar perfeitamente orquestrados para atingir as metas fixadas. Aos irrigantes relapsos ou que não seguiam de forma acordada e desejada os objetivos planejados para a irrigação, havia um tratamento diferenciado, tratando-se por mais trabalhosos ou preguiçosos. Esta dinâmica rígida adotada pelo DNOCS faz parte de uma cultura autoritária da época onde não havia espaço para participação, reflexão e influência dos irrigantes nas decisões e condução dos processos, mas sim uma obediência relativa onde os atos de resistência se efetivavam numa recusa as diretrizes empreendidas pelo DNOCS.

A diferenciação quanto à capacidade de produção dos irrigantes gerava concorrência, que se por um lado era incentivada para aumentar o lucro geral da Cooperativa - isto ficava evidente nas festas promovidas para repartir os lucros da Cooperativa onde os maiores produtores tinham destaque - por outro, provocava conflito entre os irrigantes e a equipe dirigente, muitos se sentiam desprestigiados e com menos “direitos” no acesso aos serviços prestados pela Cooperativa e isto transparecia em relação ao tratamento dispensado por aquela equipe a alguns irrigantes considerados menos produtivos. Os produtores com os resultados fora do esperado eram menos prestigiados e tinham menos garantias no acesso ao crédito da Cooperativa em termos de quantidade, aos mais produtivos ou potencialmente produtivos, mais dinheiro disponibilizado, aos menos produtivos, menos dinheiro.

Lembramos aqui o conceito de Pierre Bourdieu de violência simbólica que é *essa violência que extorpe submissões que sequer são percebidas como tais, apoiando-se em “expectativas coletivas”, em crenças socialmente inculcadas* (Bourdieu,1996, p.171.). A valorização dos mais produtivos buscava extrair dos irrigantes menos produtivos uma maior obediência às instruções e orientações a serem seguidas no próximo ciclo produtivo.

Os irrigantes que passaram a não reconhecer a legitimidade da nova equipe dirigente após as mudanças nos anos oitenta por discordar do *modus operandi*, tinham uma postura de insubordinação chegando até o enfrentamento físico como nos foi narrado por um irrigante diante de decisões do gerente do perímetro, era o início da desestruturação que longe de se dar por escassez hídrica, se deu por conflitos entre a equipe dirigente e os irrigantes.

O que estava em jogo era a desconfiança de grande parte dos irrigantes de que o patrimônio da Cooperativa estava sendo apropriado de forma ilícita por alguns membros da equipe dirigente da Cooperativa e o que resultou deste conflito, uns em defesa do patrimônio coletivo, outros de práticas duvidosas e sem transparência, foram atos por parte dos irrigantes de insurgência através do desvio de parte da produção passando a comercialização a ser feita direta para o mercado e não mais passando pela contabilidade da Cooperativa. Conseqüentemente diminuindo os ativos financeiros e a paralisação total desta. No final, o capital fixo foi vendido para pagar indenizações a funcionários.

A tentativa de mudar a cultura tradicional dos irrigantes que era fundamentada por relações que não se coadunam com a economia de mercado, foi subestimada por um autoritarismo que só conseguia ver os objetivos modernizadores e não conseguia perceber a disposição própria de cada irrigante no sentido de mudar de hábito, a tradição era desqualificada, como também seu modo de vida e seus hábitos como agricultores adquiridos em suas práticas de origem. Por outro lado, os irrigantes questionavam as novas técnicas e o novo modo de vida quando a equipe dirigente saía após as visitas de orientação e inspeção, dizendo que *“este doutor não entende de nada, eu vou fazer do jeito que eu quero”* e aplicavam práticas antigas em meio às modernas.

As pequenas insubordinações fazem parte das estratégias de sobrevivência dos agricultores que, por um lado, submetiam-se ao poder do Estado, que era o detentor dos meios de produção para ter acesso à terra e aos benefícios provenientes do trabalho empreendido nela, e, por outro, não reconheciam a forma deste poder que trazia um modelo pronto, e considerava as práticas tradicionais rudimentares.

Outra forma de insubordinação ao contrato com o Estado era a indisponibilidade dos filhos como mão de obra nas atividades produtivas, por considerar a atividade agrícola rude e pesada alguns irrigantes não queriam que os filhos continuassem naquela forma de vida, escolhendo para eles o estudo como caminho para uma vida de menos sacrifício e mais independência financeira e de oportunidades de trabalho em profissões de menos esforço físico. Houve um número considerável de filhos de irrigantes que conciliou a ajuda no lote e estudos por um período e, após o segundo grau, deslocaram-se para outros centros maiores para fazer cursos de nível superior.

Para realizar o processo modernizador através da agricultura irrigada, o DNOCS adotou um modelo de extremo controle na condução do PIS, de decisões centralizadas, burocratizadas pela quantidade de relatórios, registros, comunicações internas, visitas de instrução, visitas de inspeção e reuniões de avaliação e de direcionamento. Para realizar este

intento o DNOCS gerenciou o uso das máquinas de sua propriedade em uso pelos colonos, realizou a manutenção dos canais e drenos, controlou o uso da água e a vida dos colonos. Segundo Marcel Bursztyn:

Para evitar insubordinação, a direção do “perímetro” expulsou, nos três primeiros anos, cinco colonos que não se adaptaram às normas autoritárias de controle. Daí em diante, a autoridade do gerente já não é posta em questão e todos os colonos preferem legitimar seu papel carismático, pois o STAKHANOVISMO¹⁵ foi implantado de tal forma, que mais vale ser um tipo exemplar do que um irresponsável. Aí então, mais uma vez o velho slogan do coronelismo se repete: “aos amigos pão, aos inimigos pau.”

Apesar de o DNOCS acreditar que estava gerando um modelo de autonomia, que culminaria com a absorção pelos irrigantes do modelo de produção industrial, tecnológica, de um modo de vida baseado na poupança, e no consumo de bens modernos que a vida anterior não proporcionava e no empreendedorismo favorecido pela cooperativa, na verdade, ele estava implantando um hábito de dependência através de uma cultura de submissão, de controle e de paternalismo, a que os irrigantes esperavam ser conduzidos, administrados e governados não buscando soluções próprias para os problemas apresentados, nem uma forma de resolver os conflitos sem necessidade de mediação.

A maioria dos irrigantes se refere ao DNOCS como parceiro, alguém personalizado na figura do gerente que eles podiam contar disponibilizando máquinas, combustível e outros itens do parque de operações do DNOCS. Nada do que estava disponível é mencionado no campo de direitos conquistados, até porque durante uma ditadura a primeira coisa a ser confiscada são os direitos, vive-se num mundo de obrigações. A cultura comum que se vivia naquele momento era partilhada em todas as instâncias da vida e o *modus operandi* das instituições não se processava de forma democrática, mas de forma autoritária.

A Cooperativa criada a partir de modelos estrangeiros, principalmente o alemão e israelense, como foi mencionado antes, criou a crença da Cooperativa como uma instituição

¹⁵ Movimento operário socialista que surgiu na União Soviética com o mineiro Alexei Stakhanov, que pregava o aumento da produtividade operária baseado na própria força dos trabalhadores. Em agosto de 1935, Stakhanov, operário de uma mina de carvão em Donetz, conseguiu extrair 102 toneladas de carvão, superando 14 vezes os padrões de extração. Devido a esta façanha, iniciou-se um movimento operário para a elevação do rendimento de produção do trabalho, com aplicação em todos os setores da indústria na União Soviética.

que garantiria os objetivos dos irrigantes como está implícito na própria forma de intercooperação desta forma de associação, encaminhando suas demandas e zelando por seu bem estar, relação que implicava em confiança por parte dos irrigantes desta instância tanto de mediação como de representação dos interesses ali identificados e ao haver modificações no interior da instituição todo o sistema foi questionado e reavaliado por seus membros, causando desestruturação.

A confiança que para Giddens está envolvida de forma fundamental com as instituições da modernidade é definida como *Crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema, tendo em vista um dado conjunto de resultados ou eventos, em que esta crença expressa uma fé na probidade ou amor de um outro, ou na correção de princípios abstratos (conhecimento técnico).*(Giddens, 1991, pág. 41) Desta forma, com o afastamento do DNOCS, estabelece-se uma crise de confiança, já que esta confiança estava baseada na premissa da eterna vigilância e controle do gerente do perímetro, que tinha formado um vínculo com os irrigantes por estar no Perímetro desde o principio e por ser admirado por todos pela retidão. Com o afastamento do DNOCS e a mudança na gerencia do perímetro a confiança dos irrigantes nos próprios parceiros na condução da instituição foi quebrada.

O DNOCS seguiu diretrizes de governo ligadas a um contexto nacional e internacional, tanto do planejamento como intervenção para o desenvolvimento como o contexto da Revolução Verde que colocava em ação um tipo determinado de política para a irrigação e para a condução dos perímetros irrigados. Com as mudanças ocorridas na passagem do regime militar para uma democracia representativa, estas políticas para o semi-árido também se modificam e passam do extremo controle ao abandono dos perímetros. Para Marcel Burzstyn:

Os anos 80 foram, por excelência, a década da privatização das empresas públicas no mundo desenvolvido, boa parte do acervo acumulado nas mãos do Estado, sobretudo após a segunda guerra mundial, foi repassado ao setor privado. Houve de fato uma sensível redução da ação produtiva direta do Estado. (...) Na América latina, por outro lado correspondeu a um período de estagnação da ação estatal, resultado do estrangulamento fiscal e da crise do endividamento. (Burzstyn, 1991 p. 58)

O que se evidencia na condução das políticas de longo prazo para combater as secas nos anos oitenta é uma retração dos investimentos e uma redefinição do papel que o

Estado deveria ter em relação à ação de combate às secas. Apesar de só nos anos noventa ter havido um processo efetivo de desestatização no Brasil, cultivado pelas idéias neoliberais que tomaram força nos países desenvolvidos, a partir dos anos oitenta, o ambiente interno já era de pensar num Estado mínimo, com um papel *mais regulador e menos interventor*. E é neste paronama que a política de irrigação por colonização que onerava o Estado e não tinha atingido os objetivos e resultados almejados pelas ações planejadas, vai sendo, cada vez mais, deixada de lado e sendo substituída por um retorno às ajudas emergenciais nos momentos de secas.

A falência deste modelo se deu com a onda neoliberal que passou à iniciativa privada o papel de garantir emprego e renda às populações desguarnecidas do Nordeste e como nem o Estado nem a iniciativa privada absorveram este exército de mão de obra nos locais de origem, o que se verificou foi o êxodo rural ao longo das últimas décadas, cada vez mais a população do Nordeste deixou a zona rural e passou a habitar em centros urbanos, preferencialmente as cidades do litoral onde há mais oferta de emprego nos setores de serviços e na indústria.

A população do Nordeste que na década de setenta era composta de 58,18% de pessoas que habitavam a zona rural e 41,82% na zona urbana passou, no ano de dois mil, a ser 31,02% e 68,98%, respectivamente, provocando o inchaço e a ocupação desordenada das cidades costeiras. (Fonte: IBGE)

4.0 - O saber técnico derrotado

Se o saber técnico está na base de toda a intervenção gerada como política de Estado que através do planejamento pretendia resolver a vulnerabilidade do sertanejo às vicissitudes do clima, o estado atual do PIS evidencia a derrota deste tipo de política intervencionista, revelando a volta ao uso das técnicas tradicionais por serem mais factíveis, por não envolverem recursos que dependem de financiamento e de endividamento, mas depende tão somente da força de trabalho humana, da espera dos ciclos de chuvas, e da aquisição de sementes que podem ser conseguidas na região, através da solidariedade que existia nas comunidades tradicionais ou disponibilizadas a partir de uma pequena quantia tirada do orçamento doméstico.

Não é necessário o uso de trabalhadores extra, podendo contar com a mão de obra familiar e a renda gerada a partir do excedente vendido é revertida em benefício de todos envolvidos no processo.

As iniciativas pontuais que alguns irrigantes resolveram seguir, as diretrizes de produção do DNOCS, através de contrato direto com a fábrica e financiamento envolviam riscos que só alguns resolveram correr, enquanto a grande maioria optou por permanecer usando técnicas tradicionais para produção de subsistência.

No ano de 2008 apenas três irrigantes arriscaram fazer contrato com a empresa de belo jardim, em 2009 passou para seis e, à medida que os resultados parecem satisfatórios, outros estão aderindo, havendo, por parte de alguns, a esperança de retomada da produção com a chegada das águas do Rio São Francisco através do sistema de adutoras das quais Sumé faz parte. No entanto, estas iniciativas isoladas não têm favorecido senão alguns, de forma individual, não significando retomada de produção ou perspectiva para os irrigantes e seus familiares, mas antes um paliativo, um lenitivo para amenizar a lembrança do passado de fartura, e do imobilismo que caracteriza os tempos atuais.

4.1 - Em busca do horizonte perdido, Déjà vu¹⁶

Em 2004/2005 o Ministério da Integração Nacional elaborou um diagnóstico dos perímetros irrigados que estavam em funcionamento pensando na estruturação do programa de transferência de gestão, ficando de fora 16 que tinham problemas e encontravam-se paralisados ou semi-paralisados. A estruturação tinha como diretrizes básicas: *plena produção dos projetos, uso eficiente de água e auto-gestão* (Diagnóstico Sumé, 2007, Vol.I, apresentação) ainda segundo as diretrizes do programa:

Os perímetros irrigados, após terem suas estruturas de uso comum recuperadas e ou modernizadas, com apoio da assistência técnica, estão sendo transferidos em definitivo para os produtores. Para tanto, é necessário que as organizações de irrigantes tenham autonomia, auto-suficiência e capacidade técnica.
(Diagnóstico Sumé, 2007, vol. I, apresentação)

¹⁶ [Fr., da loc. *c'est du déjà vu.*] Aquilo que dá a impressão de já ter sido visto ou presenciado; sensação de já haver estado em determinado lugar ou em certa situação quando isso, na realidade, não aconteceu; ilusão epiléptica durante a qual o indivíduo interpreta mal objetos que, entretanto, vê bem e que passam a ter, para ele, características anormalmente familiares.

Num segundo momento os 16 perímetros que não foram incluídos inicialmente foram também contemplados com um diagnóstico que tinha o objetivo de orientar o programa de transferência de gestão quanto ao investimento para recuperação/modernização e autonomia ou pela indicação de quais deveriam ser desativados.

O *Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento do Perímetro Irrigado - Sumé* - é um documento base deste programa de transferência de gestão, que está entre os 16 perímetros analisados posteriormente que concluiu pela indicação de revitalização. Dividido em dois volumes sendo o primeiro Diagnóstico Geral e Viabilidade Financeira (209 páginas) e o segundo Plano de Desenvolvimento (196 páginas), trata-se de um estudo financiado pelo Ministério da Integração Nacional que data de julho de 2007 e faz parte do mesmo levantamento feito para os 16 perímetros irrigados que tinham baixa produtividade e aguardam por um processo de reforma. A equipe de estudos era multidisciplinar com especialistas em assistência técnica, operação e manutenção de perímetros de irrigação, fitotecnia, sócio-economia, medicina veterinária, mercado (Marketing) e comercialização agrícola, hidráulica, obras civis, pedologia, hidrologia, irrigação e drenagem. Todos com vivência e experiência em perímetros públicos irrigados no Nordeste e Norte de Minas Gerais.

A equipe contratada constatou que a receita líquida anual média dos produtores é representada por 29,85 da agropecuária, 19,94% de aposentadoria e 49,42% do comércio e 0,79% por outras fontes; que a operação e manutenção do Perímetro são realizadas pelo DNOCS, sem nenhum controle efetivo e profissional do uso da água, e uma manutenção que deixa a desejar; que atualmente não existe serviço contratado de assistência técnica aos produtores; e que o Perímetro não se encontra em conformidade com a legislação ambiental (DGVF, Vol. I, p..4).

Para promover o resgate da produção no PIS o diagnóstico foi formulado com o objetivo de criar pelo menos 120 empregos diretos, sendo capaz de gerar uma renda anual estimada entre 5 e 6 salários mínimos por mês, por lote, durante um período de 30 anos, e só o custo de recuperação da infraestrutura de irrigação e drenagem de uso comum foi estimado em R\$ 2,73 milhões. A gestão do Perímetro passaria para uma empresa especializada por um período de cinco anos a um custo total de R\$ 9,82 milhões e um volume de crédito rural estimado em R\$ 6,60 milhões para custeio e investimento.

Para concretização destes objetivos,

A análise econômico-financeira foi desenvolvida a partir pressupostos de uma modernização da infra-estrutura parcelar de irrigação, com a utilização de métodos mais eficientes que os praticados atualmente, recuperação da infra-

estrutura de uso comum, diversificação da pauta produtiva com culturas de maior rentabilidade, dentro de uma realidade de mercado, apoiada por crédito rural, regularização ambiental e assistência técnica efetiva, especializada e focada em mercado e num cenário de abastecimento humano realizado por outra fonte.
(DGVF, Vol. I, pág. 4)

Ao nos determos nas perspectivas do Projeto Irrigado de Sumé, no que concerne à validade de uma retomada da produção, através da atual política de reestruturação da agricultura irrigada em perímetros públicos de baixa produtividade, e das atuais diretrizes do DNOCS para o setor pela disseminação da idéia de auto-sustentabilidade, empreendedorismo e empresa agrícola, verificamos que houve uma modificação apenas nos aspectos técnicos com a preocupação de incorporar novas técnicas na produção, já com relação aos irrigantes, com uma experiência anterior no perímetro, seus familiares, seus objetivos e propósitos de vida, e o que eles pensam em relação ao PIS, são negligenciados.

Um dos pontos que questionamos é qual a disposição dos irrigantes e familiares para aderirem a mais um “pacote governamental”? A geração pioneira em idade avançada teria disposição para retomar os organogramas de produção de um trabalho disciplinado? As gerações subseqüentes, de filhos e netos que permanecem no Perímetro estariam habilitadas e dispostas a retomar a produção? Os novos proprietários dos lotes que foram remanejados, hoje com contrato de concessão de uso, iam se propor a produzir em escala industrial ou têm o lote apenas como moradia e a terra para produção para subsistência ou complemento de renda?

Ao que tudo indica, este modelo governamental pronto, na forma de pacote que o Ministério da Integração Nacional quer implantar, mesmo com consulta aos irrigantes (os dados foram coletados no PIS e transformados em sugestões técnicas), não surgiu de uma luta e de mobilização endógena e dificilmente resultará numa participação efetiva dos irrigantes na construção de um novo perímetro, mas apenas seguirá o modelo da empresa capitalista voltada para o mercado, visando apenas lucros e subserviência e não o desenvolvimento das potencialidades dos irrigantes. Tal intento, faz parte da redefinição de políticas para o setor no sentido de retomar os processos de modernização das técnicas agrícolas, promover a reestruturação da administração do perímetro transferindo a gestão para uma empresa privada, com o objetivo de se constituir através de um efeito multiplicador como alternativa de emprego e renda para a população local e que caso ocorra sem levar em conta a experiência passada terá a mesma destinação.

Sob o signo de “convivência com o semiárido, este novo “paradigma” se constitui como a ideologia pregada pelas instituições encarregadas de operacionalizar as políticas agrícolas para o Nordeste e que tem no DNOCS um dos pilares de sustentação no programa de reengenharia para os perímetros. Trata-se, mais uma vez, da convivência com um saber técnico formulado em gabinetes e escritórios e não a partir do *savoir faire* dos irrigantes. De um levantamento que leve em consideração a história particular vivida neste Perímetro, os erros e acertos e as lições a partir das quais farão a diferença na retomada da produção e que, por sua vez, diferem da realidade de Minas Gerais ou de qualquer tentativa de padronização do modo de fazer.

Para os irrigantes, alguns problemas são críticos, como a questão do crédito. Se a base da produção é a possibilidade de contrair empréstimos para financiar a produção, a possibilidade de não ter dinheiro para pagar é um fantasma que os amedronta ao levarem em consideração fatores de imprevisibilidade e risco, mas para o estudo de revitalização o que existe é um sistema que deve ser montado e monitorado para funcionar dentro do previsto, não importando como os executores pensam as dificuldades.

Se no passado a distribuição por igual do ônus sobre os prejuízos foi motivo de discórdia e conflito na Cooperativa, a distribuição dos lucros equivalentes ao volume produzido também o era e nada disso parece ser levado em consideração pela equipe técnica do levantamento, para explicar o estado atual de não adesão à Cooperativa, que se encontra com participação reduzida, como instância de encaminhar reivindicações ou mesmo de considerar as animosidades existentes como fator de não adesão na possível reformulação e reestruturação do perímetro.

Considerações Finais

O processo de modernização que se estabeleceu em Sumé, a partir da instalação do PIS seguindo as diretrizes e políticas de um modelo mais geral para o semi-árido Nordeste certamente trouxe uma melhora e dinamizou a vida local de uma cidade recém independente administrativamente, mas como consequência colocou-a em meio a uma dinâmica de dependência de instâncias longínquas e externas de decisões e de regulações das atividades agrícolas locais. Se com a agricultura tradicional e de pequena produção os resultados não eram os esperados para uma população em crescimento, com a instauração de novas técnicas que tiveram uma atuação temporal limitada este tipo de modernização, no caso de Sumé, mostrou-se um engodo já que trouxe melhorias durante um curto período de tempo e não permitiu que as novas gerações pudessem dar continuidade, tendo acesso aos benefícios técnicos implantados, restando em alguns casos um movimento de retorno às formas tradicionais ou a busca de novas oportunidades em outros mercados. Mas há também casos como o do Sr. Lúcio que conseguiu produzir com crescimento ao longo destes anos de afastamento do DNOCS através de iniciativas próprias utilizando técnicas de irrigação e sequeiro, financiamento bancário sem ingerência da Cooperativa e administração própria do sistema produtivo. O que demonstra que ao contrário do que o DNOCS pensava da sua tutela sob os irrigantes, é possível produzir sem o olhar vigilante e controlador da instituição.

Apesar dos irrigantes virem a falta d'água como única explicação para a paralisação da produção, o que de fato os remete a um fato identificável e com data precisa, tal fato trata-se do efeito, do que é visível e que para muitos constitui-se como conforto para uma

situação já estabelecida, no plano mais geral tratava-se de um redirecionamento e mudança das políticas do DNOCS que redefinia a posição da atuação do Estado como sendo *menos produtor e mais regulador* desobrigando-o e desonerando-o de políticas efetivas de assistência as população do semi-árido, voltando se a estas apenas nos momentos emergenciais, e deixando por conta do mercado a absorção da mão de obra disponível. Fator que contribuiu para elevar o movimento que se verificou nas últimas décadas de uma crescente migração das populações da zona rural para os centros urbanos em busca de emprego. A modernização implica mais do que apenas trazer máquinas, utilizar defensivos, fazer redes de canais e catapultar os agricultores para um modo de vida diferente de suas origens. As relações tradicionais que a modernidade tentava suplantar estavam incrustadas nas ações do DNOCS, como prática, como *modus operandi* e que resultou em manutenção das estruturas tradicionais nas relações e no modo de vida dos agricultores. Em grande parte a modernização se deu na utilização da técnica e não na visão de mundo dos trabalhadores.

O modelo autoritário, de uma forma de governo autoritário, gerando uma cultura autoritária, ignorou o modo tradicional de fazer dos irrigantes desqualificando-o, e como consequência gerou formas de insubordinação em sua maioria de forma oculta, de não adesão as diretrizes do DNOCS, já que as formas deliberadas eram passíveis de punição. Uma destas formas, por exemplo, foi a recusa de disponibilizar os descendentes para o trabalho agrícola. Se o trabalho agrícola proporcionava dependência e sujeição, incentivar as novas gerações ao estudo era um meio de se ver livre do trabalho pesado e proporcionar a estes as benesses do acesso ao consumo de produtos da vida moderna, sem ter que se submeterem a um patrão ou a um gestor. Este é também um dos fatores de descontinuidade do projeto, à medida que os irrigantes avançaram em idade, as novas gerações não estavam disponíveis para o trabalho, pois tinham imigrado em busca de novas oportunidades e não tinham se engajado no processo produtivo.

A gestão da Cooperativa criada a partir de uma cultura de dependência das orientações do DNOCS, com o seu afastamento foi se desagregando com o conflito de grupos e interesses. Na presença do DNOCS, ela estava orquestrada sob a confiança na condução dos processos pela equipe dirigente, com a mudança houve um vácuo de representatividade que não foi substituído por solução de transparência na condução dos objetivos comuns.

É possível que se vislumbre três caminhos para o PIS, a saber, o de permanecer no estágio em que se encontra, com a auto-destruição gradativa e voltando a se integrar na paisagem sumeense como um torvelinho que passou, deixou mudanças boas e estragos, mas

que sofrerá um rearranjo solitário a partir das práticas e das condições de seus integrantes; entrar numa nova fase a partir da reengenharia que se está esperando dos órgãos governamentais e provavelmente seria uma volta ao início, pois as condições e o modelo construído de fora os faria percorrer um caminho já trilhado e com desfecho já previsto; e um terceiro, provavelmente o mais difícil e mais trabalhoso, que seria uma mobilização interna a partir da vontade dos irrigantes e de seus familiares de construir um novo perímetro, com um perfil criado em conjunto, a partir do envolvimento de todos, e que, mesmo com a participação de instituições como o DNOCS e outras, que sejam como coadjuvantes e facilitadores dos objetivos traçados por todos e não como tem sido até hoje, uma decisão de minoria pensada e imposta para o conjunto dos irrigantes.

Construir o oásis e não encontrar o oásis é a única forma dos esforços não se transformarem numa miragem.

Bibliografia

- AB'SABER, Aziz Nacib. **Sertão e Sertanejos: Uma Geografia Humana Sofrida.**
In: **Dossiê Nordeste Seco.** São Paulo, Universidade de São Paulo/IEA. Revista Estudos Avançados. Vol. 13 N° 3. 1987.
- ALBUQUERQUE, Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e outras Artes.** São Paulo: Cortez, 1999.
Falas de Astúcia e de Angústia. A Seca no Imaginário Nordestino: do Problema à Solução.(dissertação de Mestrado)
Unicamp – São Paulo: 1987.
- ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. **Instituição e Poder – Uma Análise Concreta das Relações de Poder nas Instituições.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.
- ALMEIDA, Horácio. **História da Paraíba.** Editora Universitária – João Pessoa - PB, 1978.
- ALMEIDA, José Américo. **As Secas do Nordeste – Serviço de Documentação – Ministério de Viação e Obras – Rio de Janeiro, 1953.**
- ANDRADE, Manoel Correia. **A Terra e o Homem do Nordeste – Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste.** São Paulo: Atlas, 1986.
Espaço, Polarização & Desenvolvimento. São Paulo: Atlas, 1987.
- ARON, Raymond – Teoria da Ciência – in: **As Etapas do Pensamento Sociológico – São Paulo – SP - Editora Martins Fontes, 1997**
- BATISTA FILHO, Malaquias (org.). **Nordeste Semiárido: Limitações e Potencialidades,**
In: **Viabilização do Semiárido Nordestino.** Publicação do Instituto Materno Infantil de Pernambuco. Recife. N° 6. 2001.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar - A Aventura da Modernidade -**
São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação**. Campinas-SP: Papirus, 1996.
- Esboço de Auto-Análise / Pierre Bourdieu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- BRUM, Argemiro Jacob. A “Revolução Verde”. In: **Modernização da Agricultura - Trigo e Soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- BURSZTYN, Marcel. **O Poder dos Donos: Planejamento e Clientelismo no Nordeste**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- Regular o Estado**. – In: Revista Raízes - Ano X, Nº 8, jan - dez 1991, págs. 49 a 67. Campina Grande PB, 1991.
- Introdução à Crítica da Razão Desestatizante**. In: Revista do Serviço Público - Ano 49, Nº1, jan - mar de 1998, págs. 94 a 141, 1998.
- Políticas Públicas e os Desafios das Desigualdades Regionais**. In: Ciclo de Palestras sobre o Desenvolvimento - Ministério da Integração Nacional – Brasília, nov. 2000.
- O Poder dos donos 20 anos depois** ou a triste história das populações desfavorecidas e suas elites desalmadas. In Raízes - Vol-22, Nº 01, jan - jun de 2003. Pág. 73 a 79. Campina Grande - PB.
- CARVALHO, Otamar de. **A Economia Política do Nordeste: Secas, Irrigação e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Editora Campus, Brasília ABID – Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem, 1988.
- CATTANI, Antônio David (org.) **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano – Vol. 1. Artes de Fazer**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.
- A Invenção do Cotidiano. Morar, Cozinhar. Vol. 2**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nova Vision, 1974.
- COELHO, Teixeira. **Moderno Pós Moderno**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1986.
- DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**. São Paulo: Edusp, 1998.

- DUQUÉ, Ghislaine. **Estrutura Fundiária e Pequena Produção.** (Um Estudo de Caso no Cariri Paraibano), in Raízes, Revista de Ciências Sociais e Econômicas. UFPB – CH Campina Grande, Vol. 3, N 4-5, Pág. 167-196. 1984
- ELIAS, Norbert & John L. Scotson. **Os Estabelecidos e os Outsiders:** Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- ELIAS, Norbert. **Escritos e Ensaio 1 :** Estado, Processo, Opinião Pública. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006.
- O Processo Civilizador – Vol. I – Uma História dos Costumes –** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- O Processo Civilizador – Vol. II – Formação do Estado e Civilização –** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- FERNANDES, Florestan - **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina** - Zahar Editores—Rio de Janeiro RJ, 1975.
- FOSTER, John Bellamy **A Ecologia de Marx: Materialismo e Natureza** – Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas** - Uma arqueologia das Ciências Humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- A Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1987.
- Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- Vigiar e Punir.** Petrópolis – RJ: Vozes, 1986.
- Em Defesa da Sociedade.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2005
- Segurança, Território e População.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2008
- O Nascimento da Biopolítica.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2008
- FREITAS, Kátia G. de. **Agricultura Irrigada e (Des) Construção de Territórios** – O Caso de São Gonçalo, Souza/PB, Campina Grande – PB (Dissertação de Mestrado em Economia). UFPB, 1999
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Nacional, 1985
- GOMES, Gustavo Maia. **Velhas Secas em Novos Sertões:** Continuidade e Mudança na Economia do Semiárido e dos cerrados Nordestinos – IPEA, Brasília, 2001.

- GOMES, Ramonildes Alves. **A qualidade de Vida das Famílias do Perímetro Irrigado de São Gonçalo: Ética e Racionalidade**. Recife- PE, 2005 (Tese de Doutorado). UFPE.
- GUERRA, Paulo de Brito. **A Civilização da Seca**. DNOCS – Fortaleza, 1981.
- GIDDENS, Anthony.(1991) - **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
A Vida em uma Sociedade Pós-Tradiconal. In: Em Defesa da Sociologia. São Paulo: UNESP, 2001.
- HABERMAS, Jürgen. A Consciência de Tempo da Modernidade e sua Necessidade de Autocertificação. In: **O Discurso Filosófico da Modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- HALL, Anthony L. **Drought and Irrigation in North-East Brazil**. Cambridge University Press. Cambridge, 1978.
- HEINICH, Nathalie. Uma Sociologia do Tempo Longo. In: **A Sociologia de Norbert Elias**, Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- HEREDIA, Beatriz M. A. de. **A Morada da Vida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- IANNI, Octavio. **Estado e Capitalismo** - São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização** - Entrevista concedida a Tarson Nufiez e Carlos Wickler, tradução de Peter Neumann, Jornal Utopia, Julho de 1993, Porto Alegre. <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz65.htm>. Acessado em 28/06/2009.
- LAFER, Celso. **O Planejamento no Brasil** - Observações sobre o Plano de Metas (1956-1961) **in Planejamento no Brasil** – Betty Mindlin Lafer (org.) São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LATHAN, Michael E. **Modernization as Ideology**. In: Modernization as Ideology- University of North Carolina Press - Chapel Hill, NC- disponível em <http://uncpress.unc.edu/browns/page/458>, acessado em 28/06/2009.
- LIMA, Antonio de Souza. **Gestar e Gerir - Estudos para uma Antropologia da Administração Pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- LONG, Norman. **From Paradigm Lost to Paradigm Regained? The Case for an Actor-oriented Sociology of Development**. In: European Review of Latin American and Caribbean Studies 49. 1990.
- LORZA, Fanny Rúbio. **O Colono da Irrigação entre autonomia camponesa e submissão ao capital industrial**. Sumé, Paraíba – Salvador, 1991.

- MACÊDO, Gilvan Braz de. **Os Programas Especiais para o Nordeste: O Projeto Sertanejo e o Núcleo de Sumé – Paraíba.** (Dissertação de Mestrado em Economia) UFPB, Campina Grande, 1985.
- MANTOVANI, Everardo (org.) **Irrigação: princípios e métodos**, Editora UFV, Viçosa, MG. 2009
- MELLO, J. Antônio G. **Três Roteiros de Penetração do Território Pernambucano (1738 e 1802)** - Monografia N° 3 – Recife, PE – Instituto de Ciências do Homem – Imprensa Universitária – UFPE, 1966
- MENNELL, Stephen. O Reverso da Moeda: Os Processos de Descivilização. In: **A Política e a História.** Norbert Elias. São Paulo, SP: Editora Perspectiva, 2005.
- MIRANDA, Ricardo M. Avaliação do Projeto Sertanejo. In: **Revista Econômica do Nordeste.** Fortaleza V. 21 Págs. 193-224. 1990.
- MOTA, Francisco de Sousa. **A Atuação do DNOCS no Combate aos Efeitos das Secas. DNOCS** – Fortaleza, 1979.
- HEINICH, Nathalie. **A Sociologia de Norbert Elias** – Bauru, SP: Edusc, 2001.
- OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma Re(li)gião – Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes** – Rio de Janeiro: Paz e Terra 1993.
- PINHO, Diva Benevides. **Pensamento Cooperativo e o Cooperativismo Brasileiro.** Manual de Cooperativismo. Vol. 1. São Paulo: Brascoop, 1982.
- PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. **O Cooperativismo em Questão: a Trama das Relações entre Projeto e Prática em Cooperativas do Nordeste do Brasil e do Leste (Quebec) do Canadá.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1984.
- PRADO JR. Caio. **A Questão Agrária** – São Paulo: Brasiliense, 1981.
- RAFAEL, Rita Albino. **Sumé que Eu trago na Memória** – Editora Imprima, J. Pessoa, 2003
- RIBEIRO, Renato Janine. Uma Ética do Sentido (Apresentação). In: **O Processo Civilizador Vol. I** – Norbert Elias, São Paulo: Ática, 1993.
- ROSADO, Vingt-um. **Livro das Secas** – Coleção Mossoroense, vol. CXCIII – ESAM/ CNPQ/ Brasília – DF, 1985.
- SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão** – Editora Nobel, São Paulo, SP 1987.
- SCHNEIDER, Sérgio & TARTARUGA, Ivan G. Peyré. **Território e Abordagem Territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais.** In: Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas – UFPB – CH – Campina Grande, Vol. 23 Pág. 100-116. 2004.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio a Castelo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

- SEBRAE/PB – SUMÉ – **Diagnóstico Sócio-Econômico** – Proder – Programa de Emprego e Renda, João Pessoa, 1996.
- SILVA Neto, A. F. da. **Avaliação dos recursos hídricos e uso da terra na Bacia do Alto Rio Sucuru, com base em imagens TM Landsat 5.** (Dissertação de Mestrado) Campina Grande, UFPB. 155p.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Poder e Política na Paraíba: Colônia e Império.**
In: **Estrutura de Poder na Paraíba** – Vol. 4 - João Pessoa, Editora Universitária. UFPB, 1999.
- SZTOMPKA, Piotr. **Conceitos Fundamentais no Estudo da Mudança.** In: **A Sociologia da Mudança Social**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade.** Petrópolis: Vozes, 1995.
- VERRIÈRE, Jacques. **As Políticas de População.** São Paulo: DIFEL, 1980.
- WEBER, MAX. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo** – São Paulo: Pioneira, 1996.
- Metodologia das Ciências Sociais – Parte 1.** Campinas, SP: Cortez, 1993.
- Metodologia das Ciências Sociais – Parte 2.** Campinas, SP: Cortez, 1995
- Ensaio de Sociologia.** Rio de Janeiro - LTC Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda. 1982.
- WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

Publicações e relatórios técnicos consultados

- A União - Governo do Estado Revitaliza Perímetros Irrigados da PB** - 06 de maio de 2008. http://www.auniao.pb.gov.br/v2/index.php?option=com_content&task=view&id=1521 - Acessado em 21/9/2008.
- Agenda 21 Local. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Município de Sumé-PB:** Subsídios de Trabalho. Governo da Paraíba. João Pessoa, 2001.
- ALBUQUERQUE, W. Abel. **Manejo da cobertura do solo e práticas conservacionistas nas perdas de solo e água em Sumé, PB.** In: Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental, V. 6 P. 136-141 – Deag/UFPB, 2002.
- Efeito do Desmatamento da Caatinga Sobre as Perdas de Solo e Água de um Luvissolo em Sumé - PB** – Revista Brasileira de Ciência do Solo, Viçosa, V. 25 n° 1 P. 121-128, 2001.

Determinação de Fatores da Equação universal de perda de solo em Sumé, PB - in Revista brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental, V. 6 P. 136-141. Deag/UFPB, 2005.

CADIER, E.; Freitas, B. J. **Bacia Representativa de Sumé: Primeira Estimativa dos Recursos de Água.** Recife: Sudene, Série Hidrologia, nº14, 1982.

& LEPRUN, J. C. **Bacia Experimental de Sumé: Instalação e Primeiros Resultados.** Recife: Sudene, Série Hidrologia, nº16, 1983.

CARNEIRO, Joaquim Osterne - **Considerações a Respeito da Irrigação Pública e Privada. Avaliação dos Projetos de Irrigação do DNOCS.** 1986 Exposição realizada em 08.10.86, por ocasião do II Encontro Cearense de Engenheiros Agrônomos.

CARVALHO, Otamar (org.) - **Plano Integrado Preventivo aos Efeitos das Secas no Nordeste** - Minter - Brasília, 1973.

Diretrizes Gerais de Política Econômica 1985 - **Notas para o I PND da Nova República.** Brasília, SEPLAN.

DNOCS - Relatório 1970 - (1971) Minter/DNOCS, Fortaleza - CE - Divisão de Documentação.
DNOCS - Relatório 1971 - (1972) Minter/DNOCS, Fortaleza - CE - Divisão de Documentação.
DNOCS - Relatório 1972 - (1973) Minter/DNOCS, Fortaleza - CE - Divisão de Documentação.
DNOCS - Relatório 1973 - (1974) Minter/DNOCS, Fortaleza - CE - Divisão de Documentação.
DNOCS - Relatório 1974 - (1975) Minter/DNOCS, Fortaleza - CE - Divisão de Documentação.
DNOCS - Relatório 1975 - (1976) Minter/DNOCS, Fortaleza - CE - Divisão de Documentação.
DNOCS - Relatório 1976 - (1977) Minter/DNOCS, Fortaleza - CE - Divisão de Documentação.
DNOCS - Relatório 1977 - (1978) Minter/DNOCS, Fortaleza - CE - Divisão de Documentação.
DNOCS - Relatório 1978 - (1979) Minter/DNOCS, Fortaleza - CE - Divisão de Documentação.
DNOCS - Relatório 1979 - (1980) Minter/DNOCS, Fortaleza - CE - Divisão de Documentação.
DNOCS - Relatório 1980 - (1981) Minter/DNOCS, Fortaleza - CE - Divisão de Documentação.
DNOCS - Relatório 1981 - (1982) Minter/DNOCS, Fortaleza - CE - Divisão de Documentação.
DNOCS - Relatório 1982 - (1983) Minter/DNOCS, Fortaleza - CE - Divisão de Documentação.
DNOCS - Relatório 1983 - (1984) Minter/DNOCS, Fortaleza - CE - Divisão de Documentação.
DNOCS - Relatório 1984 - (1985) Minter/DNOCS, Fortaleza - CE - Divisão de Documentação.

- DNOCS - Relatório 1985** - (1986) Minter/DNOCS, Fortaleza - CE - Divisão de Documentação.
- DNOCS - Relatório 1986** - (1987) Minter/PRONI/DNOCS, Fortaleza - CE - Divisão de Documentação.
- DNOCS - Relatório 1987** - (1988) Minter/PRONI/DNOCS, Fortaleza - CE - Divisão de Documentação.
- DNOCS - Relatório 1988** - (1989) Minter/DNOCS, Fortaleza - CE - Divisão de Documentação.
- DNOCS - Relatório 1989** - (1990) Minter/DNOCS, Fortaleza - CE - Divisão de Documentação.
- DNOCS - Relatório 1990** - (1992) MA/DNOCS, Fortaleza - CE - Divisão de Documentação.
- DNOCS - Relatório 1991** - (1993) MA/DNOCS, Fortaleza - CE - Divisão de Documentação.
- DNOCS - Relatório 1992** - (1995) MA/DNOCS, Fortaleza - CE - Divisão de Documentação.
- DNOCS - Relatório 1993** - (1995) MIR/DNOCS, Fortaleza - CE - Divisão de Documentação.
- DNOCS - Relatório 1994** - (1996) MIR/DNOCS, Fortaleza - CE - Divisão de Documentação.
- DNOCS - Relatório 1995** - (1996) MMA/DNOCS, Fortaleza - CE - Divisão de Documentação.
- DNOCS - Relatório 1996** - (2003) MMA/DNOCS, Fortaleza - CE - Divisão de Documentação.
- DNOCS - Relatório 1997 - 2002** - (2004) MMA/MI/DNOCS, Fortaleza - CE - Divisão de Documentação.
- DNOCS Relatório 2008 - Levantamento das Obstruções do Rio Sucuru, dentro do Perímetro Irrigado de Sumé** - 23/05/2008. Coordenadoria Estadual do DNOCS na Paraíba– Unidade de Campo da Bacia do Paraíba. João Pessoa - PB.
- DNOCS Relatório 2009 - Acompanhamento de Implantação de Perímetros Irrigados** Coordenação de Tecnologia e Operações agrícolas CTA/MP. Fortaleza - Ce.
- DNOCS - Manuais de Treinamento - Gerente do Perímetro** - Coordenação Central de Treinamento - Fortaleza - CE.
- Elaboração de Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento do Perímetro Irrigado - SUMÉ** - Volume I - Diagnóstico Geral e Viabilidade Financeira, 2007.
- Elaboração de Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento do Perímetro Irrigado - SUMÉ** - Volume II - Plano de Desenvolvimento, 2007.

- GTDN - Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste.** (Estudo Realizado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, 3ª ed.) 1978.
- Projeto Sumé – Aproveitamento Hidro – Agrícola do Açude Público de Sumé – Volume I –** Dnocs - 3ª DR. – Recife – PE, 1968
- Projeto Sumé – Aproveitamento Hidro – Agrícola do Açude Público de Sumé – Volume I I** – Dnocs - 3ª DR. – Recife – PE, 1968
- Plano de Experimentação Agrônômica –** Gerência do Perímetro Irrigado de Sumé - Minter – Dnocs - 3ª Dr - Recife – PE, 1973
- Plano de Exploração Agrônômica –** Exercício de 1973 - Minter – Dnocs - 3ª Dr - Recife – PE, 1972
- Plano de Instalação dos Irrigantes –** Minter – Dnocs - 3ª Dr - Recife – PE, 1972
- Relatório Parcial - **Projeto: Estudo do Potencial Hídrico de Aluviões do Rio Sucuru Para Irrigação do Perímetro de Sumé.** Campina Grande, PB – ATECEL. 1998
- Relatório interno Dnocs -** CEST PB – Sumé – PB, 2008
- Sudene – **Dados Pluviométricos Mensais do Nordeste – Paraíba -** Série Pluviometria nº 5 Recife, 1990.
- 1º Plano de Obras e Estudos 1965-1968 –** Dnocs / Ministério da Viação e Obras Públicas. Brasília – DF, 1965

Alguns sites consultados

- Ministério da Integração Nacional** (Transposição do Rio São Francisco) - <http://www.integracao.gov.br/sao-francisco/integracao/distribuicao.asp>,
- IBGE** - (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – <http://www.ibge.gov.br>
- AESA** - (Agência Executiva de gestão de Águas do Estado da Paraíba) – <http://www.aesa.pb.gov.br>
- INPE** (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) – <http://www.inpe.br>
- DNOCS** (Departamento Nacional de Obras contra Secas) – <http://www.dnocs.gov.br>
- Biblioteca do Senado** - <http://www6.senado.gov.br/sf/biblioteca>
- Biblioteca da Câmara dos Deputados** – <http://www2.camara.gov.br/biblarq>
- Biblioteca Nacional** – <http://www.bn.br/portal/>

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)